



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 036 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS
18.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	MENSAGENS	07
ORDEM DO DIA	04	PARECERES	19
PAUTA	04	REQUERIMENTOS	20
PROJETOS	05	INDICAÇÕES	21
EMENDA	07	OFÍCIO	32

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem
5. Deputado César Pires
6. Deputado Francisco Gomes
7. Deputado Geovane Castro
8. Deputado João Evangelista
9. Deputado Joaquim Haickel
10. Deputado Manoel Ceará

11. Deputada Maura Jorge
12. Deputado Max Barros
13. Deputado Reginaldo Nunes
14. Deputado Pavão Filho
15. Deputado Rigo Teles
16. Deputado Rubens Pereira
17. Deputado Telma Pinheiro
18. Deputado Teresa Murad
19. Deputado Wilson Carvalho

Líder

Deputado Rubens Pereira

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar
Deputado Rigo Teles
Deputada Maura Jorge

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago
2. Deputado Alberto Franco
3. Deputado Antonio Pereira
4. Deputado Carlos Braide
5. Deputado Carlos Filho
6. Deputada Cristina Archer
7. Deputado Deusdedith Sampaio
8. Deputado Elígio Almeida

9. Deputado Hélio Soares
10. Deputado Humberto Coutinho
11. Deputada Janice Braide
12. Deputado José Lima
13. Deputado Manoel Ribeiro
14. Deputado Paulo Neto
15. Deputada Socorro Waquim
16. Deputado Soliney Silva
17. Deputado Stênio Resende

Líder

Deputado Soliney Silva

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende
Deputada Cristina Archer
Deputada Socorro Waquim

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra
2. Deputada Graça Paz
3. Deputada Helena Barros Heluy
4. Deputado Julião Amin - licenc.

5. Deputado Luiz Pedro
6. Deputado Mauro Bezerra
7. Deputado Rubem Brito
8. Deputado Fortunato Macedo

Líder

Deputada Luiz Pedro

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luís Pedro (BPO)	Fortunato Macedo (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Graça Paz (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Graça Paz (BPO)



VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Deusdedith Sampaio (BPP)
Rigo Teles (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Antonio Bacelar (BPD)	Antonio Pereira (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Graça Paz (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Deusdedith Sampaio (BPP)	João Evangelista (BPD)
Carlos Braide (BPP)	Antônio Bacelar (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Helena Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Janice Braide (BPD)
Helena Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Paulo Neto (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Deusdedith Sampaio (BPP)
Antônio Bacelar (BPD)	Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Socorro Waquim (BPP)	Rigo Teles (BPP)
Carlos Filho (BPD)	Wilson Carvalho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Paulo Neto (BPD)
Janice Braide (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Carlos Filho (BPP)	Teresa Murad (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)	Alberto Franco (BPP)
João Evangelista (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Helena Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Carlos Filho (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPP)
João Evangelista (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Camilo Figueiredo (BPD)	Teresa Murad (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Graça Paz (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE	Elígio Almeida (BPP)
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Stênio Resende (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD)	João Evangelista (BPD)
Deusdedith Sampaio (BPP)	Wilson Carvalho (BPD)
Janice Braide (BPP)	Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/04/2004 - 3ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADA HELENA BARROS HELUY

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

**ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
DIA 20 DE ABRIL DE 2004 - 3ª FEIRA****PROJETOS DE LEI EM VOTAÇÃO
ÚNICA DISCUSSÃO (art. 212 R.L.)**

PROJETO DE LEI Nº 030/04, capeado pela Mensagem nº 020/04, que Acrescenta o inciso XI ao art. 3º da Lei nº 7.788, de 19 de novembro de 2002. – Oferecidos pareceres favoráveis pelas Comissões de Constituição e Justiça – Relator: Sr. Deputado Carlos Braide e Orçamento - Relator: Sr. Deputado Rigo Teles. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL**

PROJETO DE LEI Nº 032/04, capeado pela Mensagem nº 022/04, que Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. – Oferecidos pareceres favoráveis pelas Comissões de Constituição e Justiça. – Relator: Sr. Deputado Carlos Braide e Orçamento. – Relator: Sr. Deputado Rigo Teles. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL**

PROJETO DE LEI Nº 031/04, capeado pela Mensagem nº 021/04, que Cria o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária - FUNAT. – Oferecidos pareceres favoráveis pelas Comissões de Constituição e Justiça. – Relator: Sr. Deputado Carlos Braide, Orçamento. – Relator: Sr. Deputado Rigo Teles e Relações do Trabalho. Relatora – Sra. Deputada Teresa Murad. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL**

PROJETO DE LEI Nº 051/04, capeado pela Mensagem nº 029/04, que Concede auxílio - refeição a servidores que especifica. – Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Relações do Trabalho, em conjunto. – Relator: Sr. Deputado Carlos Braide. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL**

PROJETO DE LEI Nº 036/04, capeado pela Mensagem nº 055/04, que Extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana. – Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça e Administração Pública, em conjunto. – Relator: Sr. Deputado Carlos Braide.

**PAUTA DE PROPOSIÇÕES PARA RECEBIMENTO DE
EMENDAS:**

DATA: 20/04/2004 – 3ª-FEIRA:

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 056/04, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, que considera de Utilidade Pública, o Grupo Folclórico Quadrilha Formosinha do Sertão, com sede e foro em São Luis-MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 057/04, de autoria do Senhor Deputado Domingos Dutra, que cria o Programa Maranhense de Incentivo ao Cultivo, à Extração, à Comercialização, ao Consumo e à Transformação do Pequi, Bacuri e demais frutos e produtos nativos do cerrado.
3. PROJETO DE LEI Nº 058/04, de autoria do Senhor Deputado Max Barros, fica considera de Utilidade Pública a Associação Carlos Ubbiali. Com sede e foro em São Luis – MA.
4. PROJETO DE LEI Nº 059/04, de autoria do Senhor Deputado Carlos Filho, fica considera de Utilidade Pública, a Sociedade Civil Programa de Saúde da Família Maranhense – PROSFAM, com sede e Fórum na cidade de São Luís-MA.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/04, de autoria do Senhor Deputado Rigo Teles, que dispõe sobre a criação do Museu da memória Legislativa Maranhense Galeno Edgar Brandes, e o sistema de manutenção e conservação do acervo histórico do Legislativo.
2. MOÇÃO Nº 005/04, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que esta casa, envie mensagem de Aplauso ao Funcionário da Empresa Brasileira de Correios e telégrafos, RAIMUNDO FRANCISCO COSTA GUIMARÃES, POR TER SIDO ESCOLHIDO O CARTEIRO PADRÃO DA DIRETORIA REGIONAL DO MARANHÃO em 2004.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 19 de abril de 2004

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22



GABINETE DEPUTADO RUBEM BRITO

PROJETO DE LEI Nº 056/04

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO FOLCLÓRICO QUADRILHA FORMOSINHA DO SERTÃO.

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública o **Grupo Folclórico Quadrilha Formosinha do Sertão**, com sede e foro no Município de São Luís, neste estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, de de 2004.

RUBEM BRITO

Deputado Estadual / PDT

GABINETE DEPUTADO DOMINGOS DUTRA

PROJETO DE LEI Nº 057/04

Cria o Programa Maranhense de Incentivo à Cultivo, à Extração, à Comercialização, ao consumo e à Transformação do Pequi, bacuri e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado

- PRÓ-PEQUI- BACURI.

Art. 1º - Fica criado o Programa Maranhense de Incentivo ao Cultivo, à Extração, à Comercialização, ao consumo e à Transformação do Pequi, bacuri, e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - PRÓ-PEQUI -, BACURI com o objetivo de integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado no uso e manejo racional desse bioma, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo, na administração e gerência do programa:

I - identificar as áreas de incidência de comunidades tradicionais que vivam ou sobrevivam da coleta do pequi, bacuri e de outros produtos nativos do cerrado;

II - criar mecanismos de incentivo à preservação das áreas de ocorrência do pequizeiro, bacurizeiros e de outras espécies do cerrado suscetíveis de manejo;

III - realizar estudos visando à recuperação da biodiversidade das terras públicas e devolutas localizadas em

áreas do cerrado retomadas pelo Estado que tenham sido objeto de contratos de arrendamento ou comodato ou outros instrumentos congêneres e utilizadas em projetos agrossilvipastoris;

IV - criar mecanismos que assegurem a utilização, pelas comunidades tradicionais, organizadas em cooperativa ou outra formas associativas, de áreas de reserva legal para a coleta de frutos e produtos nativos do cerrado;

V - desenvolver experimentos e pesquisas voltados à produção de mudas para o atendimento a novos plantios e para a recuperação de áreas degradadas;

VI - pesquisar os aspectos culturais e folclóricos relacionados com o pequi, bacuri e demais frutos do cerrado; divulgar seus eventos comemorativos e datas relevantes e identificar, dentro do programa, as áreas adequadas ao turismo e incentivar sua prática;

VII - divulgar os componentes nutricionais e medicinais do pequi, bacuri e de outros frutos e produtos do cerrado;

VIII - incentivar a industrialização do pequi, bacuri e demais frutos do cerrado, mediante sua transformação em doces, licores, batidas e outros derivados;

IX - desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade dos produtos;

X - criar selo que identifique a área de produção e a qualidade do produto;

XI - incentivar a comercialização do pequi e de outros frutos do cerrado e de seus derivados;

XII - incentivar o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento econômico dos produtores e trabalhadores envolvidos na exploração do pequi e demais frutos do cerrado, bem como sua organização em cooperativas e outras formas associativas.

Art. 3º - As ações governamentais relativas ao planejamento e à implementação das atividades do PRÓ-PEQUI-BACURI contarão com a participação de representantes de instituições públicas e de organizações não governamentais ligadas à agricultura familiar, aos trabalhadores e produtores rurais e à proteção do meio ambiente, que atuem principalmente em áreas do cerrado.

Art. 4º - As terras públicas e devolutas arrecadadas pelo Estado, localizadas em áreas do cerrado e que apresentem potencial agroextrativista serão destinadas a projetos de assentamento de trabalhadores rurais, nos moldes de reserva agroextrativista.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante proposta da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **centro de referência** com o objetivo de coordenar



pesquisas, manter banco de dados, produzir e divulgar material didático, promover ações de educação ambiental, resgate e valorização da cultura local e outras atividades associadas ao pequi e aos demais frutos e produtos nativos do cerrado.

Art. 6º - Os responsáveis por danos ambientais no cerrado Maranhense ficam sujeitos à multas e demais punições previstas na legislação ambiental federal e estadual;

Art. 7º - Os órgãos ambientais do Estado do Maranhão se encarregarão da fiscalização, cumprimento e execução da presente lei.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, 15 de abril de 2004.

JUSTIFICATIVAS:

O Maranhão possui extensas áreas com enorme potencial e vocação para o extrativismo. Na Região Sul e na Região do Baixo Parnaíba em áreas extensas do cerrado há uma rica variedade de frutos do cerrado e uma verdadeira farmácia natural a céu aberto, que oferecem condições de desenvolvimento econômico sustentável a partir da cultura e dos saberes tradicionais.

Apesar deste potencial estas regiões vêm sendo agredidas com projetos de desenvolvimento econômico predatórios e concentradores de terra, renda e poder, como a soja, a celulose e outros, com graves prejuízos ao meio ambiente, a biodiversidade e à economia local.

Por outro lado, estes projetos, além de expulsarem comunidades inteiras de suas terras, não eram renda e nem tributos, já que não pagam impostos.

Neste sentido, torna-se oportuno o presente projeto como forma de garantir o desenvolvimento sustentável das populações que precisam do cerrado para sobreviver e desenvolver o Estado.

JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA

Dep. DOMINGOS DUTRA (PT)

GABINETE DEPUTADO MAX BARROS

PROJETO DE LEI Nº 058/04

Considera de Utilidade Pública a Associação Carlo Ubbiali.

Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Carlo Ubbiali, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESÕES DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 13 de abril de 2004.

MAX BARROS
Deputado Estadual

GABINETE DEPUTADO CARLOS FILHO

PROJETO DE LEI Nº 059/04

Considera de utilidade pública a Sociedade Civil Programa de Saúde da Família Maranhense – PROSFAM

ART. 1º - Fica considerada de utilidade pública, a Sociedade Civil Programa de Saúde da Família Maranhense - PROSFAM, com sede e fórum na cidade de São Luís, Capital do Maranhão.

ART. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Civil Programa de Saúde da Família Maranhense, é uma Instituição filantrópica, sem fins lucrativos, constituída por um grupo de voluntários da área de saúde, cujo quadro de profissionais é composto de Médico, Psicólogo, Assistente Social, Pedagoga, Bioquímica, Sanitarista, Auxiliar de Enfermagem, Técnicos em Saúde Sexual, etc.

Fundada em 28 de maio de 1997, essa sociedade tem como objetivo oferecer uma alternativa de saúde à população de baixa renda da periferia de São Luís e dos municípios do interior do estado, com os quais vem mantendo convênios de cooperação técnica na área de saúde sexual e reprodutiva. Além desses, o PROSFAM orienta as famílias excluídas socialmente sobre planejamento familiar, prevenção do câncer, ginecológico e de mama e a prevenção, diagnóstico e tratamento das DST e prevenção da AIDS.

Com um trabalho reconhecido como de grande valia para o segmento menos favorecido de nossa sociedade, o PROSFAM já mereceu, inclusive, um Diploma de Honra ao Mérito, concedido pela Câmara dos Vereadores de São Luís, em junho de 1999.

Não menos importante é observar, que as Prefeituras com as quais o PROSFAM mantém um convênio de cooperação



técnica, declaram que os serviços prestados nesses municípios são relevantes para a área de saúde pública, porque atingem a população de baixa ou de nenhuma renda.

Em vista ao exposto, entendo que considerar a citada Instituição como sendo de utilidade pública, vem de encontro aos preceitos constitucionais que determinam que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 02 de abril de 2004.

CARLOS FILHO
Deputado Estadual

GABINETE DEPUTADO CÉSAR PIRES

EMENDA n° 001/04 ao Projeto de Lei n° 052/04

Dê-se ao art. 9° a seguinte redação:

Art. 9° - São transformados em cargos de Fiscal de Defesa Vegetal e Fiscal de Defesa Animal, os atuais cargos efetivos de carreira de Engenheiro Agrônomo-NS e de Médico Veterinário-NS, respectivamente, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício na data de vigência desta Lei nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e integrem o Quadro de Cargos Permanentes de Pessoal da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, na forma do anexo II.

Acrescente-se o seguinte artigo 10 renumerando-se os demais:

Art. 10 – São transformados em cargos de Assistente de Defesa Agropecuária, os atuais cargos de Técnico Agrícola e Técnico Agropecuário, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício na data de vigência desta Lei nas atividades assistenciais de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e integrem o Quadro de Cargos Permanentes de Defesa da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, na forma do anexo II desta Lei.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 14 de abril de 2004.

CÉSAR PIRES
Deputado Estadual
2° Vice-Presidente

MENSAGEM N. 037/2004
MENSAGEM N. 038/2004

PROJETO DE LEI N° 060/04

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1°. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 136, § 2º, da Constituição do Estado e nos artigos 8º e 10 da Lei Complementar n° 11 de 10 de setembro de 1991 e obedecendo ao disposto no art 4º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Maranhão para 2005, compreendendo:

- I – as diretrizes gerais da administração pública estadual;
- II – as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Estado;
- III – as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais;
- IV – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado; e
- V – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2°. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2005 deverão observar os princípios, objetivos, concepções e estratégias constantes do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Maranhão, especialmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- a) Elevação do Índice de Desenvolvimento Humano-I.D.H.- do Estado de 0,647 para 0,700, objetivo-síntese da ação governamental no período 2003/2006;
- b) Escolha de 6 (seis) estratégias de desenvolvimento a saber:
 - I -inserção dinâmica da economia maranhense nos sistemas econômicos do Nordeste, do Brasil e do exterior;
 - II -competitividade sistêmica da economia local;
 - III - transformação econômica do estado, promovendo a mudança quantitativa e qualitativa do sistema produtivo maranhense;
 - IV - transformação social, visando fazer de cada maranhense um cidadão;
 - V - economia baseada no conhecimento; e
 - VI - adoção da sustentabilidade como valor de planejamento e ação governamentais.
- c) Identificação e priorização de 4 (quatro) macro-eixos de desenvolvimento econômico, escolhidos pelos seus impactos multiplicadores de emprego e renda, a saber:

- I - Agronegócio;

II - Construção Civil;

III - Mínero-metalurgia; e

IV - Turismo.

Parágrafo Único. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento humano, podendo ser desagregadas por distrito ou setor censitário.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Seção I

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º. A Lei Orçamentária para o exercício de 2005, compreendendo o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, será elaborada conforme as diretrizes gerais estabelecidas nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 5º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

1 – pessoal e encargos sociais;

2 – juros e encargos da dívida;

3 – outras despesas correntes;

4 – investimentos;

5 – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas; e

6 – amortização da dívida.

Parágrafo Único. As fontes de recursos aprovadas na lei de orçamento e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução.

Art. 6º. Os valores de receita e despesa previstos no projeto de lei dos orçamentos serão expressos segundo preços correntes estimados para o exercício de 2005.

Parágrafo Único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão explicitará:

I – as premissas inflacionárias adotadas para os períodos de julho a dezembro de 2004 e de janeiro a dezembro de 2005;

II – os critérios utilizados para a estimativa das receitas do Orçamento Fiscal.

Art. 7º. Acompanharão a proposta do Orçamento Fiscal além dos quadros exigidos pela legislação em vigor, os seguintes:

I – quadro consolidado do orçamento da administração direta;

II – quadro consolidado dos orçamentos das autarquias e das fundações públicas e dos fundos estaduais;

III – quadro consolidado do Orçamento Fiscal;

IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 220 da Constituição do Estado do Maranhão;

V – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no art. 60, das Disposições Constitucionais



Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 14, de 12 de setembro de 1996;

VI – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito do cumprimento do disposto da Emenda Constitucional nº 29 de 13.09.2000;

VII – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária para 2005, conterá dispositivos autorizatórios para:

I – realização de operação de crédito por antecipação de receita;

II – abertura de créditos suplementares nos termos do art. 42 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 9º. O projeto de lei orçamentária anual e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificação, serão apresentados com a forma e detalhamento estabelecidos nesta Lei.

Art. 10. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Estadual.

Art. 11. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Assembléia Legislativa será constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 136, § 3º, inciso II, da Constituição do Estado, na forma definida nesta Lei; e

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita do Tesouro Estadual, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 204 da Constituição do Estado;

II – evolução da despesa do Tesouro Estadual, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa e grupo de despesa;

IV – recursos do Tesouro Estadual, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

V – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 220 da Constituição do Estado, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

VI – resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

VII – fontes de recursos por grupos de despesas; e

VIII – despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social segundo os programas de governo, detalhado por atividades, projetos e operações especiais.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – análise da conjuntura econômica do Estado, atualizando as informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2005, e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – avaliação das necessidades de financiamento do governo Estadual, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos no projeto de lei orçamentária para 2005, os estimados para 2004 e os observados em 2003 evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados na necessidade de financiamento e os parâmetros utilizados;

IV – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º O Poder Executivo disponibilizará até trinta dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – os recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

II – a programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos,

destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – o detalhamento, por unidade orçamentária da administração pública Estadual que destine recursos para entidades de previdência fechada, do valor de suas contribuições a título de empregadores;

IV – a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total executada nos últimos três anos, a execução provável em 2004 e o programado para 2005, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

V – a memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social dos funcionários, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

VI – a memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública estadual interna e externa, indicando os prazos médios de vencimento, e separadamente, as despesas com juros, e respectivas taxas, com deságios e com outros encargos;

VII – o demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

- a) impostos;
- b) contribuições sociais;
- c) taxas;
- d) concessões e permissões; e
- e) privatizações;

VIII – a metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;

IX – os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa “juros e encargos” e “amortização” da dívida interna e externa, realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2004 e o programado para 2005;

X – a memória de cálculo da reserva de contingência e das transferências constitucionais para Municípios;

XI – a memória de cálculo da transferência ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF;

XII – a memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 220 da Constituição do Estado, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

XIII – das receitas provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS, por unidade prestadora de serviço;

XIV – o orçamento de investimento, indicando, por projeto, as fontes de financiamento, distinguindo os recursos originários da empresa e do Tesouro Estadual;

XV – os dados relativos ao índice de desenvolvimento humano de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei, indicando, dentre outros, a instituição responsável e a abrangência da apuração, bem como os critérios utilizados para a escolha das áreas priorizadas;

XVI – a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII – o detalhamento por unidade orçamentária da administração pública estadual que destine recursos para entidades de previdência fechada no valor de suas contribuições a título de empregadores.

§ 4º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 12. O Poder Legislativo, Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado encaminharão ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Estadual de Orçamento, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIPLAN, até 15 de julho, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 13. A modalidade de aplicação, referida no art. 4º desta Lei, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outros órgãos ou entidades, de acordo com a especificação estabelecida pela Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, observando-se, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – transferências à União – 20;

II – transferências a Municípios – 40;

III – transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50;

IV – transferências ao Exterior – Organismos Internacionais - 72



V – aplicações diretas – 90;

Art. 14. O identificador de uso, destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de convênios, de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I – recursos não destinados à contrapartida – 0;

II – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – 1;

III – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 2; ou

IV – outras contrapartidas – 3.

§ 1º Os identificadores de uso incluídos na lei orçamentária ou nas leis de abertura de créditos adicionais, poderão ser modificados exclusivamente pela Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante publicação de portaria no Diário Oficial do Estado, para atender às necessidades de execução.

§ 2º A modificação a que se refere o § 1º poderá ocorrer, também, quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária.

Seção II Das Diretrizes Gerais

Art. 15. A elaboração do projeto de lei, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 16. A elaboração do projeto de lei, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2005 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, nos orçamentos fiscal e orçamento da seguridade social.

Parágrafo Único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de:

I – demonstrativo numérico, acompanhado das hipóteses quanto às variáveis relevantes para os cálculos, de que o resultado nominal no projeto dos orçamentos fiscal e da seguridade social é compatível com a meta de resultado nominal do governo estadual fixada no Anexo de Metas Fiscais;

II – indicação dos órgãos que apurarão os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

Art. 17. As propostas orçamentárias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2005, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária do ano de 2004 corrigida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE apurado para o período de janeiro a junho de 2004, ou o total de despesas empenhadas em 2003, prevalecendo para cada unidade, o que for maior.

§ 1º No cálculo dos limites a que se refere o *caput* deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios e aquisição de imóveis.

§ 2º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os eventuais ajustes reajustes concedidos ou a conceder aos servidores públicos e da implantação dos planos de carreira e de reestruturação orgânica mediante autorização legislativa.

§ 3º Na proposta de Despesa de Capital do Ministério Público, além do previsto no *caput* deste artigo poderá, caso haja disponibilidade de Receita, haver um acréscimo de até 45% sobre o total orçado desta despesa na Lei Orçamentária de 2004.

Art. 18. O Poder Judiciário encaminhará à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2005, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- a) número da ação originária;
- b) memória de cálculo da correção do valor quando houver;
- c) número do precatório;
- d) tipo de causa julgada;
- e) data da autuação do precatório;
- f) nome do beneficiário;
- g) valor do precatório a ser pago; e
- h) data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* deste artigo, comunicarão à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de cinco dias contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos, de que trata o *caput* deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:



I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 3º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública estadual direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§ 4º Os recursos alocados na lei orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 19. Além da observância das diretrizes estabelecidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo Único. Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2004, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado.

Art. 20. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – início de construção, ampliação, reforma voluptuária ou útil, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis de representação funcional;

II – aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

Parágrafo Único. Não se aplicam os dispositivos estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, as obras e mobiliários da residência oficial do chefe do Poder Executivo.

III – aquisições de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso:

a) do Governador e Vice-Governador;

b) dos Presidentes do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa;

c) do Procurador Geral da Justiça;

IV – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

V – ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades

relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como condição o sigilo, constando os valores correspondentes de categorias de programação específicas;

VI – clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

VII – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 21. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Estadual, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, no qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 22. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que realizem atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2005 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 23. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais do ensino fundamental



ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC;

II – cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

IV – signatárias de contrato de gestão com a administração pública estadual, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública estadual, e que participem da execução de programas nacionais de saúde; ou

VI – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso IV do *caput* deste artigo; e

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 24. A execução das ações de que tratam os arts. 22 e 23 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25. A proposta orçamentária conterá dotação global, sob a denominação de “Reserva de Contingência”, não destinada especificamente a órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria de natureza de despesa de, no máximo, 0,1 % (um décimo por cento) da receita corrente líquida.

Art. 26. Para atendimento do parágrafo único do art. 272 da Constituição do Estado, a Universidade Estadual do Maranhão apresentará seu Programa de Trabalho à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão que a submeterá à aprovação do Chefe do Poder Executivo, antes de sua incorporação à proposta do Orçamento do Estado.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 27. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos artigos 203 e 204 da Constituição do Estado, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

II – do Tesouro Estadual;

III – de convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade;

IV – da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Estado; e

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, não poderá ser transferida para orçamento diferente do orçamento original.

Seção IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 28. O orçamento de investimento, previsto no art. 136, § 3º, inciso II, da Constituição do Estado, será apresentado, para cada empresa em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do art. 5º desta Lei, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no § 3º.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Estado;

III – oriundos de operações de crédito externas;

- IV – oriundos de operações de crédito internas;
- V – decorrentes de participação acionária do Estado; e
- VI – de outras origens.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29. O Poder Executivo, por intermédio da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão publicará, até 31 de agosto de 2004, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

Parágrafo Único. Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público do Estado, observarão o cumprimento do disposto neste artigo, bem como no art. 11, § 3º, inciso XVII, desta Lei, mediante atos próprios dos dirigentes máximos de cada órgão.

Art. 30. O Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento de março de 2004, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos estaduais.

§ 1º Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observada o limite do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Para efeito de cálculo de folha de pessoal, do ministério público, magistratura, defensores e procuradores de Estado, deverão ser considerados os percentuais diferenciados do adicional de férias a que tem direito conforme a Legislação em vigor.

Art. 31. Para efeito de cálculo dos limites da despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo colocará a disposição do Tribunal de Contas do Estado, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, a metodologia e a memória da receita corrente líquida.

Art. 32. No exercício de 2005, observado o disposto no art. 140 da Constituição do Estado, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 29 desta Lei, considerados os cargos transformados;

II – houver vacância, após 31 de agosto de 2004, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 33. O chefe do Poder Executivo adotará as providências necessárias à revisão geral anual da remuneração, proventos e pensões dos servidores públicos civis e militares do Estado, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 140 da Constituição do Estado, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Para fins de elaboração do anexo específico, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público informarão, e os órgãos setoriais do Poder Executivo submeterão, a relação das alterações de que trata o *caput* deste artigo ao órgão central de planejamento e orçamento do Poder Executivo, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar nº 101 e com o projeto de lei orçamentária.

Art. 34. No exercício de 2005, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 19, inciso II da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, exceto no caso previsto no art. 29, § 5º, inciso I, da Constituição do Estado, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Comitê de Política Salarial e Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira.

Art. 35. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou



quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa projetos de lei sobre matéria tributária que deva ser alterada, visando o seu aperfeiçoamento, à adequação a diretrizes constitucionais e ajustamento às determinações de leis complementares federais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Governador do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária anual, aprovará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos fiscal, da seguridade social e orçamento de investimento os Quadros de Detalhamento da Despesa, especificando para cada categoria de programação, a modalidade de aplicação, o elemento de despesas e o identificador de uso, que poderão ser posteriormente alterados para adequação às necessidades da execução orçamentária, observados os limites fixados para cada grupo de despesa.

Art. 38. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público do Estado em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público do Estado, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes e o Ministério Público, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 39. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 40. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 41. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2005, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo Único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, Poder Judiciário e para o Ministério Público, terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 42. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 43. Caso o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Governador do Estado até 31 de dezembro de 2004, a programação constante do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo poderá ser executada, em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta remetida à Assembléia, até que o projeto de lei seja efetivamente encaminhado à sanção.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da lei orçamentária anual, a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após a sanção governamental à lei orçamentária anual, através da abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações.

§ 3º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo, os projetos e atividades que não estavam em execução no exercício de 2004.

§ 4º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários;

III – pagamento do serviço da dívida;



IV – os projetos e atividades financiados com doações;

V – os projetos e atividades que estavam em execução em 2004, financiados com recursos externos;

VI – transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Municípios;

VII – pagamento de bolsa de estudo; e

VIII – pagamento de benefícios de prestação continuada e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza.

Art. 44. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 45. Serão consideradas receitas vinculadas, para elaboração do orçamento anual, somente as que já estiverem definidas em lei, quando do envio da proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

§ 1º As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das sociedades de economia mista e demais empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem integralmente às necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à destinação de contrapartida das operações de crédito.

§ 2º Os órgãos e entidades a que se refere o *caput* deste artigo, encaminharão à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, em prazo por ela fixado, o método de cálculo das estimativas de arrecadação de suas receitas diretamente arrecadadas para 2005.

Art. 46. As propostas parciais serão apresentadas segundo preços vigentes em 01 de junho de 2004.

Parágrafo Único. As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional, segundo a taxa de câmbio vigente no primeiro dia útil do mês de junho de 2004.

Art. 47. - As estimativas de despesas de custeio administrativo e operacional dos órgãos e entidades que integram o orçamento do Poder Executivo, realizadas à conta de recursos do Tesouro Estadual, não poderão ser superiores às dotações executadas no exercício de 2003.

Parágrafo Único. As despesas com publicidade de quaisquer órgãos ou entidades da administração direta e indireta deverão ser objeto de dotação própria em sua unidade

orçamentária, sem prejuízo daquelas alocadas no orçamento da Assessoria de Comunicação Social.

Art. 48. Os acordos trabalhistas dos órgãos da administração indireta só poderão ser celebrados pelos dirigentes, após Parecer da Procuradoria Geral do Estado e do Comitê de Política Salarial, e aprovação do Governador do Estado.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, DE DE 2004, 183º DA INDEPENDÊNCIA E 116º DA REPÚBLICA.

ESTADO DO MARANHÃO			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Lei de diretrizes Orçamentárias			
Metas e Projeções Fiscais			
(Art.4º, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101/2000)			
DISCRIMINAÇÃO	Em valores correntes		
	2005	2006	2007
	Valor	Valor	Valor
I-RECEITA	4.204.838.025	4.618.774.508	5.008.631.438
II-DESPESA	3.812.669.799	4.224.504.921	4.612.247.883
III-RESULTADO PRIMARIO (I-II)	392.168.226	394.269.587	396.383.555
IV-RESULTADO NOMINAL			
V-DÍVIDA LÍQUIDA	392.168.227	394.269.587	396.383.556

ESTADO DO MARANHÃO			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Lei de diretrizes Orçamentárias			
Metas e Projeções Fiscais			
(Art.4º, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101/2000)			
DISCRIMINAÇÃO	Em valores médios		
	2005	2006	2007
	Valor	Valor	Valor
I-RECEITA	4.196.007.865	4.609.075.062	4.998.113.312
II-DESPESA	3.804.663.192	4.215.633.461	4.602.562.162
III-RESULTADO PRIMARIO (I-II)	391.344.673	393.441.621	395.551.150
IV-RESULTADO NOMINAL			
V-DÍVIDA LÍQUIDA	391.344.674	393.441.621	395.551.151



ESTADO DO MARANHÃO								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
Lei de Diretrizes Orçamentárias								
Demonstrativo das Metas Fiscais								
(Art. 4º, parágrafo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000)								
DISCRIMINAÇÃO	Em valores correntes							
	Lei 2002 Valor	Realizado 2002 Valor	Lei 2003 Valor	Realizado 2003 Valor	Lei 2004 Valor	2005 Valor	2006 Valor	2007 Valor
I- RECEITA	2.935.218.667	3.308.846.000	3.361.396.912	3.434.745.608	3.725.630.477	4.204.838.025	4.618.774.508	5.008.631.438
II-DESPESA	2.611.037.208	2.863.646.000	3.051.137.871	3.290.107.973	3.312.684.995	3.812.669.799	4.224.504.921	4.612.247.883
III-RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	324.181.459	445.200.000	310.259.041	144.637.635	412.945.482	392.168.226	394.269.587	396.383.555
IV-RESULTADO NOMINAL								
V-DÍVIDA LÍQUIDA	385.804.092	353.240.064	393.630.024	402.709.137	453.373.407	392.168.226	394.269.587	396.383.555

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ESTADO						
(Art. 4º, parágrafo 2º, inciso 3 da Lei Complementar nº 101/2000)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2003		2002		2001	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	-2.734.597.953,64	-92,70	-2.246.409.096,00	-85,84	-1.896.569.685,00	-78,18
RESERVAS	5.286.174,93	0,18	5.898.391,00	0,23	9.347.392,00	0,39
RESULTADO ACUMULADO	-132.868.284,76	-4,50	-128.988.306,00	-4,93	-125.124.275,00	-5,36
RESULTADO DO PERÍODO	-87.783.948,24	-2,98	-247.325.685,00	-9,45	-355.067.889,00	-16,99
TOTAL	-2.949.954.011,71	-100,00	-2.616.824.695,00	-100,00	-2.367.414.457,00	-100,00

Fonte : GEPLAN-Balancos do Estado 2001,2002 e 2003

ANEXO DE METAS FISCAIS

Consolidação dos Benefícios Tributários, por tipo de Receita para 2005

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

Receita	Valor Estimado (em R\$ 1.000)	Participação Total dos Benefícios
1) ICMS	113.442	90,47
2) IPVA	11.949	9,53
Total dos Benefícios	125.391	100,00

Fonte: Gerencia de Estado da Receita Estadual – base 2003/2004.

Estado do Maranhão
Gerência da Receita Estadual
Memória de Cálculo para Apuração da Renúncia Fiscal – Ano 2005

Total da Renúncia = 125.391 mil reais

· **ICMS = 132.442 mil reais.**

Base para apuração: banco de dados da Declaração de Informações Econômico-Fiscais – DIEF.

Fórmula de apuração:

Ó das saídas isentas/não tributadas, exceto exportações e saídas interestaduais de combustíveis e GLP, de todos os contribuintes declarantes em 2003.

(715.183 mil reais => 600.500 mil reais p/ todo o Estado e 114.683 mil reais p/ outros Estados).

x alíquota saídas internas normal (17%) e saídas interestaduais normal (12%).

= ICMS renunciado sob a forma de isenções ou não incidência. (115.847 mil reais).

+ Ó dos créditos presumidos de todos os contribuintes declarantes em 2003.

(32.349 mil reais).

- não incidência e créditos de isenção não compensados (estimados em 30% do ICMS total das saídas isentas e não tributadas).

(34.754 mil reais).

= total da renúncia fiscal do ICMS no período apurado.

(113.442 mil reais).

· **IPVA = 11.949 mil reais**

Base para apuração: banco de dados sobre a propriedade de veículos automotores constante do Sistema de Informação da Segurança Pública.

Fórmula de apuração:

Σ de todos os veículos cadastrados por marca/modelo com status de “isenção” (inclui veículos com “imunidade” e “restrição” por roubo e furto) = 110.727

- veículos isentos – critério idade da frota (> = 15 anos) => 90% do total = 99.654.

- veículos isentos – critério demais benefícios => 10% do total = 10.773.

- valor médio IPVA lançado por veículo (base 2004) = R\$ 142,81.

- valor médio IPVA não lançado por veículo (+ 15 anos) = R\$ 104,47 (valor ano anterior corrigido p/IGP DI Mar/04)

Valor estimado da renúncia fiscal de veículos isentos – critério base da frota = 99.654 * 104,47 = 10.411 mil reais.

Valor estimado da renúncia fiscal de veículos isentos – critério demais benefícios = 10.773 * 142,81 = 1.538 mil reais.

Σ dos valores da renúncia fiscal do IPVA = 11.949 mil reais = total da renúncia fiscal do IPVA no período apurado.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2005

(artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

No que se refere as receitas próprias administradas pelo Estado, o principal risco que se vislumbra decorre da aprovação da PEC nº 228/04, que altera o Sistema Tributário Nacional, trazendo inúmeras modificações no ICMS. Dois pontos merecem destaque quanto à possibilidade de perdas de arrecadação em 2005. O primeiro tem a ver com o disposto nas alíneas “a” e “d”, inciso V, e “b”, inciso VII, do § 2º do art. 155, que estabelecem a aplicação da menor alíquota (4%), destinando todo o produto da arrecadação ao Estado de origem, ou isenção total, para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com máquinas e implementos agrícolas, com insumos agropecuários, inclusive material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar e as mercadorias, bens e serviços definidos pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, “g”, resultando perdas estimadas de 3,5% a 4% da arrecadação. O segundo se refere ao disposto na alínea “j”, inciso VI, do § 2º do art. 155, que definiu tratamento tributário diferenciado nas operações com gás natural e seus derivados (sistema misto) em relação ao petróleo e seus derivados e energia elétrica (princípio de destino). O risco incide sobre a possibilidade iminente de substituição do gás natural como fonte de energia e combustível alternativos com menor custo, prejudicando a arrecadação dos estados consumidores que pela atual técnica do ICMS ficam com a totalidade da arrecadação. No Maranhão representa 1/3 de toda sua base tributária.

RESUMO DOS SALDOS DEVEDORES DA DÍVIDA PÚBLICA POR ANO			
DE ACORDO COM O ANEXO 16			
			VALOR R\$ 1,00
ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA	TOTAL
1995	2.030.817.968,91	4.673.636,07	2.035.491.604,98
1996	2.315.723.424,60	14.159.678,16	2.329.883.102,76
1997	2.662.937.664,78	55.361.934,58	2.718.299.599,36
1998	2.903.329.237,69	77.596.996,21	2.980.926.233,90
1999	3.923.937.874,89	145.409.969,49	4.069.347.844,38
2000	4.047.167.935,81	209.647.150,49	4.256.815.086,30
2001	4.552.237.137,63	240.499.578,16	4.792.736.715,79
2002	5.270.637.323,29	367.596.968,76	5.638.234.292,05
2003	5.265.483.705,73	322.085.287,53	5.587.568.993,26

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER Nº 59/2004

RELATÓRIO:

Capeado pela Mensagem Governamental nº 029/2003, datada de 24 de março do ano em curso, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ REINALDO TAVARES, encaminha a esta Casa, o incluso Projeto de Lei nº 051/2004, que concede auxílio-refeição a servidores que indica.

O Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental, justifica a proposição afirmando que: a implementação do auxílio-refeição proporcionará melhor nível de satisfação para que se proceda atendimento de qualidade aos usuários dos serviços por eles prestados, ressaltando-se que tal se deve em função do horário diferenciado de funcionamento a que estão sujeitos.

Nos termos do presente Projeto de Lei os recursos referentes à implementação do auxílio-refeição serão, obrigatoriamente, oriundos da receita própria da autarquia, configurando-se despesa operacional.

Com efeito, o objetivo da proposição está justificado na forma acima transcrita, não carecendo maiores delongas sobre o assunto e a providência preconizada é perfeitamente legal e constitucional (art. 43, inciso III, da Constituição Estadual), estando o projeto redigido em boa técnica legislativa.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, estando, portanto, a matéria sob exame, fundamentada no princípio constitucional da reserva de iniciativa, assegurada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispositivo acima citado. Opinamos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 051/2004, de autoria do Poder Executivo.

È o voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Nos termos do art. 41 do Regimento Interno deste Poder, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento, Finanças e Fiscalização e a de Relações do Trabalho e Administração Pública, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 051/2004, nos termos do voto do Relator.

È o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 19 de abril de 2004.

Deputada TERESA MURAD-PRESIDENTE
 Deputado CARLOS BRAIDE-RELATOR
 Deputado PAVÃO FILHO
 Deputado MAURO BEZERRA
 Deputado RIGO TELES
 Deputado SOLINEY SILVA
 Deputado RUBENS PEREIRA
 Deputado ELIGIO ALMEIDA
 Deputado LUIZ PEDRO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER Nº 068/2004

RELATÓRIO:

O Governador do Estado através da Mensagem nº 36 datada de 02 de abril do ano em curso, submete à consideração desta Casa de Leis, consoante dispõe a Carta Política Estadual o Projeto de Lei nº 055/2004, que extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734 de 19 de abril de 2002 e dá outras providências.

Na Mensagem Governamental o Senhor Governador esclarece que “a proximidade da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana das Gerências de Estado localizadas em São Luis tem causado alguns entraves no desenvolvimento das suas missões, bem como duplicidade de esforços que resultam, muitas vezes, em retrabalho, comprometendo a eficácia e qualidade dos serviços prestados à população”.

Esclarece ainda, Sua Excelência o Governador que, “a relevância da adequação estrutural que ora propõe com a extinção da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, como fator que permitirá a efetiva agilidade, qualidade e eficiência dos serviços, como também direcionará os esforços de maneira racional para o alcance da meta mobilizadora”.

Com efeito, o objetivo da proposição está justificado na forma acima transcrita, não carecendo maiores delongas sobre o assunto e no tocante à iniciativa, não vislumbramos óbice algum a sua aprovação, porquanto se trata de assunto incluso entre os de iniciativa privativa do Governador do Estado, a teor do disposto no art. 43, incisos III e V, da Carta Política Estadual.

VOTO DO RELATOR:

Por considerar que o projeto em exame respeita a boa técnica legislativa e contempla os requisitos essenciais de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é pela sua aprovação.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Nos termos do artigo 41, do Regimento Interno deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e Relações do Trabalho e Administração Pública, para apreciar a matéria.

Os membros da comissão de Constituição e Justiça votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 055/2004 nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 19 de abril de 2004.

Deputada TERESA MURAD - PRESIDENTE

Deputado CARLOS BRAIDE - RELATOR

Deputado PAVÃO FILHO

Deputado MAURO BEZERA

Deputado ELIGIO ALMEIDA

Deputado LUIZ PEDRO

GABINETE DEPUTADO RIGO TELES

REQUERIMENTO Nº 069/04

Senhor Presidente

Na forma regimental, requero a V. Exa. que depois de ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Saúde e Defesa do Consumidor, objetivando encontrar uma solução para regularização do atendimento dos usuários de planos de saúde, os quais estão sendo prejudicados em virtude de algumas empresas não terem aceito a tabela de preço proposta pelo CRM, o que ocasionou a suspensão de consultas médicas e outros procedimentos, com prejuízos diretos para os associados.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 14 de abril de 2004.

RIGO TELES
Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 071/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício a Ilma. Sra. Presidenta do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, Professora Maria Lúcia Castro Martins, solicitando providências no sentido de determinar que sejam encaminhadas à **Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, informações sobre:

- 1) O quantitativo de Escolas Cadastradas no Conselho Estadual de Educação do Maranhão.
- 2) A quantidade de Escolas que cumprem rigorosamente com as normas estabelecidas pelo Conselho.
- 3) A quantidade de Escolas que não têm cumprido com as normas estabelecidas pelo Conselho e que portanto, estão irregulares.

Quero lembrar que, as informações ora pleiteadas são importantes para que a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, obtenha subsídios suficientes sobre os problemas enfrentados pela **GDH**, e elaborar uma pauta dos trabalhos a serem desenvolvidos pela referida comissão, no sentido de contribuir com o Governo do Estado, visando melhorar ainda mais a qualidade do ensino público no Maranhão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em 24 de Março de 2004.

ALBERTO FRANCO
PRESIDENTE

LUIZ PEDRO
MEMBRO

TERESA MURAD
SUPLENTE

FORTUNATO MACÊDO
SUPLENTE

REQUERIMENTO Nº 072/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Gerente de Desenvolvimento Humano – GDH, Dr. Altemar Lima de Sousa, solicitando providências no sentido de determinar que sejam encaminhadas à **Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**, informações sobre:

- 1) Os fatores que contribuíram para que o recém criado PROGRAMA TELE-ENSINO, não tenha conseguido os avanços esperados em matéria de ensino público no Estado, em algumas escolas os equipamentos encontram-se sucateados, em outras até desapareceram.
- 2) Os Municípios que aderiram ao PROGRAMA TELE-ENSINO e os locais de funcionamento.
- 3) A situação dos serviços de vigilância terceirizados nas escolas públicas, cuja competência é da Gerência de Desenvolvimento Humano – GDH.

Quero lembrar que, as informações ora pleiteadas são importantes para que a **Comissão de Educação da Assembléia Legislativa**, obtenha subsídios suficientes sobre os problemas encontrados na **GDH**, agora sob o comando de Vossa Excelência, e elaborar uma pauta dos trabalhos a serem desenvolvidos pela referida comissão, no sentido de contribuir com o Governo do Estado, visando melhorar ainda mais a qualidade do ensino público no Maranhão.



Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em 19 de abril de 2004.

ALBERTO FRANCO
PRESIDENTE

LUIS PEDRO
MEMBRO

TERESA MURAD
SUPLENTE

FORTUNATO MACÊDO
SUPLENTE

GABINETE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO

INDICAÇÃO Nº 274/2004

SENHOR PRESIDENTE,

Na forma regimental requero a V. Exa., que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **Excelentíssimo Senhor Doutor José Reinaldo Tavares**, DD. Governador do Estado do Maranhão, solicitando que seja determinado ao Gerente de Estado da Infra-Estrutura **Dr. João Cândido Dominice**, providências em regime de urgência na recuperação da **MA – 127** que liga a cidade de Caxias à cidade de São João do Sotér, numa extensão de 62Km, bem como das quatro pontes localizadas na citada **MA** que se encontram destruídas.

A referida estrada é de fundamental importância para a região, e seus usuários estão sofrendo conseqüências drásticas com sua atual condição de tráfego pela existência de inúmero buracos e atoleiros, bem como as pontes que se encontram destruídas tendo de ser utilizados desvios improvisados e às vezes apresentando riscos à população, uma vez que o inverno forte tem mantidos os córregos e riachos sempre cheios.

PLENÁRIO GERVÁSIO SANTOS do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis-Ma, em 14 de abril de 2004.

HUMBERTO COUTINHO
Deputado Estadual

GABINETE DEPUTADO
REGINALDO COSTA NUNES

INDICAÇÃO Nº 275/04

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 131, solicito que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, para que autorize a Coordenadora do Programa 1º Emprego, na pessoa da **Sra. Elizabete Azevedo**, destinar 10% (dez por cento) das vagas existentes no referido programa, aos jovens e adultos filhos dos policiais militares e civis do Estado do Maranhão.

Consciente dos compromissos do atual governo e por ser esse programa de relevante interesse social, por certo, se merecedor do apoio dos ilustres colegas deputados, trará benefício à maioria desses jovens que lutam em busca de um

emprego, para assim, ajudarem os pais, no custeio dos seus estudos.

Plenário “Gervásio Protásio dos Santos”, do Palácio Bequimão”, em São Luís, 05 de abril de 2004.

Reginaldo Costa Nunes
Deputado Estado – PL - Maranhão
3º Vice-Presidente

GABINETE DEPUTADO
ALBERTO FRANCO

INDICAÇÃO Nº 276/04

Autoria: Deputado Alberto Franco

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. **Gerente Geral da TELEMAR, no MARANHÃO, Dr. ALCEU VENTUROSO JUNIOR**, solicitando providências, no sentido de autorizar a instalação de um **TELEFONE PÚBLICO “Orelhão”, no POVOADO CABANIL, NO MUNICÍPIO DE CURURUPU**, considerando que o referido povoado não dispõe desse relevante serviço público de largo alcance social, de comunicação rápida e eficiente com o mundo exterior.

Telefonia Pública é sem dúvida um serviço relevante, reduz a distância entre as comunidades, facilita a comunicação entre as pessoas, que quase sempre ficam isoladas do resto do mundo. Sem contar a sua importância como um cobiçado filão no sistema de telecomunicações no Brasil e, graças a sua reestruturação houve melhora na relação capital/trabalho gerando divisas, emprego e renda aos maranhenses.

O povoado ao qual nos referimos possui a maior concentração de famílias entre os povoados circunvizinhos como: **Santo Antonio, Vista Alegre, Açude, Passolhando, Tipizal, Aguias Mortas, Rio Grande e Mariano**, sem contar que, ao longo do tempo tem sido o centro econômico entre os demais lugarejos aqui citados. Portanto, o pleito dos moradores do povoado Cabanil, refletido no abaixo-assinado e no **CT/MA/DS/CME/605 – 99 TELEMAR**, há muito faz por merecer da referida companhia a atenção devida. Esperamos, portanto, que o mesmo seja inserido no Plano de Universalização de Metas da TELEMAR, durante o exercício de 2004.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 12 de abril de 2004.

ALBERTO FRANCO
Deputado Estadual – PSDB

GABINETE DEPUTADO
ALBERTO FRANCO

INDICAÇÃO Nº 277/04

Autoria: Deputado Alberto Franco

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando providências no sentido de determinar à Gerência Metropolitana de São Luís, que autorize a **RECUPERAÇÃO COM A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 01, no BAIRRO SANTA EFIGÊNIA**, considerando o péssimo estado de conservação em que a mesma se encontra, cheia de buracos, dificultando o trânsito de veículos e pedestres que diariamente circulam pela referida via pública.

A rua a qual nos referimos, está praticamente intrafegável, principalmente com o período das chuvas, colocando em risco a saúde física das pessoas.

É necessário que a autoridade governamental determine a execução de políticas públicas que visem tornar a vida da população mais saudável, executando obras de infra-estrutura melhorando a qualidade de vida das pessoas e o aspecto paisagístico do bairro.

Nossa propositura em benefício dos moradores da **RUA 01 no Bairro Santa Efigênia**, vem atender a um antigo anseio da população da referida artéria, refletido no abaixo-assinado em anexo, em obterem do poder público ações concretas no que tange a realização da obra de Pavimentação Asfáltica do referido logradouro público.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. Em São Luís, 05 de abril de 2004.

ALBERTO FRANCO
DEPUTADO ESTADUAL PSDB

INDICAÇÃO Nº 278/04

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requiro a V.Exa. que, após ouvida a Mesa, seja enviado ofício ao doutor José Reinaldo Tavares, governador do Estado, solicitando providências no sentido de determinar ao órgão competente da administração estadual a conclusão das obras para construção de uma galeria na rua dos Cravos, nas imediações da Lagoa da Jansen, no bairro de São Francisco, onde se encontra aberta uma vala que vem ocasionando o alagamento das casas de números 12, 12-A, 2, 20 e 21.

A então Gerência Metropolitana iniciou os trabalhos para a construção da galeria, fechando apenas uma parte da vala, causando sérios transtornos aos moradores, a quem aquela Gerência propôs uma indenização, uma vez que, no espaço de suas casas, seria construída a mencionada galeria. Interrompida a obra, os moradores dos imóveis 20 e 2 encontram-se atemorizados com os sinais visíveis de desabamento de suas casas, razão por que é de extrema urgência uma providência por parte do poder público para evitar danos à vida dos moradores e aos seus bens materiais, além da preservação de sua saúde,

uma vez que já se sentem afetados pela proliferação da dengue, naquelas imediações.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão, em São Luís, 7 abril de 2004.

“Justiça pra toda vida”

HELENA BARROS HELUY
DEPUTADA ESTADUAL/PT

INDICAÇÃO Nº 279/04

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requiro a V.Exa. que, após ouvida a Mesa, seja enviado ofício ao gerente geral da TELEMAR, doutor Alceu Venturoso Júnior, solicitando providências no sentido de mandar instalar um telefone público na sede da Fundação da Paz, instituição não governamental, que desenvolve um programa de prevenção, tratamento e reinserção de alcoólicos e farmacodependentes, localizada no município de Timon, na estrada Timon/Castelo – km. 14, zona rural do Maranhão.

A instalação do telefone público solicitado é de extrema necessidade para o funcionamento daquela entidade, que, embora não atinja o número de moradores exigidos para implantação desse serviço, opera com setenta internos, além de seu corpo técnico e voluntários que dependem, para a sua comunicação, exclusivamente, do telefone celular, tornando-se, praticamente, inviável o sistema de comunicação pelos altos custos e acesso restrito de usuários.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão, em São Luís, 6 abril de 2004.

“Justiça pra toda vida”

HELENA BARROS HELUY
DEPUTADA ESTADUAL/PT

Gabinete do Deputado João Evangelista **Indicação nº 280/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requiro a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Vassoura no município de Sucupira do Riachão.



Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 281/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Jatobá no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 282/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Ribeirão no município Fernando Falcão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 283/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos** o povoado **Centro do Totó**, no município de Araganã.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 284 /04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Quadra Jericó no município de Araganã.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 285/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Quadra Betel no município de Araganã.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 286/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Quadra Belém no município de Araganã.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 287/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro do Procópio no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 288/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Raimundo Zeca no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 289/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Vila do Conde no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 290/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor

Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Barro Branco no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 291/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Água Bela no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 292/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Santa Maria do Cabeça no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 293/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**,



através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Água Preta, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 294/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Santana dos Machados, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 295/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Manoel de Sousa no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 296/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Alto da Cruz no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 297/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Santa Tereza, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 298/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Boa Vista, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 299/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Alto dos Pereiras, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 300/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro do Geraldo no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 301/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Arara, no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 302/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro do Ozias no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 303/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Nova Rússia no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 304/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro do Daniel no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 305/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado São João do Jeto no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual



**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 306/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado São Raimundo II no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 307/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Sítio Novo no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 308/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro do Rosa no município de Governador Newton Bello.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 309/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Guaribas, no município de Lago dos Rodrigues.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 310/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Centro dos Gonçalves, no município de Lago dos Rodrigues.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 311/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Alto Bonito Barraquinha, no município de Lago dos Rodrigues.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 312/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Ribeirão, no município de Fernando Falcão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 313/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Juruparaná, no município de Lago dos Rodrigues.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 314/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Sumauma dos Mamedes, no município de Lago dos Rodrigues.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 315/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Nova Assis no município de Pedreiras.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 316 /04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Lago do Barbosa no município de Pedreiras.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 317/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Eira no município de Pedreiras.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

**João Evangelista
Deputado Estadual**



Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 318/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Pau Gelado no município de Pedreiras.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 319/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Catinga de Porco no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 320/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Tinguís no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 321/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor

Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Recanto no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 322/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, a Sede do município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 323/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Lagoa Grande no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 324/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**,



através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Capitão do Campo no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 325/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Canaveira, no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 326/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Santa Luz no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 327/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Bonito no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 328/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Marruais no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 329/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Santa Bárbara no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 330/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Matança no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.



João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 331/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Campo Alegre no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 332/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Brejinho no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 333/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando que autorize a inclusão no **Plano de Universalização de Energia Elétrica**, através do **Programa Luz Para Todos**, o povoado Manajó no município de Sucupira do Riachão.

Plenário “**Gervásio Santos**” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 14 de abril de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado Deusdete Sampaio
INDICAÇÃO Nº 334/04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Senhor Desembargador Milson Coutinho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a implantação, com a devida urgência, da 3ª Vara da Comarca de Açailândia, criada recentemente, de maneira a possibilitar a agilização dos serviços judiciários na referida comarca, levando-se em conta o grande volume de processos em tramitação na mesma.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 14 de abril de 2004.

DEUSDETE SAMPAIO
Deputado Estadual

GABINETE DEPUTADO
DOMINGOS DUTRA
INDICAÇÃO Nº 336/04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa requero a V. Exª, seja encaminhado expediente ao Deputado **PAVÃO FILHO**, Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos ao à Deputada **MAURA JORGE** Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, da Assembleia Legislativa no sentido de serem realizadas audiências públicas em conjunto e adotadas as providências legais e políticas cabíveis visando apurar distorções e irregularidades no **custo das passagens** e as condições de higiene e segurança nos serviços de Ferry Boats entre São Luís Cujupe, Município de Alcântara.

JUSTIFICATIVAS:

Em 1999, por nossa iniciativa a Comissão de Fiscalização realizou audiências públicas envolvendo o Ministério Público, gestores do governo e os operadores dos ferrys bots visando apurar abusos praticados nos preços das passagens e nas condições de higiene e segurança dos mesmos.

Após várias audiências os operadores dos ferrys concordaram reduzir em **R\$ 2,00**(dois reais) no preço cobrado nos veículos de passeio e **R\$ 1,00**(hum real) no preços das passagens de passageiros.

Em contra partida o governo federal fez grandes investimentos na área, o que na prática só beneficiou os operadores.

Foi constatado também que os operadores dos ferrys faturam por mês cerca de **meio milhão de reais** e oferecem serviços incompatíveis com o lucro obtido.



No último final de semana quase ocorre uma tragédia na travessia São Luís Cujupe, com ferrys à deriva, pânico entre os passageiros e falta de condições de atendimento aos usuários.

Esta situação não deve continuar. Os trabalhos de investigação devem ser concluídos. Os preços das passagens de pessoas e veículos devem diminuir. Este serviço é uma verdadeira **mina de ouro** para os operadores, em prejuízos do sofrimento de um povo que passa toda sorte de privações.

Sala das Sessões do Plenário “Gervásio Santos”, do Palácio Manoel Bequimão, em 15 de abril de 2004.

JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA

DEP. DOMINGOS DUTRA(PT)

GABINETE DEPUTADO RUBEM BRITO

OFÍCIO Nº 030/04–GDRB São Luís, MA, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Apensado ao presente estamos enviando a vossa excelência, para que seja encaminhado à publicação no Diário desta Assembléia Legislativa, o Relatório-Síntese do Seminário “**ÁGUA PARA A VIDA E PARA O DESENVOLVIMENTO**” realizado no auditório “Fernando *Falcão*”, instalado na Sede desta Casa, no período de 25 a 27 de março de 2003, promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo, através do requerimento nº 025/2003 de nossa autoria.

Atenciosamente,

RUBEM BRITO
Deputado / PDT

Excelentíssimo Senhor

Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão

Nesta

São Luís-MA, 15 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo, instituída por essa Presidência, passo às mãos de Vossa Excelência o Relatório-Síntese do Seminário “**ÁGUA PARA A VIDA E PARA O DESENVOLVIMENTO**” realizado no auditório “Fernando *Falcão*”, instalado na Sede desta Assembléia, nos dias 25, 26 e 27 de março, por iniciativa do Deputado Rubem Brito, através do Requerimento nº 0058/2003, datado do último dia 13 de março p.p., deferido por Vossa Excelência e encaminhado para esta Comissão, para apreciação, e aprovado por maioria dos seus Membros, que teve como objetivo esclarecer e conscientizar a

sociedade sobre a questão ecológica e colher subsídios para a institucionalização de políticas públicas de preservação, proteção e uso racional das águas doces, bem com de universalização da distribuição de água potável.

1º Dia do Seminário - dia 25MAR03 - sub-tema: **Águas Superficiais**. Constituição da Mesa: Dep. Pavão Filho, representando o Presidente da comissão de Meio Ambiente, Dep. Soliney Silva; o Engenheiro Pinheiro Marques Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; a Dep Helena Heluy membro da Comissão de Meio Ambiente Minas Energia e Turismo; o Dep. Deusdeth Sampaio membro Titular da Comissão; o Dep. Antonio Bacelar; o Prof. Ricardo Barbieri da UFMA; O Expositor desta tarde o Dr. José Policarpo Costa Neto Engenheiro Agrônomo, Professor da Universidade Federal do Maranhão Doutor em Limnologia pela UNICAMP.

DEP. PAVÃO FILHO – a Assembléia Legislativa do Maranhão está de parabéns, porque encampa um tema tão importante que trata a água, preocupação hoje do mundo inteiro. Grande desafio do Séc. XXI, indispensável para a nossa vida e, o Dep. Rubem Brito teve a brilhante iniciativa de propor à Comissão de Meio Ambiente, este Seminário de três dias para discutir e debater a importância da água, as nossas responsabilidades como cidadãos, poder público e a comunidade, voltados à água. Portanto, quero ao abrir este Seminário em nome do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Dep. Soliney Silva, parabenizar mais uma vez o dep. Rubem Brito por esta iniciativa. Relata o apoio oferecido pela Mesa Diretora, na pessoa do Presidente da Assembléia Dep. Carlos Alberto Milhomem, com o material publicitário e divulgação da programação do evento. Parabeniza a mesa e se desculpa em ter que ausentar-se do evento por estar enfermo.

DEP. DEUSDETH SAMPAIO – teceu comentários sobre a guerra pelo petróleo, achando que no futuro poderemos ter a guerra pela água, por estar em pauta nas grandes discussões futuras deste planeta e, temos que estar atento para o problema da água, principalmente porque oi nosso país, graças a Deus, possui água potável em grande quantidade, essencial à nossa sobrevivência. Agradeço o convite e sinto honrado em coordenar estes trabalhos.

DEP. RUBEM BRITO - agradeceu, como proponente do evento, a presença de todos que atenderam ao chamado; à Comissão de Meio Ambiente desta Casa que tão prontamente aprovou esta iniciativa; ao Eng.º e amigo particular, o Sr. Pinheiro Marques, Presidente do CREA; ao expositor desta tarde, que aceitou nosso convite, o Prof. Policarpo Costa Neto; a presença do jornalista, ambientalista e, Presidente da ECOBELO, Sr. Márcio Mendonça, também Ver. De Humberto de Campos; os Deputados Deusdeth e Helena Heluy; à Secretária da Comissão, equipe de som, taquigrafia e apoio e, por fim, ao Deputado Carlos Alberto Milhomem que tem prestado todo apoio a este evento. O Seminário não é meramente técnico mas, político, ouvindo todos aqueles que se preocupam com esta problemática, no momento que estamos vivenciando o Ano Internacional das Águas Doces, declarado assim pela UNESCO, através da ONU e, também na semana seguinte em que se comemora em todo mundo o “Dia Mundial das Águas”. Tive a oportunidade de ouvir o



Embaixador do Iraque, onde prestava um declaração em Nova York que, esta guerra contra o Iraque, não é só pelo interesse do petróleo do Oriente Médio, mas é uma guerra também, pelo controle dos recursos hídricos do Rio Eufrates e do Tigre, recursos estratégicos e preciosos àquele Continente. Dados revelam que 43% da população mundial sofre com a falta d'água; hoje o relatório da ONU revela que em 2050, 80% da população mundial sofrerá com a falta d'água. O Kwait é um dos países que sofre com a falta d'água. O Brasil é o 23º País com maior disponibilidade de água do doce do mundo e, o Maranhão, é um dos primeiros Estados que possui o mais elevado percentual deste tipo de água. No entanto, vivemos uma contradição que, ao mesmo tempo, possuímos 60% das águas do interior do Nordeste, 40% desta população urbana sofre com a falta de água potável além, de não possuir a distribuição deste bem. É incipiente e irrisório o acesso dos produtores rurais aos mananciais de águas doces do Estado apesar, de termos rios caudalosos, de onde provém $\frac{2}{3}$ da água consumida na grande São Luís além, dos rios Mearim e Pindaré. O objetivo deste Seminário, além de colher subsídios, visa levar informações à Assembléia Legislativa para que possamos apreciar o Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, que já tramita, objetivando a regulamentação dos recursos hídricos e a sua gestão, perseguindo a proteção, a preservação dos mananciais, o uso racional desses recursos, o uso econômico e a universalização do atendimento à água e a promoção do desenvolvimento, a fim de superarmos a pobreza e a fome que infelizmente infelicita a maioria do povo maranhense.

DEP. HELENA HELUY - louvou e agradeceu a iniciativa do colega e, a oportunidade de testemunhar a abertura deste Seminário mas, terá que se ausentar deixando o professor Robson Pereira, que permanecerá acompanhando a exposição e os debates.

DEP. RUBEM BRITO - proferiu saudações aos participantes, registrando a presença de representantes do Batalhão da Polícia Florestal, informando a metodologia dos trabalhos. Nesta tarde iremos debater sobre o sub-tema: águas superficiais, sua proteção, a preservação dos mananciais, das suas margens, o balanço hídrico, a outorga do direito de uso e, o valor econômico, além, de outros assuntos de similar interesse. Informando que o Dr. José Policarpo Costa Neto, é um conceituado estudioso sobre o assunto, principalmente na região da baixada dos lagos. No segundo dia, haveremos de discutir o sub-tema: águas subterrâneas, com o Dr. Carlos Borromeu; finalizando temos, o terceiro e último sub-tema, onde debateremos sobre a água no desenvolvimento da agricultura e da geração de energia, com o Dr. Ivan Soares Telles, consultor do Ministério da Integração para Transposição das Águas do Rio São Francisco.

DR. JOSÉ POLICARPO COSTA NETO - questionou a perda das discussões construídas e travadas como, habitualmente, se faz em reuniões, muitas das vezes, esquecidas, ao passar o evento. Hábito tão nefasto, cultivado por nós, esperando que este encontro seja, tão importante quanto os outros, portanto, sobre os recursos hídricos, nos dispomos, eu o Professor Ricardo Barbieri, a estar aqui nesta Conferência, dispostos a trocar informações e idéias de interesse comum. Em

conversa recente com o Professor Ricardo, informamos que pesquisadores antes da Guerra do Vietnã, haviam catalogado pouco mais de 500 substâncias encontradas em águas naturais, mas, bastou, a Guerra com os desfolhantes químicos, napalm, agente laranja e outros quentais, para que este número fosse duplicado. Passada a Guerra registraram aproximadamente 505 novas substâncias que, até então, não haviam sido identificadas em qualquer corpo d'água. A partir daí, começo a refletir sobre esta batalha que se abate cruelmente sobre o povo Iraquiano, o que acontecerá com a água daquela região, quantas novas substâncias serão incorporadas com as novas tecnologias contidas nas bombas jogadas sobre os rios Tigre e Eufrates e dos ecossistemas daquele Continente. Nunca foi tão importante, discutirmos a questão da água. Vivemos, como afirmou a Dep. Rubem Brito, num dilema, por termos uma reserva d'água, a maior do Nordeste, convivendo com homens, mulheres e crianças, todos os dias carregando latas d'água na cabeça. Começaria, então, manifestando ao Plenário, uma extrema preocupação já observada, com os nossos ecossistemas aquáticos. Sábado próximo, estivemos por duas vezes na Rádio Educadora participando de 02 programas, onde reiterávamos com mais ênfase a nossa preocupação, sobretudo, com a degradação destes ecossistemas aquáticos. Os nossos antepassados nos entregaram estes ecossistemas praticamente perfeitos, com seu metabolismo funcionando e, conseqüente, destruímos todos dentro de um prazo de 25 anos. Em São Luís, a degradação das bacias dos Rios Bacanga e Anil, não ultrapassaram 25 anos; a do Rio Paciência, durou um pouco menos, aonde aconteceu próximo a Forquilha e a Maioba, onde havia uma famosa granja leiteira, supridora de leite para São Luís, por volta de 1970, esta empresa entrou com uma ação de danos, perdas e lucros cessantes, contra o Governo do Estado, através da CAEMA, haver destruído o ecossistema do local. No interior, de um modo geral, todos os nossos rios tem como linha comum, a destruição de matas ciliares e, conseqüentemente, o seu assoreamento. Voltando a capital, verificamos um mapeamento geográfico muito especial, observando que o curso de nossos rios é no sentido sul norte, tendo como principais os rios Itapecuru, Mearim, Munim e Pindaré, todos desaguando no entorno de nossa capital, trazendo uma preocupação adicional às autoridades ambientais do Estado. Alguns autores definem este tipo de sistema, onde a ilha se assenta em estuários, como mensageiros, levando informações ecológicas. A estudiosos que, através do sedimento, estudam a história das civilizações. Através dos emissários de informação os rios, de um modo geral, estão todos com a sua mata ciliar destruída. Mas, esse é definido com um ponto crucial, uma preocupação fundamental e imprescindível, para que possamos fazer gestão ambiental. Conhecemos o que acontece com toda bacia hidrográfica, com as nascentes dos rios que formam estas bacias, com os eventos que ocorrem, com a mata ciliar e os estuários, são informações de fundamental importância, para que, possamos extrair dos ecossistemas, aquilo que, a ciência passou a chamar de **uso múltiplo**. E, é com esta visão, que encaramos sobre o aspecto dos rios, fornecendo alimentação através do pescado, navegação, água para suprimento e necessidades domésticas, industriais, para o suprimento da agricultura e para o turismo. Como podemos fazer gerenciamento ambiental de ecossistema, se os recursos que os sucessivos Governos alocam são ínfimos. Gostaríamos de saber, ou pelo menos ter uma idéia, qual o



percentual em médio, tem sido destinado ao nosso Estado. O IBAMA, salvo equívoco, dispunha para o Estado com 333.000 km², apenas 56 fiscais, contando efetivamente com 26 fiscais. Só para gerir os ecossistemas da baixada maranhense, seriam necessários, no mínimo, de 100 fiscais. O que se vê, é nenhuma vontade, através das instituições do Governo Estadual, em encarar a questão ambiental com seriedade. Tudo isso é uma preocupação nossa, mas, nós temos dito com muita frequência, e não cansamos de reiterar, as devidas atenções ao assunto. O ser humano em seu metabolismo, consome muita água. acho um dado extremamente generoso, quando o Dep. Rubem Brito afirma, sobre o percentual de 40% da população que não se beneficia com o abastecimento d'água tratada. Enquanto temos na outra extremidade, desta questão, a seguinte preocupação com os 60% que recebem esta água tratada e, nos leva a indagar sobre a qualidade desta água oferecida. Estive recentemente no município e, constatei, que a água oferecida à população, é de cor marrom e com cheiro insuportável e, característico ao das águas que contem algas cianofíceas. É o mesmo grupo de algas que por volta de 06 ou 08 anos, estavam contaminando as águas do processo de hemodiálise no município de Caruaru, em Pernambuco e, salvo me engano, levou a morte de mais 29 pessoas. A professora Sandra, que trabalha pesquisando a produção de toxinas de algas nas águas, identificou o que estava causando a morte destas pessoas submetidas à hemodiálise, o resultado detectado era uma substância chamada *microcistina*, provocada por algas *microcistis aeroginosa*, contida na água. Não sabemos sobre o tipo e qualidade da água oferecida a população de São Luís e do Estado. Os hospitais estão entupidos de pessoas com doenças causadas pela água, ou seja, doenças de veiculação hídrica, onde há registros de mais de 74 doenças causadas pela água. Na baixada maranhense, o Rio Pericumã, possui ciclo de acidez abaixo de 6, mas, no período entre novembro e março (inundação), o PH cai para 3.2, a registros anteriores de até 2.8. Estamos começando com trabalho associando a ocorrência de doenças de veiculação hídrica com a acidez, doenças do tipo ulcera e gastrite. Fizemos um registro importante na nossa pesquisa realizada no rio Turiaçu, identificando uma espécie de bactéria causadora de toxina. Observem que os dejetos que as cidades que ficam à margem do rio Turiaçu, por exemplo, a cidade de Santa Helena, despeja seus esgotos e o lixo, sem nenhum tratamento, em Pinheiro, a entrada, cartão postal, atrás da rodoviária, é local de lançamento constante de esgoto, observando ser uma região inundável.

DEP. RUBEM BRITO - anunciou a saída da Dep. Telma Pinheiro, para tratar de assunto da Casa e, registrou a presença do Dep. Hélio Soares, para tomar lugar à Mesa, em substituição à nobre Deputada.

DEP. TELMA PINHEIRO - citou a preocupação desta Comissão e, de todo o universo ambientalista, pessoas do Governo e da sociedade, que tenham levado a questão da água como prioridade para a sobrevivência e para a vida das populações, tanto a atual, quanto futura. Comunica ao Dep. Rubem Brito que, amanhã, estaria em previsão desta Casa, uma Audiência Pública para tratar sobre a revisão da Lei n.º 7.052, que versa sobre os recursos hídricos do nosso Estado. Mas, tendo em vista este Seminário, para não haver coincidência,

transferimos para uma outra data, convidando os presentes para as discussões.

DR. OHTELINO ALVES NETO - colocou a preocupação do Governo e, em especial, a sua, como gestor público à preservação do meio ambiente e, em particular, os recursos hídricos. Quer que seja cobrado do Partido Verde, representado no Governo do Estado pela minha pessoa e, por toda a equipe. O desafio é enorme, temos otimismo e certeza em cumprir com nossa lição, sem a pretensão de que vamos resolver todos os problemas, mas, produziremos avanços quando pudermos frear o processo cruel de degradação dos nossos ecossistemas.

DR. JOSÉ PINHEIRO MARQUES - apresentou o trabalho de fiscalização preventiva, integrada nos considerados rios nacionais. Iniciando pelo rio São Francisco, proposta pelo colégio de presidente ao CONFEA/CREA. Existe uma proposição nossa, do CREA/MA, que, o segundo rio a ser beneficiado com esta fiscalização, seja o Parnaíba e, logo em seguida, o Tocantins. Discutir transposição dos rios, é muito bom. Porque não falar em interligação de bacia ? Será que não seria melhor ? É necessário que se faça projetos irmanados para que possamos resolver e garantir o futuro de nosso Estado.

DR. RICARDO BARBIERE - abordou os problemas situados nas bacias do rio Turiaçu e Pericumã, onde alerta sobre a degradação e a queimada existente no local. Relata suas palestras em comunidades rurais, muito agradáveis e enriquecedoras, com o conhecimento científico mostrando a importância da mata, nesta e outras bacias. Destaca a importância da interligação do solo lateral de toda a mata, existente entre o rio e a água subterrânea lateral. É fundamental a presença desta água na região, especificamente na bacia abordada, a permanência dessas matas e, também, da importância que tem a conservação dos peixes, quanto ao refúgio e, também, da alimentação. É o que temos apresentado aos pescadores e eles, já estão notando a queda eminente do pescado de alguns anos para cá, explicando, a necessidade em fiscalizar estes locais para que não haja a degradação do meio.

MAJOR VILAS BOAS - questionou a insistência através de relatórios que chegaram ao Sr. Gerente de Meio Ambiente, sem a possibilidade de discussão ao Batalhão Florestal, para tratar de assuntos na área de meio ambiente, afirma estar no Batalhão Florestal a apenas 02 anos e, destaca a importância na fiscalização das ações ecológicas e, expõe a necessidade de apoio deste renomado Batalhão.

DR. JOSÉ AMARO NOGUEIRA - apresentou o IMARH, formado por um grupo de estudantes que estão concluindo o curso de gestão em recursos hídricos e meio ambiente, realizado pela UEMA onde, tem contribuído através de parceria com o Governo do Estado.

DR. CLIDENOR PLÁCIDO - falou sobre o ecossistema do rio lajeado, informando que o mesmo encontra-se degradado, cita a cidade da qual administra, Sítio Novo, município no Centro Sul Maranhense, detentora de 02 ecossistemas considerados irrecuperáveis, o Riacho Barriguda e a Lagoa dos Frades, absolutamente sem nenhuma vida vegetal. É necessário que



desta Casa saiam Leis que regulem a utilização dos rios e, recupere através de investimentos, sensibilizando os dirigentes e respeitando a região natural.

DR. JOSÉ BRAGA NETO - destacou a importância da água para a vida de São Luís e do Estado e, sobre a discussão da sociedade que clama ao longo do tempo, advertindo os poderes públicos para a preservação dos ecossistemas. Evidencia a preservação da barragem do São Raimundo.

DRA. ANA MARIA FÉLIX GARJAN - enfocou a importância da educação para as atitudes que venham a envolver os trabalhos sociais com o meio ambiente e, a população em geral. Sugerindo que a partir de discussões como esta, se faça parcerias entre as universidades e os educadores sociais, para a solução de problemas. Está entusiasmada por acreditar que esta Casa abra para a população, debater com os técnicos e, que se possa fazer uma espécie de Agenda 22, com novos paradigmas, com novas pretensões e, que todos nós sejamos protagonistas nessa nova história. Gostaria de deixar uma sugestão que nós encaminhamos no ano passado à OAB, em fazer um grande fórum da cidadania da paz, da justiça social e do meio ambiente e, do direito ambiental, porque entendemos que para acontecer preservação, tem que haver estudos de direito ambiental, técnicos, se falar de ciência, comunicação, cultura e turismo.

SRA. LIENE SOARES - teceu algumas considerações abordando, sobre um olhar social e antropológico que, considera o evento, uma consequência de uma mobilização social, silenciosa, que está acontecendo em nosso Estado, por ser a primeira vez, em que a sociedade civil, Poder Público e, usuários, se reúnem para discutir recursos hídricos. Se pesquisarmos sobre os seminários que já aconteceram do Itapecuru, do Munim e do Mearim, não houve a preocupação em abordar a Lei Federal n.º 9.433/97, onde preconiza a participação e a descentralização de trabalhos.

DEP. ANTONIO BACELAR - afirmou se identificar, através de suas ações, com o assunto em discussão nesta Casa, de fundamental importância para todos nós. Enfocando principalmente a questão da legislação e das leis que regem os recursos hídricos e, a parte ambiental do nosso Estado. Afirma que trabalha amiudamente nesta Casa para que, tenhamos o quanto antes, uma lei que discipline a utilização dos nossos recursos hídricos.

DEP. RUBEM BRITO - agradeceu a todos e em especial ao expositor desta tarde, o Prof. José Policarpo Neto, abordando o sub-tema: águas superficiais. Convidando a todos para comparecerem amanhã, no mesmo horário e local, para a explanação do sub-tema: águas subterrâneas, com o palestrante Dr. Carlos Borromeu, geólogo.

2º Dia do Seminário - dia 26MAR03 - sub-tema: **Águas Subterrâneas**. Constituição da Mesa: Dep. Deudeth Sampaio, Presidente da Sessão; Dr. Othelino Nova Alves Neto, Gerente de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - GEMA, representado pelo Gerente Adjunto de Recursos Hídricos, Dr. Daniel da Luz; Dr. Inaldo Santos, Presidente da Seccional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e, o expositor

desta tarde o Dr. Carlos Borromeu, Geólogo, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Chapadinha e Presidente da Seccional da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas no Maranhão.

DEP. RUBEM BRITO - iniciamos a segunda sessão do Seminário “Água para a Vida e para o Desenvolvimento”, passando a palavra ao Dep. Deudeth Sampaio, para fazer a abertura da sessão desta tarde que tem como sub-tema: Águas Subterrâneas, inserido no contexto principal do tema “Água para a Vida e para o Desenvolvimento”. Com a palavra o Dep. Deudeth Sampaio, membro titular da Comissão de Meio Ambiente, Minas e Energia, Comissão Permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

DEP. DEUDETH SAMPAIO - argumentou a importância do tema exposto para discussão, sugerindo que em uma próxima oportunidade, quando se for debatido assuntos sobre a água, de responsabilidade dos órgãos públicos, convidar estes para nos informar como funciona o sistema de abastecimento em nosso Estado. A CAEMA e a CAESE, são duas empresas que prestam serviços de abastecimento d'água e, precisamos saber sobre a qualidade, a quantidade distribuída e, se a demanda estimada consegue suprir as necessidades da população. Acho que devemos gerar responsabilidades tanto ao Estado, quanto à população que necessita do bem, derivando em racionalidade do produto.

DEP. RUBEM BRITO - agradeceu a todas as pessoas que acorreram ao evento, citando a expressiva participação na sessão anterior, com a presença de mais de cem pessoas no auditório, até às vinte horas debatendo sobre “Águas Superficiais”, as suas preservações, proteção, bem como o seu uso racional e a democratização ao acesso dos mananciais. Como havia dito ontem, este Seminário de nossa iniciativa e, tão prontamente aprovado pela maioria, pela unanimidade da Comissão de Meio Ambiente e Minas e Energia desta Casa e, também apoiado com entusiasmo pelo Presidente da Casa, o Deputado Carlos Alberto Milhomem, tem como principal objetivo, colher subsídios e informações da sociedade civil organizada, dos técnicos, dos especialistas para que nós deputados possamos ter instrumentos, mecanismos, informações não só para apreciarmos a lei que regulamenta a gestão dos recursos hídricos que o estado, o executivo está para encaminhar a esta Casa, mas também para propormos através de iniciativas legislativas, mecanismos que possam constituir uma política pública para o setor, visando a universalização do atendimento da população com a água potável, o desenvolvimento econômico, social, a superação da pobreza, da fome que infelizmente assola o nosso Estado. Dentro dos princípios definidos como objetivo do Ano Internacional da Água, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, através da sua Agência para a educação, cultura, a UNESCO. Antes de passarmos a palavra ao Dr. Carlos Borromeu, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Chapadinha, Geólogo, com estudos importantíssimos na área hidrológica sobre tudo na Bacia do Rio Munim e conhecedor profundo da geologia e da hidrologia do nosso Estado, quero agradecer a sua presença em meu nome, da Comissão de Meio Ambiente e também na pessoa do Presidente desta Casa, que se esforçou a



nos atender prontamente, pois sabemos do seu compromisso amanhã cedo em Timon, onde participará de um encontro de Prefeituras e, não se negou a estar aqui nesta tarde, retornando logo mais à noite para Timon. Vamos utilizar a mesma metodologia de ontem, com dez minutos de intervenção da Mesa e depois abrir para a participação da plenária, pedindo a cada um que se identifique e cite qual a entidade que representa. Antes, porém, vou ler aqui um texto que a nossa assessoria teve o cuidado de coletar, matéria veiculada na edição recente da revista da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária que chegou aqui ao Maranhão ontem, a Revista Bio da ABES. São declarações de Alberto Tejada Kilbert, coordenador da UNESCO para o Ano Internacional da Água Doce e do Diretor Geral da UNESCO Koechiro Matsura, durante a *cerimônia oficial de lançamento do Ano Internacional da Água Doce, dia 12 de dezembro de 2002, na Nações Unidas em Nova York*:

“A água pode ser um agente de paz, em vez de gerar conflitos, e a UNESCO está buscando as formas que irão permitir a esse século ser um dos séculos da **“paz por água”** em vez de **“guerra por água”**. Desenvolvendo-se princípios e métodos eficientes e éticos para o gerenciamento desse recurso, ao mesmo tempo em que respeitamos ecossistemas relacionados, moveremos um passo a mais para alcançarmos o objetivo do desenvolvimento sustentável”.

Objetivos definidos pela ONU para o Ano Internacional da Água:

1 – Reafirmar a Declaração do Milênio das Nações Unidas, que se traduz em assumir o compromisso de até 2015, reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo sem acesso à água doce;

2 – Acabar com a exploração insustentável dos recursos hídricos;

3 – Reconhecer o papel-chave da água para a agricultura, a energia, a saúde, a biodiversidade e os ecossistemas, assim como no combate à pobreza;

4 – Aumentar a consciência sobre temas relacionados à água e motivar pessoas de todas as idades a se envolverem. Escolas, o setor privado, a juventude e as associações comunitárias – cada uma tem algo a contribuir.

CARTA EM DEFESA DAS ÁGUAS

“Em todo o mundo, os ecossistemas reguladores das águas e os recursos hídricos estão sendo contaminados, drenados, canalizados, represados, desviados e esgotados pelo mau uso desses recursos essenciais à vida, gerando graves conseqüências sociais e ambientais. A exclusão hídrica atinge hoje metade da população mundial, afetando principalmente os países pobres. Somente as doenças transmitidas pela água contaminada causam 10 milhões de mortes anuais”.

No Brasil a situação se repete. Embora sejamos o país mais rico do mundo em reservas hídricas, com 17% da água doce disponível no planeta, cerca de 9 milhões de famílias

brasileiras não têm acesso à água potável em suas casas ou saneamento adequado. Nossas nascentes de matas de galeria estão sendo desmatadas, e muitas espécies da nossa fauna aquática estão ameaçadas. Nossos principais rios estão poluídos e começa a faltar água nas grandes capitais.

Considerando que 2003 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Água Doce, o WWF entende que este é o momento para alavancar a mobilização entre governos e a sociedade visando uma postura de co-responsabilidade em relação ao uso racional, manejo integrado e proteção sustentável dos ecossistemas aquáticos.

Neste sentido, e visando reverter o processo de degradação de nossas reservas hídricas, o WWF-Brasil propõe ao Governo Federal e à sociedade brasileira que sejam adotadas as seguintes medidas:

1. Implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil na Cúpula do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, em 2002, relativos aos recursos hídricos;

2. Adoção de uma política efetiva de combate ao desperdício e de inclusão hídrica voltada para os milhões de brasileiros sem acesso a esse benefício, universalizando os serviços de saneamento ambiental e assegurando uma oferta adequada de água de boa qualidade para a população;

3. Mudança de concepção adotada para a água, de simples commodity para suporte à vida e elemento estratégico para o desenvolvimento do país, com preservação das funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas, e adaptação das atividades humanas aos limites da capacidade da natureza;

4. Fortalecimento da participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos, com a implementação dos mecanismos de gestão integrada deste recurso com ênfase na criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, na capacitação permanente de seus integrantes e na criação das Agências de Bacias “independentes”;

5. Internalização das temáticas ambiental nas diversas áreas setoriais dos Ministérios e integração das diversas políticas e intervenções setoriais do governo em todos os níveis;

6. Implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, entre eles, a cobrança pelo uso da água, garantindo que a aplicação deste recurso tenha regras claras de acompanhamento e transparência e que os recursos beneficiem, em sua totalidade, a bacia hidrográfica onde foram arrecadados;

7. Estabelecimento de mecanismos efetivos para a conservação dos ecossistemas aquáticos e florestais, proteção dos mananciais e revitalização dos rios e demais corpos d’água no Brasil, com cronogramas e recursos financeiros claramente estabelecidos;



8. Adoção de ações preventivas de gestão de recursos hídricos em Bacias Hidrográficas onde os conflitos pelo uso ainda não são acentuados como, por exemplo, as Bacias Hidrográficas da Amazônia e algumas Bacias Hidrográficas do Centro-Oeste;

9. Desenvolvimento de programas de comunicação e educação ambiental capaz de conscientizar e mobilizar a sociedade para a conservação e o uso sustentável da água;

10. Adoção dos princípios recomendados pela Comissão Mundial de Barragens na discussão de futuros empreendimentos desse tipo no País.

Água para a Vida – Água para Todos!”

Programa Água Para a Vida do WWF - Conservação e Gestão de Água Doce.

Com a palavra o Dr. Carlos Borromeu, que irá projetar sua palestra através de transparência e, portanto, convidado a Mesa a se desfazer por alguns momentos.

DR. CARLOS BORROMEU - *teceu comentários em poder ter tido a oportunidade, aliás, de estarmos no ano mundial da água e também aqui no nosso Estado do Maranhão, por Decreto do Governador José Reinaldo Tavares, ano estadual de recursos hídricos e, com o trabalho que nós estamos juntos com outros companheiros realizando na Bacia do Munim, é importantíssimo para nós estarmos aqui na Assembléia Legislativa, visto que já era objetivo nosso vir até aos senhores deputados conversarmos sobre o que se faz lá na Bacia do Munim e o que também está se discutindo aqui, na questão da apreciação e aprovação da Lei Estadual de recursos hídricos. Quero afirmar também, quando o Dr. Magno Bacelar, Prefeito de Chapadinha convidou-me para ser Secretário de Agricultura, eu sugeri a ele, que seria essencial unir em uma mesma Secretaria, as ações de Agricultura e Meio Ambiente. Por alguns motivos, importantes, um deles, devido a nossa vocação regional, essencialmente agrícola. E, portanto a atividade que mais se assemelha ao meio ambiente na região de toda a Bacia do Rio Munim é a agricultura e, um motivo importante também, deve-se ao fato de haver grande possibilidade de se criar atrito entre as duas Secretarias, sendo um só administrador, se responsabilizaria por tudo aquilo que a agricultura provocasse ao meio ambiente. Eu fui convidado para falar sobre água subterrânea, mas tomei a iniciativa, Dep. Rubem Brito, Dep. Deusdeth de dividir o assunto em três partes, a primeira, é um histórico do Estado do Maranhão sobre os acontecimentos dos últimos dez anos; na segunda parte, vamos nos referir a água subterrânea e, na terceira parte, mostraremos aos senhores e senhoras, como que se estabeleceu o processo de montagem do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Munim e, em que fase dos trabalhos nos encontramos. Estaremos sempre evidenciando as águas subterrâneas, que para nós do Estado do Maranhão, é valiosíssima se compararmos com as do Estado do Ceará. Apesar de ser filho de um nordestino, vindo do semi-árido. Escolhendo o Maranhão, a procura de água em Chapadinha, zona leste do Estado e, por lá ficou. Ano de 1943, ou seja, há*

60 anos atrás, há mais de meio século. Ele, já falecido, tinha um lado poético e, mais interessante, um poeta das águas. Abrirei os trabalhos recitando uma poesia, de sua autoria, porque as cidades nascem onde há maior facilidade de obtenção d'água e, a cidade de Chapadinha não foi diferente. Instalou-se naquela região, por ter uma fonte, intitulada Fonte da Aldeia e, naquele ano não havia nenhum impacto ambiental, Inspirando meu pai, nos idos de 1973, portanto, 30 anos depois que ele chegou. Hoje a situação infelizmente está muito pior do que está escrito no seu protesto, feito naquela época. Fonte da Aldeia, Nonato Vale. “Aldeia fonte querida, foste o berço da cidade/ do povo hoje esquecida só recebeste maldade/ Paraíso pequenino no oásis escondido/ como será teu destino com tudo assim destruído/ Oh! minha Fonte da Aldeia/ como te vi no passado/ nem parece hoje tão feia a beira do descampado/ Em nome desse progresso destruíram teu cenário/ tudo está o avesso/ um verdadeiro desvairo/ Tuas águas cristalinas velha fonte de segredo/ onde banhavam meninas, mulheres teciam enredos/ Velhas árvores frondosas que sombreavam o riacho/ aquelas aves chorosas não sextam mais lá por baixo/ Tudo ali hoje disperso/ já não canta a juriti/ Se eu pudesse nesse verso eu choraria por ti.”

Faço sempre a seguinte indagação, convivi e convivo com três gerações e, concluo que, entre elas, a que teve maior parcela de culpa no que está aí hoje, é a minha geração. Porque este verso foi feito em 1973, quando tinha 23 anos, então de lá para cá, nós já agredimos muito mais do que os citados na poesia. Então é responsabilidade nossa, nós devemos oferecer às futuras gerações, no caso a dos nossos filhos, uma situação melhor. Porque com certeza, eu recebi do meu avô e, portanto, as duas gerações que mais tem culpa no processo de degradação, são as gerações do meu pai que eu diria que possui uma culpa de 30%. A minha tem uma parcela de culpa de 70%, do que foi feito nos últimos 50 anos. Eu acho importante a gente ter esta noção, sabendo que todo esse processo que hoje se procura iniciar, no sentido de ainda se preservar o que se tem e procurar recuperar o que já não se tem, nada mais é do que uma obrigação nossa, nós não podemos ter nenhum crédito quando fazemos isso, estamos apenas pagando um débito que contraímos. Como está dito aí, é o que eu acabei de dizer. Então, a água não é somente uma herança dos nossos antecessores, ela é sobre tudo um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras. Este outro item, da declaração universal dos direitos da água, muito importante, porque se refere ao respeito à lei, que é exatamente a fase que nós estamos aqui do Maranhão, de apreciação e votação de uma lei estadual de recursos hídricos. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Não deve ser ignorada nem pelo homem, nem pelo estado. Vejam bem, até os dias atuais ainda, que muitas pessoas acham que isso é apenas um dever do estado porque, costume dizer que nós temos um mandato que demora a vida inteira e o mandato do poder público é resumido em 4 anos. Hoje faço parte do poder público, exercerei o cargo até o final dele, mas ao terminá-lo, continuarei desempenhando o papel de cidadão. Então a nossa responsabilidade é sempre dar continuidade a este processo de conscientização e de participação das pessoas,



sobretudo das pessoas protetoras dos recursos hídricos e do meio ambiente, de um modo geral. Então a água é a seiva do nosso planeta, ela é a condição de vida de todo ser vegetal, animal ou humano, sem ela não poderemos conceber, assim como a atmosfera, o clima, a vegetação, a nossa cultura e, principalmente a nossa agricultura. Obtive a informação, do Ministério de Meio Ambiente que, na produção de um quilo de carne bovina, nós gastamos cem mil litros de água, e aí vocês imaginam a importância da água no abastecimento do ser humano, inclusive na parte alimentar. O direito da água é um dos direitos fundamentais do ser humano, o direito a vida tal como é estipulado no artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Coloquei isto para ilustrar a questão da passagem de geração a geração e enfatizar o respeito à lei, devido a grande necessidade que nós temos e, às vezes, nem percebemos a água existente em nosso planeta, haja vista, que a grande potência mundial quando envia os seus foguetes a outros planetas, a primeira indagação é saber se lá tem algum vestígio de água ou se tem informações que já houve água, porque, com certeza, só haverá vida onde há água e, nós precisamos ter esta convicção. Deus nos deu o privilégio de termos o bem precioso e, nós estamos desperdiçando-o, ameaçando futuramente o planeta com extremas dificuldades de sobrevivência. Isto não é só um retrospecto da vida pessoal, mas também, a amostra do que foi feito aqui no Maranhão, como foi com a primeira proposta para uma política estadual dos recursos hídricos, ainda tenho um exemplar dessa documentação, elaborada por cerca de 300 técnicos no Hotel Vila Rica. Daniel estava lá conosco na época, Eduardo também, então há quase 10 anos atrás. Já no último semestre do Governo Edson Lobão, em dezembro do mesmo ano. Estava trabalhando na CAEMA e, cheguei a formular este documento a título de sugestão, para então entregar ao Governo de Roseana Sarney, iniciado no ano seguinte. O documento do Estado do Maranhão, Águas Subterrâneas 95/98, possui uma série de medidas sugeridas a serem tomadas, pela então Governadora. Infelizmente não conseguimos levá-lo até as autoridades do Estado, ficando nos meus arquivos até hoje. Estivemos na SAGRIMA, no último semestre de 94, acompanhando o relatório final de um convênio estabelecido entre a SUDENE e o Governo do Maranhão onde, naquela época, o Secretário era o Dr. Domingos Martins, que solicitou então dois geólogos. Eu e o Dr. Bernardo Filho, fomos acompanhar e, obtivemos informações sobre a região do semi-árido maranhense, ou seja, é a região onde temos as maiores dificuldades de obtenção de água de superfície no Estado, por isso foi beneficiada com 193 poços, passando por uma seca, lá pelos anos de 92 e 93. Com início de perfuração de poços em 94. Em seguida, acompanhamos a instalação de 20 poços, convênio entre a Vale do Rio Doce e o Governo do Estado do Maranhão, localizados em municípios na área da estrada de ferro, inclusive Açailândia, salvo me engano, o Dep. Deusdeth Sampaio era o Prefeito do Município, mais precisamente no ano seguinte, em 1995, onde contávamos com o Dr. Robério Boto, geólogo cearense, trabalhamos juntos em um projeto de vulnerabilidade dos aquíferos da Ilha de São Luís, infelizmente não publicado, com dados de 8 anos atrás, julgo Dep. Rubem Brito, da maior importância que a gente atualize este trabalho, muito útil para a gestão de recursos hídricos de origem subterrânea aqui da Ilha. Entre 1996 e 2000, nós ficamos no

NEPE, percorrendo todo o Estado, mais precisamente nos municípios de Imperatriz, Santa Luzia, Arame, Grajaú e Barra do Corda, acompanhando obras de perfuração de poços naquela região. Em 1996, foi criado então a seccional da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, existente até hoje, do qual sou representante, participamos da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas no período 99/2000, foi um período importante, porque o Presidente, naquela época, Dr. Itamaraci Nazareno é do Ceará e, o grupo da ABAS, inclui os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí. A facilidade de termos então um Presidente do Nordeste, vizinho ao Piauí e ao Maranhão, nos ajudou bastante em algumas atividades efetuadas como irão ver em projeção a seguir. Então, nos anos de 97 e 98 foram realizados aqui em São Luís o primeiro e segundo fórum de debates Águas Subterrâneas Um Patrimônio Ameaçado com o slogan "O que vem de baixo nos atinge". O objetivo era de chamar a atenção das autoridades e da população de um modo geral, para a situação de gravidade, principalmente da Ilha de São Luís, até hoje vista, sem nenhuma providência tomada. Como havia dito, fóruns que se realizaram em Agosto de 97 e Junho de 98, sendo que neste primeiro, visitamos o Dep. Rubem Brito, que na época era Secretário de Infra-estrutura do Município de São Luís, nos ajudando com a organização, no financiamento da realização destes dois fóruns. Resultando em um trabalho executado em Fevereiro de 1999, com a seguinte manchete: "Águas Subterrâneas serão preservadas". Também naquela época recebemos, através do Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos, o Dr. Jorge Gomes Cravo, que foi meu professor na Universidade de Brasília, pessoa com a qual mantenho ótimos laços de amizade e, que então nos procurou em São Luís, me telefonando e pedindo atenção à sua pessoa, por não conhecer ninguém. Disse a ele que este é um assunto do nosso interesse e, que nós, geólogos, estamos totalmente envolvidos nisso e então, fizemos um trabalho com ele durante uma semana. Para municiar o Dr. Jorge Cravo de informações que lhe possibilitasse montar um termo de referência para que fosse feito um trabalho na Ilha de São Luís, trabalho que nunca foi efetivado com um estudo sobre o potencial de águas subterrâneas da Ilha, conforme iremos ver os números na transparência, mais a frente, números que precisam ser confirmados com o trabalho deste porte, que não surgiram do nada e, sim através de observações feitas por todos os geólogos que já passaram por aqui na Ilha de São Luís ao longo de 30 anos, são números sujeito à análises e que precisam ser confirmados. Infelizmente não sabemos porque não foi dada a devida importância ao assunto que, tanto nos animou, principalmente envolvendo pessoas renomadas como o Dr. Jorge Cravo. Bom, em junho do mesmo ano, quando já decorrido quase um semestre e, o assunto não ia pra frente nós, através da Revista Abastece, da Associação Brasileira de Água Subterrânea, escrevemos um artigo e enviamos a edição com o título: "A questão da água potável no Maranhão". Mostraremos alguns dos trechos desse artigo, projetados na próxima transparência. Então, seguindo o histórico, sobre a água potável no Maranhão, em um trecho expomos o seguinte: "Urge que haja uma mobilização para corrigir nossos erros". Espero que essa mobilização recomece agora. É temerário o nosso futuro, porque o nível de agressão aos nossos aquíferos é imenso e, sabemos disso. Mas não é sequer conhecido e nem



codificado, porque nunca foi submetido a estudo. Fazendo uma comparação na área agropecuária, é a mesma situação da febre aftosa. A aftosa no Maranhão está na classificação de risco desconhecido, onde sabemos que ela existe, mas não onde se encontra. Seguimos dizendo que o parque industrial concentrado em São Luís, só se instalou na Ilha de Upaon Açú quando havia a disposição de água subterrânea para atender as necessidades. Vamos ver nas projeções seguintes, números das grandes empresas instaladas aqui em São Luís. A própria população, não só ludovicense também São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, dependem e dependerá ainda no futuro do abastecimento de água subterrânea, mesmo com essa dependência continuamos a utilizar descontroladamente este patrimônio. Vocês vão ver a diferença que se gasta na captação de água superficial e subterrânea. Esta falta de controle deixará seqüelas altamente prejudiciais para as gerações futuras, é preciso que se tenha consciência, pois as próximas gerações com certeza vão nos cobrar e muito pelo que nós estamos deixando para elas, sobretudo aqui em São Luís. Nós alertávamos, naquela época, a necessidade de uma legislação que estime a racionalidade do uso da água subterrânea, conscientizando as pessoas e informando como deveremos obter o melhor proveito, evitando ter no futuro a proliferação de problemas como poluição. Em São Luís, a situação é grave, imensurável, mas sabido do destino de todo esgotamento sanitário, conhecendo a condição geológica da Ilha e, por conseguinte a porosidade de suas rochas. Nossos aquíferos estão sendo poluídos, temos em alguns pontos da Ilha o problema de salinização por avanço da cunha salina, vamos mostrar algo sobre isso também e, se não tivermos lei, ocorrerá litígios pelo uso da água. A lei vem exatamente para que nós tenhamos uma ferramenta que administre esses conflitos. E, finalizando dizendo que com este alerta, acreditamos estar dando nossa contribuição isso em junho de 99, para que nossas soluções sejam discutidas por todos, como estamos fazendo neste exato momento, nós amadurecemos nesse processo. Nestes últimos quatro ou cinco anos não acreditamos que só a lei resolve, é preciso que haja uma participação da população maranhense. Então essas soluções precisam ser amadurecidas por todos, porque temos hoje a responsabilidade e conhecimento técnico; sem ter que culpar as pessoas da geração anterior, que eram desprovidas dos conhecimentos técnicos e dos progressos atuais. Hoje, dispomos de conhecimento, de intercâmbio com outros. Do contrário, iremos ao final de nossa vida, daqui a duas ou três décadas chorar pela água derramada e dizer para os novos o que os nossos antecessores nos alertaram. Assumindo, que não tivemos competência para administrar, acho que devemos trabalhar, discutir nossos problemas e encontrar soluções; chamar as gerações que vai nos suceder, repassá-las conhecimentos e, não simplesmente chegar no final da vida e ouvir o que nós ouvimos. Vou me escusar aqui de dizer o nome do político, que informou não ter competência para administrar. "Pt saudações". Concluindo esse histórico, que é a primeira parte, observamos um fato importante sobre água subterrânea não só no Nordeste, mas no Brasil e no Mundo, a realização do 1º Congresso Mundial de Água Subterrânea, realizado em Agosto de 2000, na cidade de Fortaleza, para nós, estudiosos do Maranhão, é motivo de orgulho dizer a vocês que a idéia surgiu em São Luís, no ano de 1997, quando

se realizava o primeiro fórum de debates, com a participação no fórum, de grandes autoridades vindas de toda parte do Brasil para São Luís; quando então estávamos tomando café no Panorama Pálace Hotel, onde o Dr. Claudionor Araújo, maranhense, há muito tempo erradicado no Ceará, sugeriu a idéia realizar a primeira reunião para organizar, o 1º Congresso Mundial de Água Subterrânea, evento este realizado em São Luís no mesmo hotel. Com a participação expressiva da ABAS do Maranhão, da Gema e também do Dr. Ivan Sarney que esteve participando efetivamente de todos os debates do primeiro ao último. Foi muito importante a sua presença, representando a classe política do Estado. Pois bem, em 2001, fui para Chapadinha, para a administração pública, gestão 2001/2004 na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município. Ao chegarmos, para surpresa minha, houve um momento muito positivo, quando sugeri ao Dr. Magno que juntassem as duas secretarias, tinha um pensamento de fazer uma coisa pequena, porque sabemos que sozinho a gente não consegue fazer coisa grande, mas, vimos que os 19 Prefeitos da região assumiram a questão da gravidade da Bacia Hidrográfica do Rio Munim, criando a União dos Prefeitos Pró - Comitê da Bacia do Rio Munim, hoje Bacia Munim. Foi denominada União, porque só pode ser implantado quando tivermos a lei estadual, que ainda não temos mas, de qualquer maneira, ela já teve a sua utilidade para Bacia do Rio Munim e já teve a sua utilidade para todo o Estado do Maranhão. A nossa Lei Estadual que iniciou-se então aqui nessa primeira proposição, ela foi reativada pelo processo que ocorreu ao longo das reuniões, feitas em vários municípios ao longo dos anos 2001 e 2002. Nestas o Governo do Estado sempre foi convocado na época através da Gerência Adjunta de Meio Ambiente, não tínhamos ainda a gerência de Estado de Meio Ambiente, então aonde a Bacia Munim está fazendo o seu trabalho, também a nível de estado já realizou o trabalho da reativação do processo de criação da Lei Estadual. Bom, e agora no ano de 2003, nós estamos organizando a implantação do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Munim. Eu vou tecer mais detalhes quando formos falar especificamente da Bacia do Rio Munim. Iremos para a segunda parte, que é o enfoque especificamente de água subterrânea. Nós colocamos essa transparência só para as pessoas entenderem a grosso modo, como é que a água subterrânea se instala entre os poros de uma rocha. Então nós temos aqui nessa parte de cima, essas duas últimas aqui, uma areia mal classificada e uma areia bem classificada, tanto uma quanto a outra, principalmente a bem classificada vocês observam que ela tem mais vazio entre os poros, entretanto é uma rocha que vai depositar um volume maior de água e aqui em baixo, nessa fileira de baixo, nós temos rochas fraturadas, temos fraturas em granito e cavernas em calcário, ou seja, lá no nordeste de um modo geral, grande parte do nordeste além de chover pouco, chover menos da metade do que chove no Maranhão, não dispõem de rochas que possam depositar água, eles depositam águas em barragens, por isso que o nordeste é cheio de açudes e barragens é porque, a água que chove ela escoar, se não fizer o barramento, não segura a água. Aqui no Maranhão a natureza nos deu esse depósito gratuitamente, nós estamos dentro de uma grande bacia sedimentar. Agora, se nós não soubermos administrar isso, nós vamos ficar sem água também, esse que é o problema. O Ceará e os outros estados do nordeste gastam



um imenso volume de dinheiro para obras de engenharia para segurar a água, e nós temos isso, graças a Deus! Estamos jogando fora, principalmente com os desmatamentos das áreas de recarga. Nós vamos ver esse exemplo de São Luís mais na frente. Esse quadro aqui é só para nos dar uma idéia, de que embora a água do mar não possa ser aproveitada por nós, por ser salgada, mas tem sua utilidade pelo fato de 3/4 do globo ser coberto por este tipo de água. Existe uma grande superfície d'água disponível para o processo de evaporação, onde o processo formador de nuvens, nos propicia as chuvas que temos. Então, a água salgada não é importante do ponto de vista do consumo imediato, mas, nos possibilita ter água doce, porque existe o ciclo hidrológico. Muito bem, então a água quando precipita, tem basicamente dois caminhos: o escoamento superficial ou a infiltração; nós não vamos entrar em detalhes com relação à infiltração, mas, o importante é que se tenha as condições que a natureza sabiamente nos dá, não queremos dizer que não vamos aceitar o progresso. Em nossa região, por exemplo, temos o grupo João Santos, as Paineiras e, vários agricultores gaúchos que estão se instalando agora, estas ações têm que ser executadas com uma certa administração, respeitando áreas de recarga e matas siliares, senão, iremos transformar aquela região num grande deserto, uma região que vocês vão ver, mais lá na frente extremamente frágil, a região de Chapadinha, Anapurus, Urbano Santos, São Benedito não suporta o que estão fazendo, então esse momento, que a gente começa a fazer o trabalho lá na Bacia do Rio Munim, é importante. Porque nós estamos começando junto com o início da devastação, nós estamos iniciando com a organização do setor exatamente no início dessa devastação, o desastre maior não vai ocorrer lá, queria também chamar atenção aqui nesse nosso desenho, a situação de São Luís. Esta região é superfície, aqui no desenho mostra que tem água, do mar, logo mais embaixo é água salgada, dentro da terra e, projetado adiante, vemos a água doce, imaginemos que seja São Luís e, você tem esse equilíbrio, interface entre a água salgada e água doce. Se nós começarmos a perfurar poços nessa região, próximo à costa, como ocorre em nossa ilha, retirando grandes volumes de água, sem nenhum controle, o que é que acontece? Essa linha, vai se deslocar, avançar em rumo da água doce, ou seja, nós vamos ter prejuízo do avanço da cunha salina nos nossos depósitos de água subterrânea de água doce e, esse é um dos problemas graves, para um país pobre igual o nosso, eu diria que é irreversível. A cunha salina avançou, nós já perdemos aquela água e isso está acontecendo em São Luís, nós sabemos da existência de dois casos, mas podem existir outros sem o nosso conhecimento. Todo mundo perfura e extrai água sem nenhum controle. O que ficará mais para frente é uma preocupação nossa. O próximo slide passa uma idéia sobre os benefícios no Maranhão em comparação com o Nordeste, então na bacia sedimentar temos várias camadas, são essas com as formações geológicas, lá na base está o granito, é essa rocha que está no município de Rosário, da qual se tira a brita, essa mesma rocha está no Nordeste com 80%, por isso que lá não tem água subterrânea ou se existe, com pouca quantidade. Acima do granito nós temos a Serra Grande, que está na divisa do Piauí com Ceará, o sul do Piauí possui vários poços jorrantes de grande vazão, perfurados neste tipo de rocha, como mostra a transparência, naquela região há poços com 700 e 800 metros de profundidade. Na

região central do Maranhão é antieconômico você perfurar até atingir a formação Serra Grande, porque iria alcançar profundidades em torno de 2.500 e 3.000 metros. Acima, da formação anterior, temos a formação Cabeças, essa é também utilizada no Estado do Piauí, com poços jorrantes conhecidos, possuem vazões de aproximadamente 200.000 litros/h d'água. No Maranhão temos a formação Poty/Piauí, já explorado em alguns municípios do sul maranhense, atingindo vazões de até 150.000 litros/h d'água. Acima dela, vem a formação Sambaíba, muito utilizada principalmente, na região de Imperatriz, com vazões de até 100.000 litros/h d'água. Ocorre este basalto chamado Mosquito que vai desde a região de Imperatriz até a região de Buriti Bravo, é uma faixa leste/oeste, se analisarmos desde aquela região até o sul do Maranhão, vamos ver que estão as nossas altitudes maiores em torno de 600 metros, vindo dali da metade do nosso Estado até ao norte, as altitudes são de 200 metros, esse basalto controlou a geomorfologia daquela região e também elevou algumas formações geológicas, de tal maneira que, graças a esse nome geológico, nós temos as grandes Bacias Hidrográficas do Estado, inclusive a do Rio Itapecuru, Mearim, Grajaú, Pindaré, o próprio Rio Parnaíba, afluentes do Rio Tocantins, enfim, eu diria que essa foi a grande dádiva da natureza para as águas de superfície do Maranhão. Transformou e transforma águas subterrâneas diariamente, ininterruptamente até hoje, em águas de superfície, por exemplo, no Piauí tem-se que perfurar 700 m para se extrair 200.000 d'água por hora enquanto no Maranhão a natureza joga essa água em nossos rios. Atingindo vazões em torno de 20.000 litros/hora. Comparem nos quadros acima a diferença entre 200 mil litros e 20 mil litros, já as formações geológicas Corda de 50 mil, a Sambaíba de 100 mil, a Poty/Piauí de 150 mil, fornecem águas aos nossos rios na região sul do Maranhão, e o Rio Munim, bacia em que estamos trabalhando, infelizmente é abastecida somente pela formação Barreiras, vejam vocês que há uma diferença. A nossa fragilidade em termos de recursos hídricos é consideravelmente menor, aliás, maior a fragilidade do que as outras bacias do Maranhão, não quer dizer com isso que todas as bacias não devem ser organizadas. Nesse bloco diagrama mostrado na transparência, nos dá exatamente uma noção disso que nós acabamos de ver. Temos então a formação Corda, a Sambaíba, a Poty/Piauí e a Cabeças, esses blocos são construídos com informações coletadas em poços na região de Barra do Corda, Grajaú, naquela região, que é o centro do Maranhão, a formação Corda está perto da superfície, vocês vêem naquele primeiro bloco a esquerda, mais abaixo dela tem a Sambaíba, a Poty/Piauí, já está ali naquela região do Maranhão numa faixa de 820 a 1.400 metros de profundidade e a mais profunda delas a Cabeças está de 1.550 a 1.700 metros. Então, naquela região do Maranhão, os poços são feitos para captar água ou na formação Sambaíba ou na formação Corda, as outras estão numa profundidade muito maior e até porque você encontra água em profundidade menor, não há porque avançar com poço até 800 mil metros. E resumindo, no diagrama vemos o que estávamos falando, essa formação azul bem do meio do Estado, é a formação Corda, essa verde ali da região de Imperatriz é Sambaíba e essa cor de rosa no sul do Maranhão é a Poty/Piauí, são as formações que tem mais água. Vemos que há profundidades exploráveis. Bom, isso nos dá uma idéia



de qual o nosso potencial de água subterrânea e agora nós vamos ver isso em números nessa próxima transparência. Então, nós temos ali no centro do Maranhão em águas subterrâneas, em Presidente Dutra na regional da CAEMA, que abastece outros municípios, 100% dos municípios, ou seja, 16 unicamente com águas subterrânea, vocês vão ver aí mais tarde um quadro onde vai mostrar o custo de água subterrânea aqui em São Luís. Comparado com o custo da água trazida do Rio Itapecuru, a diferença é grande, então vocês vêem que em Santa Inez, com 26 sistemas na regional, 96% são abastecidos com água subterrânea, em Imperatriz onde tem aquela formação Sambaíba 92% na regional de Imperatriz, em Pedreiras 89%, na baixada 88%, em São João dos Patos 61%, mas quando vemos a regional de Chapadinha e de Itapecuru, a discrepância é muito grande, na região nossa de Chapadinha e Itapecuru não tem água subterrânea e, em pouca quantidade, o número está aí, já fiz os cálculos, estes números indicam o seguinte: A água que nós temos na região formação Barreiras que é Chapadinha/Itapecuru, significa menos de 1/3 de toda a água que está sendo usada no Estado do Maranhão, nessas outras regionais. Existem as outras cidades que são abastecidas pela Fundação Nacional de Saúde, por exemplo, mas, eu queria citar só dois exemplos aqui, que não estão nesse quadro, é Coroatá e Bacabal. Em Coroatá passa exatamente o Rio Itapecuru dentro da cidade e é antieconômico tratar a água do Rio Itapecuru, usamos água subterrânea. Em Bacabal passa o Rio Mearim, já existe um investimento feito na estação de tratamento, é uma estação antiga, eu trabalhei pela última vez, no primeiro mandato do Prefeito Zé Vieira e, ele afirmou que, ao expirar a sua administração, não vai ter mais a estação, porque pretende abastecer a cidade toda com água subterrânea, sabe através de estudos, o custo para tratar a água do rio, por ser administrado pela Prefeitura. O custo para água subterrânea é muito menor, tanto de investimento quanto de tratamento. Acabamos de analisar a zona urbana, do interior. Agora vamos ver que em São Luís, esses dados estão um pouco ultrapassados, mas nem tanto, refletem o que ocorre em nossa capital. Então veja que temos poços da CAEMA que totalizam 76 poços, ou seja, 50% dos poços, por volume de água. Bom, temos no Sacavém poços que produzem 400 mil litros por hora; no Paciência, melhor área de água em São Luís com 1.310.000 l/h, poços isolados com 935 mil metros cúbicos. Observem, com atenção no que vou falar a vocês, tenho certeza de que existe mais água para extrair em São Luís, do que o volume que hoje se tira. Vejamos o seguro da ALUMAR, os seus poços são feitos com rigores técnicos maior que os outros, por isso que têm vazão a maior mostrado no quadro. Então, na realidade o que sabemos, conforme o Dr. Aldo Rebouças comparou em sua expressão, a diferença entre uma cirurgia e uma facada é a mesma diferença entre um poço e um buraco, uma cirurgia você faz com técnica e você não mata o paciente, no Maranhão nós não fazemos poços, nós fazemos buracos, essa que é a triste realidade nossa. Temos raríssimas empresas aqui no Maranhão que sabem fazer poços, a grande maioria fazem buracos e, não retiram o potencial todo de água que deve. Fiz um cálculo ontem, baseado em algumas informações, a primeira delas onde através da área de São Luís, admitindo que 50% ainda consiga receber a infiltração de água e a nossa pluviometria de 1.600 ml, admite que 30% dela ainda infiltra

esse número. Valor este medido na grande São Paulo. O nosso pode ser até maior, as condições são outras, estou sendo pessimista, agora vou calcular aqui em baixo o quê que infiltra de água na Ilha de São Luís, é lógico que são números hipotéticos eu preciso confirmar, mas estou mostrando números que são perfeitamente possíveis. Veja no final que temos essa média de 10,73 metros cúbicos por segundo, é a taxa de infiltração de água na Ilha de São Luís. Então 10, se eu extrair a metade dessa água através poços e não com buracos, é bom salientar isso, consigo com a água que infiltra abastecer uma população de mais de 1.150 mil habitantes. O custo do Italuís II é 300 milhões de reais, vou fazer os cálculos de quanto custa a produção de 5 m³/s, então precisamos ter 360 poços aqui em São Luís para produzir o mesmo volume d'água que vai trazer o Italuís II ou seja, eu vou gastar aqui em São Luís na implantação de 360 poços algo em torno de 21.600 mil reais que é bem menos do que 300 milhões para trazer água ou seja, 7% do que se gasta no Italuís. Naquela época em que eles queriam fazer um estudo em São Luís, era para se ter essa conclusão que, se tivesse sido feito em 1999, estaríamos hoje com a resposta definitiva para essa indagação. Temos ou não água em São Luís? E, agora nós estamos indo buscar água de novo no rio Itapecuru sem saber se nós temos água aqui ou não, a um custo que vocês estão vendo, a diferença exorbitante de um para o outro. Eu já ouvi de algumas pessoas aqui em São Luís que não se pode operar essa quantidade de poços. Em Natal, no Rio Grande do Norte, a companhia opera 400 poços para abastecer a cidade, então, quero deixar esses números para que a gente reflita sobre eles, não sei como está a implantação do Italuís II, mas, no jornal de ontem o atual Presidente da CAEMA está reclamando que não tem esse estudo para tomar decisão em cima dele, ou seja, um estudo que foi proposto naquela época quando Jorge Cravo andou por aqui em fevereiro de 99 que então, nos fez perder 4 anos e, não fizemos esse estudo e vamos ter que fazê-lo, ou por nós ou pela próxima geração, se ainda der tempo, porque as vezes você acaba com as áreas de recarga e aí complica a situação. Na parte central aqui da Ilha de São Luís, naquele trabalho que fizemos com Robério Boto, vimos as capacidades específicas dessa região, ou seja, é natural que as capacidades sejam mais altas. Por quê? Porque é a parte mais alta da Ilha, é onde você tem o pacote de rocha maior, onde pode armazenar mais água. Então o perigoso que nós estamos passando aqui hoje é que, estamos ocupando a Ilha de maneira desordenada, ou seja, nas áreas onde a gente pode preservar para recarregar aquíferos, não está mapeado, nem controlado, então se houver esse controle o quê que vai acontecer daqui a 10 anos? Aí nós vamos acabar com a área de recarga, vamos acabar com a reserva de água subterrânea e quando for montado o comitê do Rio Itapecuru, a população de lá do rio que não é aqui de São Luís ela pode dizer: aqui não tira água mais, o rio é de nós, que moramos na bacia dele e não de vocês aí de São Luís. Imaginem uma situação dessa? Aí, outro dia eu ouvi alguém falar isso, há uns 5 anos atrás, o Costa e Silva numa reunião, então nós vamos buscar no Rio Munim, agora eu vou dizer pra ele, no Rio Munim não, o Rio Munim é para nós. Então a bacia hidrográfica, o comitê da bacia hidrográfica é para gerenciar recursos hídricos para quem mora na bacia. Então a nossa Ilha de São Luís está jogando aqui o seu potencial de água subterrânea fora, por falta de estudo e de gerenciamento, isso



é grave porque ninguém sabe daqui a 30, 40 anos, se o pessoal do Rio Itapecuru vai deixar nós de São Luís buscarmos água lá, ou o pessoal do Rio Munim ou do Mearim, quando essas bacias estiverem todas organizadas a água da bacia é primeiro para quem mora lá, é uma situação viu doutor, é uma situação de uma certa gravidade, se nós formos imaginar que a geração futura vai enfrentar esse problema aqui em São Luís. Não está enfrentando com o Italuís II agora ainda, é porque o comitê da bacia do Rio Itapecuru não está instalado, porque se estivesse com certeza o pessoal ia espernear e não ia deixar tirar água do rio, porque lá no rio também quando você tira água sem os estudos devidos, esse regime nosso de maré que existe aqui, vai avançar com a água salgada no rio também, aí vai prejudicar Rosário, depois vai prejudicar Cantanhede e eles tudo usam água do rio. Então é uma situação que a gente precisa realmente se preocupar com isso. Então essa região aqui, essa região central ela tem uma capacidade específica entre oito e 20, entre 10 e 20 digamos. O quê que é isso? Para cada um metro que rebaixa quando você bombeia um poço, tira-se de 10 mil a 20 mil litros de água, mas é uma área que nós não estamos controlando, ela está aí ao uso, não tem plano diretor na cidade, eu acho que não tem, não tem uma política de recursos hídricos, e aí nós estamos acumulando problemas para quem vier depois. E é um problema grave, você ter que viver com água muito cara e a água pode ficar muito cara aqui em São Luís nos próximos 20 anos. Bom, vamos só aqui na última fase, dar uma rápida pincelada sobre o nosso Rio Munim, como é que estão as coisas por lá. Bom, eu já disse no começo, os Prefeitos e Prefeitas de 19 municípios, em abril de 2001 fizeram a primeira reunião lá em Nina Rodrigues, até que essa união de Prefeitos foi fundada em 29 de setembro de 2001 lá em São Benedito do Rio Preto, e nós começamos a fazer várias reuniões com Prefeitos e população, Prefeitos, Vereadores, Juizes, Promotores, Delegados e população, Sindicatos, Igrejas etc., fizemos em Nina Rodrigues, Aldeias Altas, Cachoeira Grande, São Benedito, Chapadinha, Axixá, Vargem Grande e a última foi em Anapurus em outubro do ano passado. E fizemos outras reuniões só com a população em várias cidades agrupando também, fizemos em Axixá, fizemos em Nina Rodrigues, fizemos em São Benedito, em Chapadinha, sempre agrupando as pessoas daqueles municípios. Quando foi agora numa terceira etapa que nós vamos concluir agora domingo, segunda e terça, nós também reunimos os municípios por grupo pra fazer uma capacitação, então foram capacitadas 80 pessoas dos 19 municípios usando o recurso de um convênio existente entre o governo brasileiro e o governo inglês, através do plano de capacitação ambiental, dessas 80 pessoas foram selecionadas 35 que retornarão a Chapadinha sábado próximo agora, pra domingo, segunda e terça fazerem um curso com Doutor Hugo Rodrigues, o Doutor Hugo é da Companhia de Gerenciamento Hídricos do Estado do Ceará, ele veio fazer essa oficina já para capacitar essas 35 pessoas, com certeza dessas 35 pessoas, vão ter várias delas que vão participar representando a sociedade civil vão participar do comitê. Então nós estamos efetivamente num processo de organização, de mobilização social para implantação do comitê da Bacia do Rio Munim, vocês poderão me perguntar; quando vai ocorrer isso? Esse processo a gente não tem resposta, a resposta é dita pela participação da população, isso pode acontecer dentro de seis meses, mas pode acontecer

dentro de 5 anos. E não adianta querer fazer isso através de Decreto que não funciona. Agora, pelo que eu vi das 80 pessoas que passaram lá em Chapadinha nesses quatro cursos, eu penso que daqui a uns 6 meses a um ano, essas pessoas que são capacitadas para serem o quê? Multiplicadores. Então na função de multiplicadores, eles podem agilizar lá nos seus municípios o processo de montagem do comitê. Mas, repito, não deve ser acelerado. É muito perigoso procurar acelerar um processo participativo e não deixar as pessoas realmente participarem, a gente pode dar com os burros n'água e depois ter que voltar e fazer de novo, então é preferível a gente ir de acordo com a vontade da população. Mas eu creio que nós lá, estamos indo num bom caminho. Bom, então lá no Alto Munim isso já é, isso aqui já é resultado das conversas que já foram tidas com essas pessoas que já estiveram lá, essas 80 pessoas que agora nós vamos descer a unir aqui detalhe maior com as 35 que vão retornar domingo lá, agora a partir de domingo. Então lá no Alto Munim, nós temos essas duas vocações maiores, a produção de grãos e de frutas hortaliças, a questão dos grãos vem de uma região de Aldeias Altas até Chapadinha e aí é onde estão as nascentes dos rios, é uma área que a gente tem preocupação, porque aí nasce o Rio Preto, aí nasce o Rio Munim, nasce o Rio Guará, nasce o Rio Boa Hora, nasce o Rio Mocambo, nasce o Riacho Feio, nasce o Riacho Estrela, nasce o Rio Preguiças. Quem é de Barreirinhas? Então o Rio Preguiças nasce lá nessa região e está também sujeito a esse desmatamento que está havendo lá nessa área de produção de grãos, é preciso envolver já que nós somos vizinhos, as duas bacias, envolver também o pessoal do Rio Preguiça, aliás, até já houve um participante nessa última turma que foi no final de semana passada, já houve um participante da Cidade de Barreirinhas que participou lá conosco, sabe a idade dele? Doze anos. Ele está sabendo que ele vai pegar esse negócio pra frente, então ele disse; eu quero ir aí também. E foi lá, e participou. Então você veja, uma criança de 12 anos que está lá em Barreirinhas ele já está sabendo que sem o Rio Preguiça Barreirinhas acaba praticamente, turisticamente está liquidada. E ele está lá, e a família dele lá, tem pousada, vive disso. Então ele sabe que ali está o futuro dele. E achei interessante ele se manifestar lá em Barreirinhas, não, eu quero participar, e foi lá e participou. Bom, a outra parte é a produção de frutas e hortaliças, nós estamos aqui em São Luís sendo abastecido pelo Estado do Ceará há muitos e muitos anos, e não só São Luís a região nossa também lá todinha come isso vindo do Ceará, do Ceará e lá de Petrolina. Então, lá nós temos água, é pouca água, mas, tem que ser bem utilizada. Então nós temos que fazer uso dessa água, da água subterrânea da formação Barreiras que é em torno de 20 mil litros por hora, então não é muita água e temos a água superficial dos rios que não são rios também caudalosos, mas tem que ser estudado e tem que ser feito igual no Ceará, as barragens para segurar com estudo de Parque Ambiental e tudo, mas são as nossas alternativas. Outras menores existem. Lá, nós estamos trabalhando com mandioca, com caprinos, com abelha, são atividades sobre as quais eu amanhã lá em Timon conversar, porque lá em Timon o pessoal também está trabalhando com isso, eles estão lá na Bacia do Rio Parnaíba também preocupado com isso, a CODEVASF está chegando, já chegou aliás, eu vou aproveitar essa viagem, querer ir lá no Timon, para depois de amanhã ir visitar a CODEVASF, isso aqui é um



folheto sobre a CODEVASF, eu queria deixar com o Doutor Rubem Brito aqui na Assembléia, é importante a gente saber que essa tecnologia está hoje aqui disponível aqui no Maranhão e nós ali no Rio Munim com certeza, que estamos bem pertinho do Rio Parnaíba, nós vamos procurar acessar a essa tecnologia, de fazer a água transformar-se em alimento e renda, nós não fazemos isso, lá no Ceará eles não tem água e fazem isso, nós aqui temos e não fazemos. E por isso nós vamos adquirir tudo lá no Ceará ou praticamente tudo. Isso aqui no Alto Munim. Passa a seguinte do Baixo Munim. Bom, aqui no Baixo Munim, a partir de Nina Rodrigues, aí o Rio recebe uma agressão maior. Por quê? Porque ele passa a ser um rio urbano, até Nina Rodrigues o Rio Munim e nem o Rio Guará, nenhum dos dois passam por área urbana, o Rio Preto sim, o Rio Preto passa lá em São Benedito do Rio Preto e alguns afluentes do Rio Preto como; o Rio Boa Hora e Mocambo passam dentro de Urbano Santos, e o Riacho Estrela passa dentro de Anapurus e dentro de Mata Roma, mas o Rio Munim em si com o outro afluente dele que é o Rio Guará, só começa ser agredido por áreas urbanas a partir de Nina Rodrigues. Então gerenciamento de recursos hídricos a partir de comitê de bacias hidrográficas prevê também a questão de saneamento. Aí, nós lá, é que temos que nos organizarmos nas bacias para buscar recursos, para buscar a maneira de como resolver nosso problema, a mesma forma quem está aqui em São Luís deverá procurar se organizar. O Doutor Hugo que está vindo de Fortaleza agora para trabalhar com a gente nesse período inicial, ele está acabando de organizar lá em Fortaleza a Bacia Hidrográfica da região metropolitana de Fortaleza, que aí você imagina as agressões que os rios não sofrem lá. E ele como tem essa grande experiência foi então escolhido pra vir nos ajudar lá em Chapadinha, nós do Maranhão temos que pensar o seguinte: nós não temos pessoal qualificado ainda, é preciso que a gente busque as pessoas que já estão qualificadas para transferir conhecimento para o nosso pessoal, as vezes a gente reclama porque foram buscar no Ceará? Não gente, olha o pessoal do Ceará, ainda agora eu falei no Claudionor, ele é maranhense. O Itamaracy ele é do Acre, o Mauro Facalonce ele é do Rio Grande do Sul, estão todos trabalhando no Ceará, o governo foi buscar gente qualificada onde eles estivessem e formou a equipe e eles estão trabalhando lá. Então, a gente tem que trazer pelo menos o pessoal qualificado como é o caso dele do Doutor Hugo, pra vir começar esse trabalho e transferir conhecimento aos nossos profissionais daqui. Bom, esses municípios todos, inclusive lá na Chapadinha, lá no Anapurus, lá no São Benedito, no Urbano Santos nós temos várias e várias atividades pequenas, mas que geram emprego e renda que usam água para fazer atividade turística, isso também é um motivo de preocupação dentro do comitê. A gente tem que saber educar a população e também dar um apoio aos proprietários desses empreendimentos, para que se faça um uso racional disso aí. E um número que nós colocamos aqui em baixo.....olha! a gente vive só com o dedo, só com esse dedo aqui pra acusar os outros e não usa esse aqui pra acusar a si próprio, é um dos problemas do ser humano, então lá na região a gente usa muito, e eu observei e observo lá, as pessoas acusando o grupo João Santos, acusando Paineras e os gaúchos. Lógico, mas nós não podemos esquecer que o assessoramento causado no Rio Munim, ele deveu-se ou deve-se de 80 a 90% ao pequeno produtor rural, porque os

gaúchos chegaram ali tem 5 anos, 6 anos. Olha aqui, eu fiz um cálculo, nós desmatamos naquela região ali por ano pra fazer rocha no toco 30 mil hectares, no machado e na foice. E uma área expressiva e nós temos que diminuir isso. Existe tecnologia? Existe, nós estamos trabalhando com isso lá em Chapadinha, inclusive e lá em Timon amanhã a conversa é nesse rumo, é de buscar a tecnologia pra gente diminuir esse tipo de agressão. Bom, e como é que a gente usa a água hoje lá? Nós usamos a água da CAEMA, lá todos os municípios, os 19 são abastecidos pela CAEMA e teve situações de muita preocupação como é o caso de Chapadinha. Conversando lá em Chapadinha, lá em Timon lá tem o projeto "Água para Todos" nós temos várias regiões do Maranhão que você consegue tirar água subterrânea de aluviões de rios com poços de 8, 10 metros de profundidade, aí eu disse para Doutor Francisco Caldas lá em Chapadinha outro dia: doutor com o dinheiro que vem hoje aqui para Gerência para fazer um poço, nós fazemos 10, vamos fazer os 10 que a gente atende uma população maior. Lógico que a gente não pode usar essa tecnologia em todas as áreas do Maranhão, mas ninguém mora longe de riacho pode ter certeza. Todo mundo procura morar perto do riacho, perto do rio, mesmo riacho que seca no verão consegue tirar água de dentro dele a custo baixo. Outra questão nós estamos trabalhando aqui no Maranhão também, é questão de cisterna; cisterna uma família tem água o ano inteiro a um custo baixo, mas te que ser o negócio do poço. Há uma política, uma indústria de perfuração de poço no Maranhão desenfreada, uma coisa absurda e outra que a gente pode usar no Maranhão, são as barragens subterrâneas, nessas áreas que tem granito com aqui, como lá no Maracassumé ou então o Basalto do Grajaú, tem várias fazendas que podem usar isso aqui a um custo baixíssimo para você acumular água para sua agricultura, para sua pastagem e etc. Mas não, só serve se for uma barragem grande, que vá inundar, que vá gastar bastante dinheiro, essas questões a gente tem que começar a discutir com o pé no chão, até mesmo porque nós não somos rico e sabe o quê que faz um estado rico? O país rico? Não gasta dinheiro com nós gastamos, nós gastamos muito dinheiro como se fosse para os ricos e os ricos não gastam. A Europa quase toda usa água subterrânea, porque é mais barato e eles não vão jogar dinheiro fora, nós jogamos. Bom, e no futuro? Bom, no futuro nós temos que pensar que lá para nossa região algumas barragens têm que ser feita, isso se aumenta no Rio Guará, eu passei hoje de manhã, vim de Chapadinha e aí você passa no Rio Munim e passa no Rio Guará qual é a diferença? O Rio Munim ele nasce e corre boa parte dele em cima de rochas porosas, então ele tem menos água nessa época de superfície, mas ele está acumulando água subterrânea, aí no verão a água subterrânea abastece o Rio Munim e ele continua com água. Você passa no Rio Guará que é em cima de rocha impermeável, é lá que nós devemos fazer as barragens; o volume de água no Rio Guará é quase o dobro do Rio Munim, hoje de manhã eu vi lá e fica na mesma região ou seja, a pluviometria é a mesma praticamente. Por quê? Lá no rio Guará a água não infiltra é igual no Ceará, ela bate e vai embora para o mar. Então nós temos que ter política pública para poder ter água naquela região do Rio Guará que é para poder em primeiro lugar perenizar o rio, nós temos que perenizar o Rio Guará. Agora, aí cada bacia hidrográfica vai buscar sua solução, nós lá temos que nos mexer, trabalhar



com projetos e buscar recursos para resolver os nossos problemas, por isso que eu estou falando, daqui uns anos o pessoal do Rio Itapecuru vai dizer; não, São Luís não faz parte da bacia hidrográfica do Rio Itapecuru. Portanto, não pode tirar água aqui, que se virem. Pode acontecer isso. E ainda temos a água subterrânea, temos os poços, cacimbas e poços artesanais. O prefeito de Quixeramobim no Ceará ele começou a fazer esses poços dentro de riacho seco e lá ele resolveu o problema da agricultura familiar lá do município dele. O Governo do Estado do Ceará tomou conhecimento disso, já existe uma campanha no Estado do Ceará para perfurar 5 mil poços desses; ele vai gastar o dinheiro de perfurar, acho que uns 800 dos outros e vai resolver problema de água das pequenas comunidades. Então, são soluções de baixo custo e soluções pontuais como essas aqui: cacimbas que a gente pode usar, imaginem lá em Chapadinha por exemplo; só pra citar o caso de Chapadinha, em Chapadinha você não tem povoados, você tem as populações que são espalhadas, então tem 412 localidades. Imagine se for fazer em Chapadinha um programa de perfuração de 412 poços de 100 m cada um. Qual é o custo disso? E depois a energia para tirar água de dentro desse poço, tem que ser paga ou elétrica ou diesel. Tudo é custo. E vamos aqui rapidamente a questão da poluição. Lá, como eu disse, quem mais polui é a agricultura, principalmente daqui pra frente que vai aumentar o desmatamento e vai aumentar a mecanização. Então nós temos que ter cuidado com esses dois itens aí, porque se não nós vamos transformar aquilo ali daqui há trinta anos em um grande deserto, aí ninguém pode mais conseguir nem morar lá. E tem também a questão do material químico que se usa lá e que atinge rapidamente a água superficial, mas depois vai atingir também a água subterrânea. Então esse é a nossa maior solução e ao mesmo tempo o nosso maior problema. Para nós gerarmos emprego e renda naquela região a solução é agricultura. Mas tem esses problemas aqui para conviver com eles e achar a solução. E temos estas questões aqui urbanas que é lixo e esgoto, que também nós temos que administrar; a contaminação superficial ou então subterrânea por lixo e ainda temos currais nas zonas urbanas, nas zonas rurais aliás, temos cemitérios e temos esgoto, esgoto a céu aberto já transmite a doença diretamente. Ou então como é o nosso caso em Chapadinha, em Chapadinha a população foi educada e isso cada família educou seus filhos, lá você não tem esgoto no meio da rua, não é uma política pública, aquilo ali é educação que cada uma recebia em casa, mas quando você não tem outra alternativa você coloca em fossa. Só que nós estamos em cima da formação de barreiras que é porosa, então o esgoto não está contaminando porque você não está vendo, ele não está lá no meio da rua, mas ele está contaminando sem você ver. E aí você não sabe qual é o grau de agressão que você está recebendo dele, porque você não está nem vendo. De certo modo, não é Daniel é até preferível fica no meio da rua, porque estava vendo e estava tomando providência, está escondido lá e está contaminando a água subterrânea e nós não estamos vendo. Bom, acho que o meu tempo terminou. Os comitês de bacias, eles tratam da totalidade de bacia hidrográfica onde uma sub bacia, o Rio Itapecuru por ser muito longo eu acho que um dia lá, vão ter que dividir o rio em alto, médio e baixo Itapecuru, porque é muito difícil e eu diria até impossível você administrar um rio do tamanho do Itapecuru com uma bacia só, ou seja, com um comitê só. São

1.100 km, quase 50 municípios, e difícil; até o Rio Munim eu acho que com o tempo ele vai ter que ser dividido em dois porque a situação do Baixo Munim até cultural e histórica é totalmente diferente da situação do Alto Munim, a gente tem que fazer junto agora até por uma questão de solidariedade, mas com o tempo eu acho que com essas duas bacias vão ter que se separar. Aqui no artigo 38, neste parágrafo aqui primeiro: “promover o debate das questões relacionadas à recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes”. Então, é o que vamos fazer lá no Rio Munim, por exemplo; chamar a CAEMA vem cá, João Santos vem cá, Paineiras, Gaúcho, pequeno produtor, vamos sentar numa mesa aqui com o Poder Público e Executivo, o Legislativo, o Judiciário, a Sociedade Civil Organizada e vamos ver quais são os nossos problemas e quais as soluções. Então é promover esse debate aí e esse debate está no nascedouro, mas daqui pra frente a vida toda ele vai ter que ser exercido. Eu queria então agradecer mais uma vez esta oportunidade, que é uma oportunidade que pra nós que trabalhamos com recursos hídricos é uma excelente oportunidade de estarmos aqui com o Poder Legislativo do Estado do Maranhão. Eu disse ainda a pouco, só nos foi possível avançar o tanto que já avançamos lá no Rio Munim, porque hoje da parte dos 19 prefeitos da região uma vontade política de se resolver a questão do Rio Munim, e nós não poderemos imaginar que no Estado do Maranhão ou em qualquer estado do Brasil a gente possa avançar na administração de recursos hídricos sem a necessária participação e colaboração do Poder Legislativo do Estado do Maranhão. Eu me alegro muito, mas não me surpreendo, porque eu sei que o Dr.º Rubem Brito é um homem que sempre conviveu com estas questões de recursos hídricos, como Secretário Municipal aqui de São Luís, então não me surpreende partir dele essa iniciativa. De qualquer maneira como usuário de água e como administrador de água, quero agradecê-lo por essa iniciativa e também agradecer a toda Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e especialmente à Comissão de Meio Ambiente, Minas e Turismo, aqui representada pelo Dep. Deusdeth Sampaio a quem também agradeço. E agradeço finalmente a presença de vocês todos, a quem me coloco à disposição para alguma pergunta.

DR. PETRÔNIO ALVES MACÊDO –

colocou rapidamente, como militante do direito, saio daqui com um aprendizado extraordinário, mas também trago ao Dr. Borromeu que, na década de 60 o nosso Médico Baluarte Josué de Castro, escreveu uma obra fazendo um verdadeiro inquérito sobre a fome em nosso país; o que aconteceu foi que com o regime militar, o prêmio que deram ao Dr. Josué de Castro foi o exílio, parece-nos que até hoje ele reside em Paris. Quero dizer isso porque Vossa Excelência permita-me chamar assim, porque de fato o senhor deu uma aula magistral aqui e acho que tenho idade de ser seu filho, porque tenho 39 anos e a inquietude de ter falado primeiro Dr. Borromeu, é lhe dizer que por onde eu passei tive alguns mestres, por exemplo, mestres de direito penal Serra de Aquino e também o professor Alberto Tavares, estes homens sabem tudo de Direito Penal, pára nossa geração que é aquilo que eu gosto de fazer também na minha área que é Direito Penal. Mas não nos brindaram até hoje com uma obra do saber que eles possuem. Então eu não poderia deixar de na minha idade e me colocando como seu filho, de fazer um pedido, que o



senhor nos brinde, brinde a nossa geração que também é culpada desse desastre ecológico todo, fazendo essa sua aula, essa sua cultura, este trabalho todo que o senhor nos brindou aqui nesta conferência, compilar pra que nós possamos ter uma referência para gerações futuras, de que no passado tivemos um Bandeira Tribuzi que ajudou pensar o estado do Maranhão, mas após o Bandeira Tribuzi, se instala no estado um, outro modelo de pensamento que é de um domínio só pelo econômico e só pela exploração. Mas o senhor pertence a uma geração que produz que deve ser também, a geração do Bandeira Tribuzi. Então faço um pedido ao senhor, queira nos brindar nem que seja com a brochura, pra que nós nas nossas escolas, nos nossos bairros e entre os nossos irmãos possamos discutir isto que o senhor nos apresentou hoje aqui.

DEP. RUBEM BRITO – registrou a presença mais uma vez do Prof. José Policarpo Costa Neto, da Universidade Federal do Estado do Maranhão que ontem foi o conferencista da tarde, o Major Van Carden Moreira Nunes, que é Sub-Comandante do Batalhão Florestal, participando desse seminário e juntamente com outros oficiais do batalhão, a Dr.^a Maria Lúcia Telles e do Dr.^o Reginaldo Telles, ela Presidente do IPAM, Dr.^o Reginaldo Telles advogado da prefeitura municipal de São Luís e Dr. Carlos Rogério Secretário de Serviços Urbanos e o Eduardo Padilha aqui da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

SR. ALBERTO CANTANHEDE LOPES

– identificou ser pescador e morador na zona rural de São Luís, do movimento de pescadores membro da equipe de Assessoria da Dep. Helena Barros Heluy a quem representa e, que por conseguinte faz parte da comissão de meio ambiente. Eu gostaria de refletir ou trazer para reflexão para o Prof. Borromeu e os demais integrantes da Mesa o seguinte: a Lei de 9.433 citada aqui no panfleto do evento, garante a população, a sociedade civil organizada, a participação na decisão das regras de uso de legislação sobre esse bem que é a água. E no Maranhão existe a lei que também já foi citada 7.052 de 97, que infelizmente não foi regulamentada, que deveria estar assegurando o direito à população e me parece que ela não é puro e simplesmente, eu gostaria até de acreditar que fosse um desleixo ou incompetência pura, mas eu acho que há uma decisão disso não funcionar enquanto determinadas coisas acontecem. Digo isso por quê? Enquanto a lei está engavetada sem regulamentação, tem no Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, seção do Maranhão, uma concessão para exploração de água de subsolo em São Luís numa área aproximadamente 32 mil hectares, são 16 lotes de 2 mil cada um na zona rural de São Luís, que pega ali da região da reserva do Bacanga até a região de Estiva e nós em 99, em pleno período de carnaval, esse era um assunto em pauta que inclusive mexeu com toda sociedade sobre tudo o Sindicato da Construção Civil que se acha ameaçada, porque os seus grandes fornecedores de matéria prima ficaram ali impedidos por conta dessa concessão de água, é uma empresa chamada AQUASERPA, e essa população sabe muito menos, essa população que está lá, nessas áreas, sabem menos do que merecem e do que precisam e do que tem direito de saber. E nesse ano, nós solicitamos, eu recorri ao DNPM e consegui um mapa desatualizado, pedir um atualizado, a Dr.^a Helena solicitou oficialmente pelo gabinete dela e nem isso foi respeitado, porque

esse informação não nos chegou nunca, então eu acho que daí a minha consideração de dizer que não é apenas um desleixo ou uma falta de competência, parece que há uma decisão de que isso tenha tempo para determinadas coisas acontecerem, ao mesmo tempo corre o Italuís II, contestado nesta sala, aqui se fez exemplos, se deu dados, se disse que não necessitávamos necessariamente desse segundo programa naquele momento, mas mesmo assim ele está correndo e aí eu lembro de uma parte que falou o Dr. Borromeu e naquele período eu li uma revista da ABASTECE, que falava de um programa em Fortaleza que dizia; que para região metropolitana de Fortaleza havia um programa de refazer e de corrigir todos os erros de encanamentos de água na região metropolitana de Fortaleza, que incluía também uma encanação de um grande açude que tem naquela região talvez bem maior do que essa transmissão de água do Rio Itapecuru para São Luís e ela custava 6 milhões e meio, e aqui o projeto são 300 milhões. Então assim, parece que há mesmo um fascínio pelo grande custo e desprezando as soluções mais baratas. E eu gostaria finalmente de perguntar e pedir pra que o Dr. Borromeu se aprofundasse mais na questão da sensibilidade do lençol freático da água do subsolo de São Luís, para que a gente possa entender um pouco mais.

DR. CARLOS BORROMEU – relembrou o começo da exposição com histórico. Olha! Nós não podemos imaginar que se encontram soluções notadamente nesta questão de recursos hídricos de maneira rápida, é preciso que a gente tenha consciência de que isso é um processo lento, que em alguns estados avança mais, em algumas bacias avança mais, em outras não, depende da qualidade das pessoas que estão ali. Você falou da questão da DNPM, nós também temos problemas até de porte menor, mas isso também existe lá em nossa região do Baixo do Rio Munim. Quem que resolve isso? A lei não resolve isso não, só a existência da lei, os rios, as regiões que não se organizarem em comitê de bacia hidrográfica, a lei vai ficar dentro da gaveta e os problemas vão acontecer no dia à dia e uma pessoa isoladamente não resolve. Agora, você pode acreditar o seguinte; se nós não tivéssemos a lei, era bem pior, a nossa lei de recursos hídricos é a lei que eu mais acredito no país. Por quê? Porque onde você organizar bacia hidrográfica como ela deve ser organizada, eu não tenho nenhuma dúvida que os problemas são solucionados. Até porque, olha eu fui há uma reunião em junho de 2001 em Belo Horizonte, foi o 3º Fórum Nacional de Comitê de Bacias Hidrográficas, eu fui imaginando que eu iria encontrar lá uma platéia de 80 pessoas, no máximo 100 e lá tinha 800 pessoas do Brasil inteiro, no 3º Fórum. Você vê o nível de participação das pessoas, agora é como eu estou lhe dizendo, infelizmente aqui do Maranhão eu fui sozinho, arrumando uma passagem com outro e é desse jeito que a gente vai. Aí chega lá o pessoal do Ceará tem três ônibus que o Governo do Estado do Ceará mandou, ele não manda gastando dinheiro em aviões, em hotéis caríssimos não, porque aí os oitenta, tem cem que ... Por quê? O pessoal de lá está organizado, está mobilizado, aqui nós estamos começando. Eu já fico satisfeito, já disse isso aqui, fico satisfeito em ter sido chamado aqui hoje, em ter sido convidado aqui hoje e também em abril do ano passado, eu estava aqui em São Luís quando o Dr. José Reinaldo em uma entrevista à Rádio Mirante, eu peguei o telefone e liguei pra ele, para parabeniza-lo, porque ele assumiu o cargo e criou uma Gerência de Agricultura e uma Gerência de Meio Ambiente,



se eu sou secretário de agricultura e meio ambiente e não tinha antes. Então algum avanço nós estamos conseguindo. Agora, não depende só do governador e dos deputados, juizes e promotores, nós temos necessariamente que avançar na organização da população, porque senão nem a própria lei é respeitada, a lei só existirá com o comitê instalado.

DR. CARLOS BORROMEU – respondeu que é preciso se habituar em participar e ser solidário com o vizinho, com a rua, com meu bairro, com minha cidade; as várias cidades com a bacia hidrográfica e as várias bacias de um mesmo estado, lá no Rio Munim nós estamos começando a conversar com o Rio Itapecuru, com o Rio Parnaíba, com o Rio Preguiça, com o Rio Magú, são vizinhos nossos. Pra você sair de uma divisão d'água e ir de um lado para o outro é rapidinho você agride aqui e agride lá, então na realidade, a gente não pode deixar soluções prontas como você me pediu, nós temos que ajuda ajudar as pessoas, as comunidades, a cada um encontrar suas soluções.

SR. JOSÉ GARCIA OLIVEIRA - DECA

HIDRA – identificou sua representação, através da DECA na parte técnica aqui no Maranhão. Ontem o Dr. Policarpo colocava muito bem a questão da água com PH muito baixo, água ácida. Nós temos aqui em São Luís uma situação terrível com relação à água ácida, na região do Cohaserma até o Cohajap é servida por poço artesiano e o PH nesses locais é realmente muito baixo, a ponto de corroer os metais; nós temos tido algumas reclamações nesses setores, onde a sede de vedação de torneiras e registros são corroídas em três, quatro anos, quando o normal da água que é servida do Rio Itapecuru vai em dez, quinze anos você vai trocar só o vedante, está tudo muito bem. Eu perguntaria pra ser breve, o que pode ser feito para melhorar a acidez, o PH dessa água dessas regiões aí. Muito obrigado.

SR. J.R. – CIDADE OPERÁRIA – Boa noite Senhor Presidente da Mesa, o palestrante, senhores deputados, senhores convidados. Já que existe a lei, é muito rápida, já que existe a lei, o que faz o estado e ou município não fazer essa cobrança? O senhor ainda pouco falou e nos deixa assustados, pessoas perfuram poços em qualquer canto e isso nos assusta. Por que o estado não interfere que as perfurações dos poços só possa ser feito diante de um técnico?

SRA. ANA MARIA GARJAN - FUNDAÇÃO ARTE E FÓRUM – afirmou que água é cultura, é ciência e a questão da água remete, mais uma vez eu estou numa interferência pela segunda tarde dizendo que o meu papel aqui representando a Fundação Arte e Fórum, Instituto do Cerulístico e a Universidade Federal do Maranhão, e eu gostaria de convidar o meu amigo Padilha, como eu fiz naquele dia pedi também a colaboração de alguém que lesse o manifesto, um pedacinho do manifesto pela paz mundial que fala das águas do planeta. E como eu gosto de compartilhar uma idéia com as pessoas, aquele pedaço que foi lido lá na Gerência de Qualidade de Vida, esse que fala paz para seja meu companheiro aqui e assim a gente compartilha o abraço com a paz mundial dizendo não a guerra e como aqui estamos bem longe dela, mas não podemos esquecer que temos guerras sociais no Brasil. Então vamos ver que a partir da questão não só da água, mas da terra, da justiça social,

da irmandade, da solidariedade e que lembrando, gostaria de registrar que o governo deste país junto com todos os segmentos oficiais deste estado brasileiro, nação brasileira, deverá além de resolver o seu problema não só com Fome Zero, mas com políticas corretas associadas á fome para que não seja nada assistencialista. Isso aí eu acho que já há um consenso no governamental nesse sentido, e que não esqueças do continente africano em solidariedade em algum momento que se possa resolver o problema brasileiro e também tentar contribuir com o continente africano, que este sim, é o nosso grande elo genético com a humanidade. Todos, todos os povos do mundo inclusive os que estão em guerra são descendentes deste elo genético africano. É a minha palavra e sim a paz.

DEP. RUBEM BRITO - agradeceu e registrou a presença do pessoal da TV Tropical, na pessoa do Osvaldo Brito e, também lá da Rádio Clube FM, a Noemi Atháides e, a presença do Josenildo Cardoso; do Tenente Jorge Bernardo Júnior que esteve aqui, do Batalhão da Polícia Florestal; ao Doutor Custódio Superintendente de Saneamento da Prefeitura de São Luís.

SR. EDUARDO PADILHA – alertou aos nobres deputados, sobre as águas subterrâneas existentes na Ilha de São Luís, ela só tem 3% dela protegida dentro das áreas de proteção ambiental, quando o mínimo seria de 10 a 15% e mesmo essas áreas que hoje são de proteção ambiental como a APA do Itapiracó, ela já tem em torno dela cerca de oito invasões chamadas de residencial, contabilizando aí cerca de 30 mil pessoas sem o mínimo de saneamento sequer naquela área. Começou com o Residencial Canudos e hoje já temos mais sete por lá, hoje é que a CAEMA já está colocando poços tubulares, mas a parte de esgotamento não existe ainda e tudo isso, todos esses efluentes, esses esgotos são jogados diretamente no solo. E também alertar o seguinte; que temos que criar dispositivos legais, para que o estado venha realmente proibir a proliferação de poços tubulares na Ilha de São Luís, de forma indiscriminada sem critérios técnicos devidos, e também o governo referendar alguma entidade do seu contexto para que faça um catálogo, uma contabilização de todos os poços existentes na Ilha, pontificar, codificação da vasão e também da qualidade da água explorada

DEP. RUBEM BRITO – registrou também a presença do Ver. Silveira do Município de Gonçalves Dias.

DR. CARLOS BORROMEU – respondeu que, se nosso problema fosse somente esse, seria fácil, o problema nosso aqui de São Luís, é que como nós sabemos nós estamos numa Ilha e não há nenhum planejamento da nossa questão ambiental. Eu não estou me excluindo do problema, mas eu estou te dizendo o seguinte; eu acho mais fácil que a gente lá no Rio Munim encontre a solução, porque olhe uma das coisas que eu tenho percebido, é que lá no interior você ainda tem o sentimento de solidariedade que aqui já não existe mais. Então, eu acabei de ouvir o Eduardo falar, ouvi você falar, ouvi o outro companheiro ali falar, nós queremos que o estado faça tudo e nós não fazemos nada. E conforme a Lei 9433, não é só responsabilidade do estado não, quem não conseguir organizar os seus comitês de bacias hidrográficas,



lamentavelmente as populações não vão encontrar soluções, porque não tem nenhum estado na face da terra que seja mais competente do que a sociedade civil organizada. Nós sociedade é que temos que provocar o estado, todos os países do mundo onde isso funciona, porque a população está participando, se fosse só o estado não haveria nada de recuperação na Alemanha, na Inglaterra, na França e etc. Sobre a questão do poço, é a mesma coisa, olha, nós já batalhamos aqui, nós geólogos aqui do Maranhão demais, eu nem falo mais aqui nesse assunto aqui em São Luís, o poder econômico aqui é muito forte, nós queremos ver se com a participação da população lá na Bacia do Rio Munim, a gente consegue que cada um de nós seja um fiscal, que na hora que chegar lá, está perfurando um poço, quem é o responsável técnico? Não, não sei, vai à Promotora e manda embargar. Lá, ainda é possível isso. Aqui, aqui eu conheço, já morei aqui, eu já trabalhei aqui, o maior patrão que tem é o governo ou federal ou estadual, isso vem através do INCRA, através do NEP, através de CAEMA, eu acho um absurdo o próprio governo desrespeitar uma lei e nós brigamos aqui no Maranhão e no Brasil inteiro, porque Agrônomo, Veterinário com todo respeito que tenho aos profissionais dessa área, mas nós somos profissionais habilitados para tratar desse assunto e todos eles assinavam isso no CREA, até que veio uma instrução de Brasília, porque essa situação estava no Brasil inteiro, isso foi há mais ou menos o que Eduardo? Uns 8 anos, 10 anos? Nada foi corrigido aqui no Maranhão não. Agora, na hora que nós começarmos a tomar as nossas providências, ou seja, se há uma pessoa lá perto da sua casa perfurando poço, você em primeiro lugar, a água não é uma propriedade nem sua, nem de seu vizinho, mas você também pode um dia querer usar a água ou seja, pode também querer perfurar um poço. Quem lhe garante que a perfuração daquele do seu vizinho não está lhe prejudicando? Então você tem que procurar o projeto, tem que procurar o responsável técnico, se não tiver, manda embargar a obra. Aqui em São Luís existe uma pessoa que faz isso, porque ele cumpre a sua função. É o Promotor de Meio Ambiente. Quem estiver, agora não vai esperar que o estado faça isso, porque ele não vai fazer nunca, nem aqui, nem em São Paulo, nem no Paraná, nem em lugar nenhum do planeta. O Doutor Aldo Rebouças, só para encerrar, ele foi à Alemanha e olhe que já arrasaram a Alemanha não foi a guerra não, quem arrasou a Alemanha foi quem perfurava poços e quem trabalhava com carvão, as minas de carvão. E lá, eles recuperaram tudo. O Dr. Aldo Rebouças, jovem brasileiro foi a Alemanha e o colega dele mostrou como funciona lá, pegaram uma rodovia, chegou lá, tinha uma placa dizendo para não parar ali, porque era raio de proteção de um poço artesiano, não pode parar nem 2 km antes e nem depois e, ele parou propositalmente dizendo ao alemão, que o governo gasta muito dinheiro com vigia desses poços. Não, o governo não gasta nenhum centavo, quem vigia é a população. Logo, apareceu uma pessoa lá, uma senhora e o geólogo alemão foram explicar o que estava apenas fazendo uma demonstração. Não tem conversa. Aí o geólogo disse; rapaz então ali na frente tem um posto da polícia, essa senhora já ligou para lá, eu vou ver se o guarda tira essa multa de cima de mim. Quando chegou lá, o guarda disse: infelizmente não posso fazer nada. Aqui de 15 em 15 dias reúne essa comunidade, aquela senhora vai trazer documentação que comprova que ela me telefonou e o meu chefe vai olhar na escala e eu que estou aqui, e eu que vou pagar do meu bolso. Então é diferente, lá existe a população

participando, aqui nós queremos que o estado faça, o estado não faz, ele não tem competência para fazer isso, nem tem competência e nem vai ter nunca, você já imaginou a estrutura que ele tinha que arrumar de vigia para fazer isso? Ou estado ou o município quem quer que seja. Então, lá no Rio Munim nós estamos entrando para esse processo de capacitação, conscientização, para gente ir fazer isso, e as pessoas já estão fazendo. Ouviu? Não tem nem comitê, e já estão fazendo. Bom, eu queria só acabar, não existe fome zero e aqui amanhã eu vou para uma reunião onde fala "Alternativa para o combate a fome", isso aqui é louvável da parte dos governos federal, estadual, municipal, mas olha, tem um assunto também que chama "Sede Zero", se nós alimentarmos a população e não dermos a ela água de qualidade, uma parte dessa alimentação, o próprio organismo reserva para poder reagir à água de má qualidade que ele ingere. É por isso que a nossa população lá na zona rural envelhece precocemente, e nós ainda dizemos que o cara é preguiçoso, ele não é preguiçoso não, é porque ele nem se alimentou de zero a sete anos, começa logo daí. Bebe água e diz assim: não, eu bebo essa água, mas o meu bisavô bebia, meu tataravô bebia e nunca ninguém morreu. O pior é isso doutor, porque quando você morre de infarto, você morreu de infarto, quando você morre porque levou um tiro, morreu porque levou um tiro, mas quando você morre todo dia porque bebe água de má qualidade, você não é contabilizado porque bebeu água de má qualidade. E você morre todo dia. Então, não adianta dar comida se não tiver água de boa qualidade, o cidadão, o próprio organismo, que ele não gerenciou o organismo dele, foi a natureza. Vai reservar uma parte daquela alimentação para poder se defender da água de má qualidade que bebe todo dia.

DR. DANIEL DA LUZ - citou a preocupação, particularmente sobre a Ilha de São Luís nessa necessidade de criar leis, que permitam às gerações futuras, um estoque de águas subterrâneas e, que a gente possa junto com o legislativo induzir nessa política, nós não temos uma outra maneira para obter estoque de água subterrânea em São Luís se a gente não criar áreas específicas, ou melhor, preservarmos áreas de recargas e a gente certamente teremos no futuro grandes problemas se assim não o fizer. Uma outra questão que eu quero aqui colocar; é que o Doutor Policarpo inclusive colocou já, é o tamanho do Estado do Maranhão e o que ele representa para o nordeste e o tamanho do corpo técnico que a gente tem hoje no Maranhão. Nós temos um grupo muito pequeno de pessoas trabalhando com recursos hídricos, e entretanto, o Estado do Maranhão é um estado que tem 333 mil Km², ao mesmo tempo que esse estado detém 45.49% do potencial hídrico superficial de todo nordeste, ou seja, o Maranhão detém quase metade do potencial hídrico superficial do nordeste e tem ainda quantidade igual e um pouco maior que a água subterrânea. Já que a quantidade total de águas no Maranhão, água superficial representa em torno de 3%, ou seja, 97% da água do Maranhão é subterrânea, mesmo que parcela dela esteja em profundidade superior a 500 metros. O Dr. Borrromeu falou a pouco muito bem sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Munim e aqui a gente quer acrescentar um dado, se somarmos a Bacia do Rio Preguiças, com do Munim, do Peria e aquelas outras pequenas bacias vão ter em torno de 27 mil Km², é considerado uma bacia pequena, que tem pouca água superficial, água subterrânea e até digamos assim, não tem grandes rios de água com águas superficiais,



mas essa bacia que é considerada pequena em relação ao Itapecuru, com relação ao Rio Mearim e outras, ela é praticamente do tamanho do Estado de Alagoas que é 27.800 mil Km², ou seja, é praticamente do tamanho de Alagoas e a gente considera uma região pequena, o Estado de Alagoas repito, tem 27.800 Km², o Estado do Maranhão tem 333 mil Km², a Bacia do Itapecuru tem 54.000 km², ou seja, tem dois Estado de Alagoas aí dentro. No Estado de Alagoas foram definidas 44 bacias, nós no Maranhão temos 11, ou seja, as nossas 11 vão ter que ser divididas, subdivididas para serem trabalhadas. Nós temos um problema muito grande, com poucos recursos humanos, com poucos recursos alocados para as questões dos recursos hídricos e o legislativo vai ter que pensar nisso, e nós seremos no futuro como disse ontem um líder comunitário; um povo que vai gerar cobiça por questões de água. Já que se a gente tem 41.49% da água superficial e eu digo que isso representa 3% da água do Maranhão, então nós temos muita água subterrânea para administrar também. Então essa geração que o Doutor Barromeu acabou de dizer, que é a minha, que é a mesma dele, nós teremos um trabalho muito grande para colocar as primeiras sementes dos grandiosos povos ricos do Maranhão do futuro, se é que a gente quer que eles sejam ricos, porque serão ricos, já que a água será a substância do futuro. Se hoje tem a guerra no Iraque envolvendo alguma coisa de petróleo, fique certo, o mundo queira ou não irá brigar por água. Porque se o Maranhão tem muita água subterrânea e superficial, a Paraíba não tem, o Ceará não tem e faz de tudo para deter através de barragem. Então quem tem, é como o poder, tem que exercer esse direito. Se ele não exercer, alguém irá exercer por ele. Quanto ao colega lá da DECA que se referiu ao PH das águas, dos poços, olha colega, isso só teria uma solução, seria tratar essa água colocando alguns sais de metais alcalinos para melhorar esse PH, se for possível em alguns casos aqui na Ilha, é possível que já se tem feito, é misturar um pouco dessa água que normalmente é uma água mais superficial da formação barreiras, com água do Itapecuru e ela aumenta o PH e torna-se uma água menos corrosiva. Mas de modo geral, a água que é coletada aqui na Ilha de São Luís, são águas do barreiras, realmente são águas muito corrosivas, são águas de PH baixo, isso todos os geólogos que trabalham com água aqui sabem disso, e muitas vezes eles fazem essa mistura, esse balanço para melhorar. Um outro rapaz se referiu aqui sobre a questão da Lei 9.433, com relação a uma cobertura que foi feito pela AGUACERTA, uma parcela considerada da Ilha requerendo água, foi um requerimento especulativo feito ao Departamento Nacional de produção mineral antes da Lei 9.433, que ela data de 08 de janeiro de 1997, prevendo que a lei não protegesse a sociedade e eles pudessem se apoderar de todo esse direito e impor a CAEMA, impor a Vale do Rio Doce, impor Alumar, Brahma uma cobrança de royat por esse direito, infelizmente a lei prevê uma certa proteção e esses requerentes já retiraram, já abandonaram essa idéia, porque viu que ela não ia lhe dar lucro, mas ele não fez isso só na Ilha de São Luís, ele fez em várias cidades do Brasil aonde encontrou exploração de água, que é o caso da CAEMA, o caso da Brahma, da Alumar sem proteção legal, foi feito praticamente em todo Município de Ilhéus na Bahia, foi feito no Amazonas ou seja, foi um grupo formado por norte americanos e franceses liderados por brasileiros que previam que a legislação não iria dar esse direito e se projetava na frente tentando tirar um proveito máximo disso. Infelizmente não deu certo, eles já abandonaram,

infelizmente perderam algum dinheiro, é um risco que eles correram, mas é uma jogada de tentar fazer. Mas o que está no fundo é o seguinte; se a legislação não protege, a CAEMA ia se ver embaraçada, a Alumar, a Vale, todos iam se ver embaraçados, iam ter que pagar AGUACERTA e por direito, porque a água na verdade é do subsolo, e tem uma legislação que diz; que tudo que pertence ao subsolo, pertence a nação. E eles partindo desse princípio requereram buscando auferir lucros e não deu certo. Eu mais uma vez quero parabenizar a Assembléia por essa iniciativa e a gente espera que ela possa nos ajudar muito, em que a gente possa criar maneiras de disciplinar os recursos hídricos no Estado do Maranhão, nós teremos muito o que aprender com o geonúcleo montado na Unibacia do Rio Munim, que é sem dúvida o núcleo mais adiantado do estado, os outros comitês que pretenderem serem instalados obrigatoriamente deve buscar ganhar tempo, procurando encurtar caminhos, saber aonde eles erraram para não errar, porque realmente é um caminho lento e que exige conhecimento e nós no Maranhão vamos precisar de muito fazer isso, já que o estado é muito grande e nós temos poucas pessoas para fazer isso e o tempo corre contra nós. E a gente vai ter que buscar o mais rápido possível, tentar que esse caminho vagaroso não seja tão desgastante para gente.

DEP. RUBEM BRITO - agradeceu a presença de todos que participaram desta tarde, afirmando estar muito entusiasmado com a presença nesta distinta audiência e, lembrando e convidando os ouvintes para o dia de amanhã. Teremos aqui a participação do Eng.º Agrônomo Ivan Soares Telles de Sousa, um maranhense formado aqui pela Escola de Agronomia, que depois se pós graduou na Universidade Rural do Rio de Janeiro e trabalha na área de Meio Ambiente como consultor de transposição das águas do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, tem muito a colaborar, vem diretamente do Rio de Janeiro para participar conosco dentro dos objetivos, não apenas do ano Internacional das Águas proposto pela ONU, volto a dizer, mas também dentro dos objetivos deste seminário, que creiam todos, a mim em particular e a todos os meus colegas deputados, pretendemos nos informar, nos informar melhor, conhecermos o assunto, partilharmos a experiência dos estudiosos e ouvir os clamores aí da população através das suas entidades organizadas, que temos notado durante esses dois dias, a organização desse setor é muito forte. Carlos Barromeu, eu acho que a sociedade civil pelo que eu vi aqui nesses dois dias avançou muito na sua organização, neste setor ambiental e também da proteção e da preservação dos recursos hídricos no nosso estado. Hoje nós vamos terminar a tempo ainda, que bom que nós vamos assistir o Moto Clube ai derrotar o Vasco da Gama. Vamos passar aqui a palavra ao deputado Deusdedith Sampaio que nos honra com a sua presença aqui e com a sua participação nessa tarde aqui. Ele que não vai poder estar aqui amanhã, porque vai ter que viajar para a querida Açailândia dele e não vai poder estar conosco aqui amanhã, mas seria bom que ele pudesse estar aqui, mas agradecemos sinceramente pela sua presença hoje aqui deputado.

DEP. DEUSDETH SAMPAIO - encerrou, acrescentando que todo dia a gente aprende. Como representante da Comissão de Meio Ambiente vou levar algumas coisas. Aqui se falou muito do Munim e do Itapecuru, dos rios



genuinamente maranhenses na sua escala Mearim e Pindaré, que são rios que se vocês pegarem, são de extrema importância não só também pela água, mas as populações ribeirinhas desses rios são muito grandes, então já que se levantou tantos problemas do Munim, do Itapecuru, na Comissão de Meio Ambiente dos rios genuinamente maranhenses, nós vamos na primeira reunião já começar a levantar desde a nascente, a população ribeirinha e como se encontram as margens, o assoreamento desses dois rios. E vamos buscar através dos órgãos competentes para não chegarmos a está com o Pindaré e o Mearim na situação que eu estou vendo os nossos outros rios maranhenses, e o que mais me preocupou não foi isso, foi que pelo que foi dito me estimulou a pensar e aí? Se esses rios que são nossos mesmos maranhenses, nós não estamos dando conta deles, e os que são rios interestaduais, como eles estarão? Ora, se eu não estou dando conta nem do meu e aí eu fico pensando, o Parnaíba está lá, o Piauí e o Maranhão, será que o Maranhão não está deixando o Piauí tomar conta do seu trecho? Será queprincipal, para que ela crie uma lei disciplinar na perfuração de poços artesianos, porque 100% do consumo de água do município de Açailândia que é o 6º maior município do interior do estado, ele tem que ter uma lei disciplinar em relação a perfuração dos poços artesianos. Então até Açailândia ganhou aqui nesse seminário hoje. E para encerrar, agradecendo a todos vocês, que realmente sem vocês nós não teríamos a condição de estarmos nesse brilhante seminário. E parabéns a Assembléia e parabéns a iniciativa do deputado Rubem Brito e obrigado a todos presentes.

3º Dia do Seminário - dia 27MAR03 - sub-tema: **Águas no Desenvolvimento da Agricultura e Geração de Energia**. Constituição da Mesa: Dep. Helena Barros Heluy, membro titular da Comissão Permanente de Meio Ambiente desta Casa e, Coordenadora da Sessão; O representante do Gerente de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Dr. Othelino Nova Alves Neto e, seu representante o Dr. Daniel da Luz; o Dep. Domingos Dutra; o Sr. Eduardo Padilha da ABAS e da ABES e, o expositor desta tarde o Dr. Ivan Soares Telles de Sousa, engenheiro agrônomo e PHD da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

DEP. RUBEM BRITO - registrou as presenças do vice-prefeito de Cândido Mendes, Iranor Filho; do Neudson Claudino, companheiro do Partido dos Trabalhadores de Imperatriz; a presença do Vereador e Secretário de Agricultura também de Imperatriz; também registrar a presença do Vereador de Olinda Nova Agamenon; do Vereador de Brejo e, a presença do Padre Fábio, pároco da Igreja de São José de Ribamar e, presidente do PDT do Município de Brejo do Maranhão. Afirmou que no decorrer do evento irá registrar a presença de outras pessoas que comparecem no recinto. Passando a palavra pela ordem a deputada Helena Heluy para fazer a abertura destes trabalhos.

DEP. HELENA BARROS HELUY - saudou a todos os presentes, nas pessoas, nos amigos e companheiros Reginaldo e Maria Lúcia Telles, por tudo que representa, a história e caminhada de lutas desse casal, mas também por serem um casal pai do nosso expositor que veio do

Rio de Janeiro trazer toda uma contribuição a este seminário que marca ou faz com que a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão marque este momento, em que os inquietos de todo o mundo estão refletindo e discutindo a importância da água para o nosso planeta. Este Seminário Água para Vida e para o Desenvolvimento, teve a iniciativa do companheiro Deputado Rubem Brito e foi de logo acolhido a unanimidade por todos os que estavam no plenário por ocasião da sua discussão e aprovação. Nós vamos hoje, dando seqüência e como último momento deste seminário, tratar do tema: Águas no Desenvolvimento da Agricultura e Geração de Energia. Ontem, Quarta - feira, o tema foi Águas Subterrâneas, que teve como expositor o Geólogo Dr. Carlos Borromeu, no primeiro dia, terça - feira, o tema foi Águas Superficiais tendo como expositor o Dr.º José Policarpo Costa Neto. Antes de passar a palavra ao expositor de hoje, o engenheiro agrônomo Ivan Soares Telles de Sousa, eu quero agradecer não só ao Deputado Rubem Brito por haver me indicado, me escolhido ou convocado para coordenar esta Mesa de hoje, mas também aos demais companheiros da Comissão de Meio Ambiente da qual eu também faço parte. Então o Ivan terá 60 minutos sujeitos à prorrogação para fazer sua exposição e em seguida será aberto o tema para debates e eu tenho certeza que hoje teremos mais um momento importante e rico para esta Assembléia e para o conjunto da sociedade aqui muito bem representada por quantos estão aqui. Então, com a palavra o Engenheiro Agrônomo Ivan Soares Telles de Sousa, não precisa dizer do meu entusiasmo, da minha emoção e da minha alegria Ivan, por tudo quanto você representa como profissional e como cidadão. A palavra é sua.

DEP. RUBEM BRITO - ressaltou mais uma vez o objetivo deste seminário, realizado por desta Casa através da Comissão de Meio Ambiente, com o intuito de coletar subsídios e informações para que possamos ter instrumentos não só em apreciar um Projeto de Lei de revisão da Lei Estadual de Recursos Hídricos, que é a Lei N.º 7.052 de dezembro de 97, a exemplo da lei Federal N.º 9.433 de 97. Esta lei foi apreciada ao mesmo tempo em que foi também a lei federal, está com alguns dispositivos em dissonância com a lei federal. O Governo do Estado através da GEMA, já realizou uma Audiência Pública para discutir um Projeto de Lei, revisando esta lei estadual e esta encaminhando este Projeto de Lei para esta Casa. Então no sentido de colhermos subsídios, informações para melhor apreciar esta lei de revisão que o Governo do Estado vai encaminhar aqui, é que propusemos este seminário. E mais do que isso, na oportunidade do Ano Internacional da Água 2003, onde a ONU procura nos chamar a atenção para esta questão, que é de vital importância para o mundo e também do Dia Mundial da Água que foi celebrado no dia 22 de março próximo passado. E também no sentido de se tomarem iniciativas legislativas aqui no parlamento estadual para institucionalizarmos uma política pública para este setor. Então, estes são os objetivos que nos movem. E portanto gostaria de destacar isto no último dia aqui, e para a nossa felicidade a deputada também após conhecer ontem as declarações do Diretor da UNESCO Coordenador do Ano Internacional da Água Doce, sobre os objetivos deste ano, declarado pela ONU, felicidade descobrir e até parece que foi até telepatia, que os objetivos são os mesmos

nosso da Comissão e desta Casa. Então, devolvo a palavra ao Dr.º Ivan Telles.

DEP. HELENA BARROS HELUY - registrou a presença no auditório do Padre Vítor Acelin, um grande estudioso do Maranhão que, sempre digo: o canadense mais brasileiro que existe. É um prazer para nós Padre Vítor a sua presença aqui. Também está aqui presente e também queremos assinalar essa presença o Ver. Veríssimo do Município de Brejo no Maranhão.

DR. IVAN SOARES TELLES DE SOUSA - agradeceu ao convite feito pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o deputado Soliney Silva, o meu amigo deputado Rubem Brito e a Dr.ª Helena Heluy. Para mim esta oportunidade de estar aqui me emociona muito, porque eu nunca tive esta oportunidade de falar para o Maranhão sobre as experiências que eu vivi no sul e sudeste brasileiro e um pouco também aqui no Maranhão, fazendo estudos de impactos ambientais de grandes projetos que por aqui passaram e projetos que pelo sul e sudeste também se desenvolveram. Eu gostaria até que ficar numa posição melhor aqui na Mesa, porque eu gostaria de ficar aqui na frente, porque fica até mais fácil pra gente começar a exposição. Esse tema de Água na Agricultura e na Geração de Energia, é um tema muito polêmico e eu aqui vou fazer a minha exposição, eu vou até fazer uma história da água na geração de energia e um pouca da história da água na irrigação no Brasil no primeiro momento. Depois eu vou falar um pouco dos impactos que os projetos de hidrelétricos tem provocados no meio físico, no meio antrópico e também no meio biológico. Depois eu vou falar um pouco dos projetos de irrigação e vou falar também dos impactos dos projetos de irrigação no Brasil. Então eu vou dar uma passada um pouco para fazer uma avaliação sobre os conflitos do uso da água hoje, e falar um pouco da política nacional de irrigação e drenagem e um pouco da política nacional dos recursos hídricos. E finalmente eu faço um fechamento, chamando a uma discussão sobre as principais diretrizes que nós, como eu vejo que deveríamos ter daqui pra frente. Muito bem, vocês observam essa transparência, no início do século a LIGHT no Rio de Janeiro começou a construção das hidrelétricas; em mais ou menos 1950, nós já tínhamos instalados 3500mw de energia e quando nós já chegamos mais ou menos já em 1995, nós já chegamos a um total de 55mw de energia, em torno de 45 mais ou menos 47 anos. Surgiu no país o programa de diretrizes e bases nas décadas de 1950 à 1990 e nesse plano de diretrizes básicas, houve a criação da Eletrobrás, o planejamento do setor elétrico para um risco máximo de 5% de falta de energia e aí vem um aspecto interessante, nesse risco máximo de 5% , o setor elétrico ele se planejou de tal maneira que não aderiria quando surgia qualquer déficit, não poderia passar de 5%. Então não haveria necessidade de fazer uma hidrelétrica para que a gente tivesse a garantia de 95% de energia. Então, isso foi um programa muito bem planejado sobre o plano de vista do planejamento, foi muito bem feita esse planejamento e daí o Brasil desenvolveu muito durante esse período com o surgimento das várias hidrelétricas no país inteiro. Só pra vocês terem uma idéia, quando hoje o Brasil tem a necessidade de construir, de implantar 4000mw de energia por ano para que a gente não sofra novamente uma crise energética. Ao se aproximar de 5%, aí estar escrito nova hidrelétrica deveria estar em operação; bom, aí houve um plano de interligação entre os sistemas, e isso foi uma coisas muito interessante, porque os sistemas estavam muito isolados e quando tinha seca no

sudeste o nordeste não poderia abastecer o sudeste. E aí começa dentro do plano um sistema de interligação. Mas, de repente esse sistema parou no período agora mais recente, que cominou com essa crise energética que houve agora dos apagões. Por quê? As hidrelétricas elas não estavam mais interligadas e via-se construir mais linha de transmissão para ver a condução da energia pra fazer as interligações. E uma das principais causas dos apagões foi exatamente dois aspectos: um, a questão da interligação; outra, a repotenciação das usinas já existentes. Muito bem, o governo então utilizou nesse plano também, uma idéia de instalar termoelétricas; só que termoelétricas hoje no país elas correspondem a quase 3% o restante é energia hidroelétrica, o restante do percentual gerado no país é de hidráulica. Na década de 80, aí não houve mais exceção de novas UHEs e aí começa a surgir o aumento dos riscos da falta de energia, e aí houve um incentivo à criação de UTEs Usinas Termo Elétricas que eram mais fáceis e mais rápidas de serem construídas, mas também tinha uma história muito interessante das UTEs, é por que construir UTEs no Brasil? Porque as UTEs só eram construídas mais rápidas como o Mega Watts vendido era mais caro. E quem ganhava com tudo isso eram os empresários que construíam UTE, não é que a UTE ele tem que ser construída, certo, mas se tem um incentivo tal para as UTEs, que se fez um programa de criação de 58 UTEs no Brasil para com a questão do apagão, para poder resolver o problema da crise da apagão, que na verdade a crise era a função da falta de construção de hidroelétricas. Aí surge o início das privatizações e aí vem um outro problema no setor elétrico, é que os investimentos públicos pararam para a geração de energia, porque se falava muito do aumento do déficit público e então se parou de se construir. E o Governo Federal pegava os recursos e dava às empresas estrangeiras para comprar as nossas hidrelétricas que já estavam construídas e aí foi a privatização, CESP, CELIG, CHEP, a CHESP não entrou nesse processo, a ELETROSUL enfim, LIGHT não só distribuidoras como geradoras de energia. Então o Brasil nesse momento investiu no setor privado 5 bilhões de reais para os grupos privados, para construir as hidrelétricas. Eu quero só fazer uma avaliação com vocês do potencial hidrelétrico brasileiro; vocês observam que nós temos aqui em operação, o Brasil hoje em operação tem 61.720mw de energia. O sistema todo brasileiro tem 61.720mw, em um total de registro de 450 hidrelétricas. E eu fiz aqui uma comparação, uma análise interessante se você olhar esse número e avaliar que pra cada, quer dizer, nós temos aproximadamente desses 61.720, 30 mil km² de área alagadas. Quanto que o projeto hidrelétrico brasileiro gerou em perdas, não só ambientais, sociais e também perdas no sentido biológicos também. Quer dizer, esses projetos hidrelétricos geraram grandes impactos e uma pergunta que a gente sempre discutia nos grupos eram o seguinte: a sociedade quer hidrelétrica ou quer termoelétrica, ou quer eólica, ou quer nuclear? Eu sou favorável particularmente às hidrelétricas, sou um defensor das hidrelétricas e sou favorável que se faça também um processo de reformulação do processo de implantação de hidrelétricas no país em termos de preocupações que eu falo: sociais e ambientais basicamente. Depois que eu olhando esse quadro, o futuro, eu estive fazendo um cálculo que se nós implantarmos os restantes, daqui a 47 anos, o Brasil ainda tem condições de construir hidrelétrica. Quer dizer, considerando que a cada ano nós temos que instalar 4000Mw para não sair, para não entrar em crise, o Brasil ainda tem 47 anos com o potencial hidrelétrico que nós temos que aí esta entre os inventariados, com viabilidade, projeto básico e os estimados, se nós



somarmos tudo isso que ainda não foi construído o Brasil vai passar 47 anos ainda construído hidrelétricas. Ou seja, são 4000Mw construído por ano, implantados, instalados por ano. E o quê que vai significar isso? Vai significar uma intervenção nas áreas, nas regiões que aproximadamente mais 92.458 km de áreas novas vão ser alagadas; em média, é uma estimativa, 92 mil km de terras que serão alagadas. Então o problema é esse, nós temos que fazer o crescimento, nós precisamos de energia e nós temos que pagar muito caro por isso, e a gente tem que tomar uma decisão, a sociedade tem que tomar uma decisão; os planejadores estão aí fazendo suas projeções de crescimento e etc. e a gente tem que tomar uma posição, a gente tem que discutir esse tema profundamente. Eu queria só mostrar algumas coisas aqui, o Maranhão, eu destaquei o Maranhão, hoje o Maranhão tem um potencial de operação, o Maranhão tem 114 megas instalados e aí eu retirei as hidrelétricas no Maranhão que estão em fronteiras, só botei o Maranhão mesmo, então eu tirei Tocantins e deixei só as hidrelétricas que estão dentro do Maranhão e aí eu peguei esse número e fiz um cálculo: se a gente considera que nós vamos precisar um mega watts iluminar 3.500 casas, nós temos hoje no Maranhão um total de áreas de populações de 342 mil famílias, quer dizer, esses 114 mega watts de energia que esta ali atende 314 mil famílias. Só que o Maranhão ele tem hoje uma população de 5 milhões de habitantes; então se a gente colocar quer dizer, nós temos que só esse 114 mega aí, atende basicamente 1 milhão 710 mil pessoas. O Maranhão é um importador de energia hoje, o Maranhão importa energia de Tucuruí todo mundo sabe, o Maranhão hoje é um importador de energia, os impactos estão sendo gerados em outros lugares e o Maranhão estar usufruindo dessa energia onde outros lugares estão sofrendo impactos; Tucuruí, Serra da Mesa, Sobradinho, Taparica todos esses lugares hoje a gente não sabe por onde é que vai a energia, porque o sistema esta praticamente todo interligado, mas as coisas acontecem em outro lugar e o Maranhão hoje é um importador de energia. Quer dizer, eu só estou fazendo uma análise aí do que a Eletrobrás coloca como o que o Maranhão gera de 114 mega. Nós temos aí a região norte pra fazer uma avaliação, que ainda tem ainda de remanescente 16.750, 61.208 estimados, é que é por região geográfica; nordeste pouca água, nós temos uma estimativa de 1.685, sudeste: 5.700, centro oeste: 20.199, sul: 6.000 e pouco. Quer dizer, esse é o potencial estimado de 95.496 MW. que ainda não foram estudados assim com muito detalhes, nós temos 95, fora aqueles outros que eu falei anteriormente que já estão em viabilidade, e projeto básico, e projeto executivo e inventariados. Bom, isso aí é por região geográfica. Vamos em frente. Aí vemos por bacia hidrográfica Amazonas, era de se esperar que o Amazonas tem um potencial de 70.510, Tocantins 2.709 e aí já foi uma abordagem que eu estou tentando fazer por bacia hidrográfica, do qual o Maranhão está ali, Tocantins e as bacias do nordeste. Quer dizer, está ali o Maranhão. E aí vem o aspecto que eu acho muito relevante, quais são os impactos que um projeto hidrelétrico estão provocando hoje no país? Modificação do regime fluvial; hoje, agora esta na moda fazer hidrelétrica, fazendo uma alça, não tem aqui um gráfico pra mostrar, mas você barra a hidrelétrica aqui e faz uma alça e joga água na frente. Tem hidrelétricas que tem como Belmonte que tem quase que 100 km de alça com uma diminuição de vazão de 37 mil m³ para 200 m³. Belmonte. Existem lugares para se fazer hidrelétricas que não são necessários se fazer dessa forma para reduzir os impactos. Então, hoje nós temos a hidrelétrica, ela modifica o regime fluvial dos rios e hoje quer dizer, passa de um sistema lântico para o sistema lótico, um sistema que estar em movimento para um sistema parado. Então a hidrelétrica ela provoca uma mudança realmente na dinâmica hídrica e com isso afeta toda a fauna aquática existente. Muito bem, alteração na qualidade da água é um outro fator que as hidrelétricas induzem em termos de impactos, alteração no comportamento hidrosedimentológico, você vê a dimensão que é uma

hidrelétrica, eu acho que muita gente aqui conhece o que é uma hidrelétrica e eu estou hoje apresentando assim os detalhes, que eu já convivi muito com esse problemas tentando resolver alguns nos estudos de impacto ambiental que eu participei de várias hidrelétricas sendo implantadas no sul e no sudeste brasileiro. A interrupção do fluxo migratório das espécies de peixes de piracema. Esse é um grande reflexo das hidrelétricas. Porque isso tem a ver com o quê? Com a reprodução. Não é só biótipo, isso é um problema social, porque os peixes se reproduzem e a população pesca, e a gente começa a reduzir os peixes de piracema com as hidrelétricas. Como solucionar esse problema? Então é aquela velha história, eu estou aqui colocando uma questão assim para todos nós pensarmos, como resolver um problema de gerar energia e não gerar impacto e se gerar impacto o que nós brasileiros podemos fazer juntos? Porque a gente tem um problema, gerar energia, nós temos que gerar energia, porque senão a gente pára o nosso processo, a nossa matriz energética é energia hidráulica. Agora que esta começando entrar o gás natural, mas também consome água, o gás natural não pensa que ele não consome água e você queima o gás, mas você tem que ter água para fazer a refrigeração da termoelétrica. Então a substituição daqui, a fauna nativa na área do reservatório, você tem perda de diversidade genética da flora, perda de hábitos da fauna terrestre, você tem perdas de terras potencialmente agricultáveis e pecuária, você tem interferência com autorizações e concessões minerárias, estabilizações em costas dos rios, nos marginais dos reservatórios por causa dos ventos que batem dentro do reservatório. Enfim, nós temos alguns aspectos sócio-econômicos sérios das hidrelétricas, alteração nas atuais condições de vida da população, as populações tem que ser retiradas, tem que ser relocadas, às vezes tem que ser reassentadas e tem casos e hoje, agora melhorou bastante, acho que a população esta mais presente nas discussões, no processo de construção da hidrelétrica já vista aqui em Carolina, não sei se tem alguém aqui de Carolina, mas a sociedade aqui esta se mobilizando para discutir as duas hidrelétricas que estão sendo feitas lá no Rio Farinha. Não sei se alguém conhece aquela a região de lá, mas já teve até uma Ação Civil Pública e está se brigando, se discutindo com a população, esta lá, se mobilizando para o quê? Aí é um conflito, que lá, tem várias cachoeiras nessas áreas. Então o quê que você tem que fazer, é hidrelétrica ou é turismo? Esse é a pergunta. quem vai decidir isso? É a população ou o governo, a sociedade como todo, a sociedade é que tem que decidir se quer ou não isso aí. Tem que ver a potencialidade daquela Bacia e não chegar e dizer: "Vou fazer uma hidrelétrica aqui". Eu me lembro que eu participei de um processo no Rio de Janeiro de uma hidrelétrica, que eu tive um embate muito grande com um empreendedor e ele me chamou e disse assim: "Olha Ivan, eu quero viabilizar essa hidrelétrica", e aí eu disse assim: "Não, você não pode querer" dizer assim, uma imposição: "Eu quero". Não, não quer. A gente vai discutir um processo de viabilização dessa hidrelétrica com a sociedade, ou você quer assim ou eu estou fora do processo. Eu vou discutir com a sociedade. E veio uma solução brilhante da sociedade, de uma pessoa do povo que estava lá e disse assim: "Porque que você na hora do raft", que era uma atividade de lazer da população, "Você fecha a hidrelétrica e faz o raft", é canoagem. E aí o empreendedor disse: "não, mais de jeito nenhum, isso aí em hipótese nenhuma, a gente pode perder 15 megawatts. E aí a discussão foi, olha só: tem duas maneiras; ou você faz perdendo 15 ou você não faz. A população não quer dessa forma e eles trouxeram uma solução, a sociedade trouxe uma solução que eu como consultor achei muito brilhante. E a gente fez o nosso estudo de impacto ambiental dizendo que íamos fazer o fechamento da hidrelétrica para fazer o raft no rio, porque eles faziam a hidrelétrica aqui, um reservatório e tirava a água para gerar aqui. E então quando tirava a água daqui, esse trecho que era uma queda muito grande, era no Rio Paraibuna, um afluente do Rio Paraíba do Sul. Então reduzia a vazão e não podia mais fazer raft. Quer dizer, então foi uma solução, a sociedade participando. Aí tem outros aspectos



você estão olhando, perda de infra-estrutura, aumento de oferta de postos de trabalhos, tem realmente, as hidrelétricas promovem um certo desenvolvimento momentâneo, temporário no lugar, quer dizer, você dinamiza aquela economia, gera emprego e tal. Mas às vezes aí há um momento que pára a geração de emprego, porque as hidrelétricas hoje começam a operar já tudo automatizado, essas pessoas são dispensadas e o quê que eu vou fazer com essa população que esta sendo dispensadas? De um projeto de hidrelétrica que demorou três ou quatro anos sendo construído. Aí tem uns riscos de perda de patrimônio cultural paisagístico e aí vamos em frente. A irrigação no Brasil. Resumo histórico; os primeiros projetos ocorreram nas épocas iniciais no século passado em áreas pontuais, isso aí se conhecia por jornais, informações diversas. Na década de 40 o Governo Federal criou o Denox a partir dos anos 70 o Governo passou a direcionar suas prioridades para os programas de irrigação, criou a CODEVASF que é a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco, em 86 criou a PRONIN que é o Programa Nacional de Irrigação no Nordeste e o Programa Nacional de Irrigação. Aí você vê a evolução, evolução das áreas irrigadas no Brasil; até 60, nós tínhamos 461 mil, 550 Ha, 75% eram no sul, 25% era no restante do país. Agora, em 80, nós já temos 20 anos depois 1 milhão, 481 e estar crescendo; em 85, 1 milhão, 959 atualmente são mais de 2 milhões, são 2 milhões, trezentos e poucos Ha. Há áreas irrigáveis no nordeste hoje chegam a 500 mil Ha. Aí é um gráfico só pra ilustrar, as fazes do desenvolvimento da irrigação no Brasil, todas elas em frente, aí mostrando o nordeste com 17,26%, o sudeste com 31%, o sul com 41% que é muito arroz irrigado, só pra vocês terem uma idéia, isso é o crescimento absoluto e vamos em frente aí um pouco. São os impactos dos projetos de irrigação. Os projetos de irrigação, você tem elevação do lençol freático, você tem salinização de terras, esse é um grande problema de irrigação no Brasil, principalmente no nordeste brasileiro, só pra vocês terem uma idéia, Poço da Cruz que fica em Pernambuco, gastou um dinheiro gigantesco pra fazer uma barragem, hoje você tem 7 mil hecáreas de terras salinizadas por falta de manejo, por falta de tecnologia, por falta de atenção, por falta de valorização do dinheiro público enfim, eu acho que esse projeto é um dos exemplos no Brasil de salinização onde se gastou, se fez uma barragem enorme e ela salinizou e salinizou o perímetro seguinte. E toda a população vive hoje numa situação lá, que é miserável e que na época ficaram cheios de dívidas para pagar bancos e etc. e etc. Então, o risco da salinização, aí nós temos um aumento da descarga de lixo, esgotos e detritos na água, porque normalmente gera perímetros irrigados e onde tem gente, tem resíduos e esses resíduos eles tem que ser controlados, eles tem que ser monitorados, eles tem que ser realmente conduzidos para um lugar correto, mas em alguns perímetros você não tem preocupação com os resíduos de esgoto e lixo gerado. Modificação do regime hídrico, alteração na vegetação, alteração na qualidade da água, aumento de processos erosivos e contaminação da água com agrotóxicos. Eu vou falar agora um pouco da parte sócio econômica aqui, vou falar um pouco dos usos da água e principais conflitos que eu vinha fazendo aqui, as minha conversas que eu vinha discutindo com vocês e aí esta as preocupações que eu acho que nós temos que ter e daqui pra frente com os nosso projetos de irrigação, com os nosso projetos hidrelétricos e se a gente quer água para turismo, se a gente quer água para geração, se a gente quer água pra os peixes, como nós vamos assumir isso, a sociedade tem que entender que temos que assumir esse compromisso e junto com o governo, questionar as políticas governamentais e enfim, discutir, gerar um grande debate sobre a questão da água, porque a coisa esta ficando muito crítica em relação a questão, por exemplo; de conflitos que já são gerados. Aí no caso específico você vê agricultura irrigada versus geração de energia. Foi muito interessante, e eu vou dar um exemplo aqui da transposição do São Francisco; aí chegou um agricultor... nós fizemos 12 audiências públicas para o para o projeto de transposição do São Francisco, aí o pessoal que era contra o projeto da transposição do São Francisco,

eles disseram o seguinte: que se tirasse a água para transpor a água para o nordeste semi árido, a gente iria perder 165 Mws, isso falando lá, a pessoa que era contra o projeto da transposição. E aí surge uma pessoa lá da população e diz assim: "Olha, eu não quero energia, eu quero é água, porque energia eu tenho aqui no Rio Grande do Norte, gás eu queimo e gero energia, aqui no nordeste não tem água, no semi árido não tem água, como é que você quer que eu me desenvolva, se eu não tenho água?" Então essa foi a colocação das pessoas lá, porque se diz "a Petrobrás esta aqui no Rio Grande do Norte gerando gás, ela pode queimar esse gás para gerar energia e eu tenho energia aqui, eu quero é água. Quer dizer, ou eu pego uma linha de transmissão e eu trago água lá de Tucuruí, eu não preciso, eu quero é água do São Francisco porque eu tenho que crescer, eu tenho que produzir", porque ele diz assim "Você é lá do sul, você está falando, você não vive a minha crise que eu vivo aqui na seca, perco feijão, perco milho, eu não tenho segurança hídrica aqui, eu não posso comprar um motorzinho para botar no rio, porque eu não sei se o rio vai estar cheio, não é que eu vou querer irrigar se tem água no rio", então ele era um produtor pequeno, ele produzia em torno de 5 Ha de feijão, de feijão de gado e ele perdia várias vezes feijão, porque tinha hora que dava três anos de seca e não tinha água no rio de onde ele tirava. E, afirmava: "eu quero esse projeto aqui, eu quero o projeto da transposição do Rio São Francisco". E esse projeto da transposição do Rio São Francisco, foi um projeto muito polêmico e na verdade existe muitos equívocos em relação a esse projeto de transposição, não se conhece exatamente o problema, as pessoas ficam muito emocionais na discussão do problema do semi árido. Ficam sugerindo vários paliativos "não, nós podemos fazer subterrâneos", tem barragens subterrânea lá, "não, nós temos águas nos açudes", mas os açudes não dão segurança hídrica, a água dos açudes em grande parte serve para abastecer a população, para garantir o abastecimento que é a prioridade número um da água para abastecer a população. Aqui outro conflito da geração com a navegação, por exemplo; no caso do São Francisco; se você tirar a água a montante de Sobradinho, quem conhece Sobradinho, tirar água a montante de Sobradinho você não pode tirar toda água da montanha de Sobradinho, senão você destrói a hidrelétrica de Sobradinho. Então a água tem que chegar em Sobradinho e aí tem uma discussão, depois que passa em Sobradinho, o que nós vamos perder pra frente é energia, aí a gente vai perder energia, aí se perde 165 Mws com a água que está pretendendo tirar pra transposição para resolver o problema de 8 milhões de pessoas. Evidentemente que se essa gestão dessa água for uma gestão muito mais... porque o problema é esse no nordeste também é a gestão da água. Isso é um tema riquíssimo, é a gestão da água, quem vai fazer a gestão das águas, é a comunidade, os formadores de opinião, eu acho que a gestão tem que ter um comitê de gestão das águas para que elas sejam realmente melhor utilizadas. Interferências com as comunidades rurais e populações indígenas, esse é o outro grande conflito, tem populações seculares estabelecidas e vem um reservatório e inunda o mar indígena. Esse é um outro conflito, interferências com obras públicas, tem várias obras públicas que sofreram processos e perdas em função de obras hidrelétricas e interferências com diversas áreas como agricultura, pecuária, turismo caso do Maranhão específico que esta sobre o caso de Carolina e que eu tive conhecimento, impactos sobre a água e a fauna em especial o peixe, a flora e unidades de conservação. Bom, eu vou andar um pouco rápido, então aqui é só pra falar um pouco da Lei 9.433, que é a Lei de Recursos Hídricos, onde os objetivos dela é assegurar a atual e as futuras gerações à necessária disponibilidade da água, em padrões de qualidade adequada aos respectivos usos. Utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte hidroviário com vista ao desenvolvimento sustentável e também a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos, críticos de origem natural ou decorrente de uso inadequado dos recursos naturais. Isso aí fica muito mais voltado para as regiões mais semi-áridas brasileiras. O próximo e interessante assunto é o



plano de recursos hídricos, enquadramento dos corpos da água em classe, acho que esta muito bem, são instrumentos muito interessante sobre a política nacional de recursos hídricos. O plano de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água em classe, segundo os usos preponderantes da água, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, cobrança pelos usos dos recursos hídricos, essa questão de cobrança, isso mexe com muita gente, quem nunca entende que água tem que ser paga, é difícil você falar agora para um agricultor e dizer pra ele que ele vai ter que pagar água. Então esse negócio de cobrança de água, ela tem que ser muito bem avaliada, porque eu acho que tem que ser muito discutido com a sociedade, porque já esta no Rio de Janeiro por exemplo, no Paraíba do Sul, já se esta pagando água e então quem usa a bacia, dizia um técnico "tem que ter alguma contribuição", quem usa a Bacia Hidrográfica tem que pagar alguma coisa ou contribuir de alguma forma, isso eu acho assim muito interessante. Quer dizer, eu posso contribuir reflorestando a bacia como um pequeno produtor sem renda, mas o minerador ele pode pagar mais, o gerador de energia elétrica pode pagar mais, o grande produtor pode pagar mais, o pecuarista que desmata, não pense que o pecuarista que desmata ele não gera um impacto na bacia, ele gera um impacto muito grande, porque ele aumenta a quantidade de sedimento que chega aos corpos d'água, então ele também tem que ser avaliado. Então essa questão de pagar água tem que ser muito bem discutido, não tem hoje ainda; na França se paga água, já tem lá um sistema de pagamento de água pelo uso da água, é o poluidor pagador e o consumidor pagador. Então, outorga a cobrança pelo uso, a compensação à municípios e o sistema de informação sobre recursos hídricos. Bom, vou dar uma passada rapidinho também pelo plano nacional de irrigação e drenagem e aí tem os postulados básicos, regime de uso da água e solos para fins de irrigação, os princípios: utilização racional de águas e solos irrigáveis, atribui-se a prioridade a utilização que é assegurar maior benefício sócio econômico, a planificação e utilização de recursos hídricos, de sólidos e de unidades hidrográficas; bom isso aí tem algumas coisas parecidas com que esta anteriormente na política nacional, alguns aspectos interessantes, mas eu estou aqui pra finalizar, tem uma preocupação que eu quero assim levantar aqui nessa plenária, eu queria fechar com essa questão dos deputados, dos vereadores, dos prefeitos que estão aqui. Eu acho que nós para fazermos um desenvolvimento, de um uso sustentável, eu diria economicamente justo, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, a gente tem que fazer um plano diretor. Eu não sei como o Maranhão esta desenvolvendo os seus planos diretores em termos de Bacia Hidrográfica, sem isso a gente vai ficar tateando e não vamos conseguir acertar nada. E aí vai surgir muitos problemas, porque são tantas variáveis que tem em uma Bacia Hidrográfica, então é preciso que se faça um plano diretor, que se discuta, que se defina daí toda a legislação ambiental, seguir a legislação ambiental. Então eu chamei atenção aí, levantamentos, diagnósticos e análises preliminares das Bacias Hidrográficas; primeiro tem que dividir a minha opinião, dividir o Estado em várias Bacias Hidrográficas, depois fazer uma análise das disponibilidades hídricas. Se eu perguntar pra vocês aqui se tem essa análise no Maranhão, eu acredito que não tenha, que nem no sul e em alguns lugares do sul não existem. Análise das demandas hídricas atuais e potenciais, se eu perguntar lá no Mearim quais são as demandas atuais e potenciais daquela região, ninguém sabem. Então é preciso que a gente conheça pra gente propor. Então, é preciso que se aprofunde bem também, os usos e prioridades, análise da qualidade das águas, os impactos ambientais reais e potencial. Enfim, são da situação atual e futura para diferentes alternativas, cenários e metas. Previsão e proposição de medidas, formulação de um plano preliminar, divulgação e discussão desse plano, levantamento e análise dos aspectos jurídicos e constitucionais e formulação do Plano Diretor final. Acredito que sem esse tipo de informação a gente não vai conseguir chegar a lugar nenhum, eu acho que é um desafio para o Maranhão e para todo o

Brasil, porque tem lugares que não tem mesmo no Brasil, em alguns poucos lugares, algumas poucas regiões do Brasil tem um Plano Diretor de recursos hídricos. Muito bem, pra finalizar, eu acho que todo desenvolvimento onde evolva água, ele tem que ser economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. E eu agradeço atenção de todos vocês, espero que eu tenha atendido e agora eu acho que estou aqui aberto para os debates, para as perguntas e as dúvidas

DEP. HELENA BARROS HELUY - colocou à Plenária, para através de inscrições, os que desejarem não só fazer perguntas, mas também alguma abordagem crítica, a democracia será assegurada. Pedindo a todos os companheiros que se inscreveram, indicar o nome e a instituição a que pertencem, no caso estarem representando alguma instituição.

SR. NEUDSON CLAUDINO - SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DE IMPERATRIZ - Começou com perguntando se a água pode ser privatizada? Privatizar uma hidrelétrica não é privatizar água? Segunda, a transposição que é falada do São Francisco, ela é comentada também para atender ao São Francisco, havendo uma transposição do Tocantins, haja vista que o Rio São Francisco já está em decadência devido o mau uso da irrigação no São Francisco e também já existe quem diga, que em seguida haverá transposição do Amazonas para o Tocantins e do Tocantins para o Rio São Francisco. É possível? O que há de verdade ou mentira nessa história? E por último, quando se constrói uma barragem no Tocantins, por exemplo; não haveria possibilidade de aproveitar aquela barragem e dali fazer canais de irrigação, já que vai violar a natureza e inundar, não poderia aproveitar e daquela barragem atendendo a lei da gravidade, fazer um canal e irrigação, por exemplo; está para iniciar a obra lá de Estreito, não se poderia aproveitar a lei da gravidade pelo menos em cada margem sair um canal para atender as margens?.

SR. REGINALDO TELLES - mostrou que é criador e, pessoa interessada nesses problemas e, a água evidentemente, é fundamental. Sem água, como disse ontem o Borromeu: Ao apontar os telescópios para o universo, para as estrelas, os cientistas procuram saber se tem água ou se já teve água, porque sem água não tem vida e a água é por tanto fundamental. Mas eu queria falar sobre o tema que eu anteriormente tinha abordado, que é o problema de transposição das águas do Tocantins, do Araguaia, do sistema do São Francisco em relação ao nordeste árido. Esse assunto não diz respeito apenas no nordeste; as nossas relações, os nossos nordestinos tem sido tradicionais, a nossa população hoje está marcada não só em todos os municípios pela presença dos nordestinos que aqui vieram tangidos pelas secas. Então, o nosso relacionamento, a nossa solidariedade com o nordeste é fundamental, então e se faz bem ao nordeste, o Brasil e as gestões estarão fazendo também um bem ao Maranhão. Embora o Maranhão seja colocado no meio norte, mas ele é nordeste, ele estar assim afinado com o norte, com os problemas do norte e com os problemas do nordeste. Então eu perguntaria ao Ivan, qual a posição para as tendências nacionais em torno dessas divergências que tem sacudido a opinião pública, em torno da utilização da transposição das águas do Tocantins, das águas do São Francisco para o nordeste? Porque a gente sabe que há tendências, há interesses econômicos de políticos muito fortes daqueles que se acostumaram realmente a administrar todos os problemas políticos e econômicos e usufruí suas vantagens. E então, pessoas que a gente sabe, figurões da política nacional que estão muito interessados em pedi que haja essa transferência de águas, esse benefício que o Nordeste está pedindo há muito tempo.

SR. EDUARDO PADILHA - afirmou não ser de praxe estas discussões, porque nós sentimos a ausência dos políticos, dos gestores nos debates, técnicos que sempre estiveram presentes e

parece-me que agora, essa rotina vem sendo mudada. E em segundo lugar, eu queria parabenizar o professor Ivan Telles pela exposição e realmente esse é um tema bastante interessante, porque quando nós vimos que a demanda de água no mundo 70% é para agricultura, isso nos faz refletir a necessidade de realmente debatermos o quanto é necessário uma tecnologia mais limpa para essa área, porque o que nós vemos é que a agricultura ela é necessária para a sustentação da população do mundo, mas também ela deixa um passível ambiental muito grande nas pesticidas, nos produtos químicos que são usados para o combate das enfermidades. Então, esse debate é bem interessante e também quando nós necessitamos realmente de regulamentar nossa Lei 7.052, porque só assim poderíamos montar os comitês de bacias e aí começarmos a discutir realmente em cada bacia o que é de necessário, o que precisa ser feito para que a população tenha uma melhor condição de vida, tenha um desenvolvimento mais sustentável, porque o que nós vemos hoje, é que este modelo de desenvolvimento, ele é nocivo para o mundo, para o globo, temos que procurar alternativas, assim como nós temos um potencial imenso na parte eólica e no sol, devemos desenvolver tecnologias para suprir essa falta de energia que tanto procuramos nas hidrelétricas, nas termoelétricas. Então o Brasil é um grande potencial disso tudo. Nós devemos é discutir e chegar numa definição melhor para que o nosso meio ambiente seja melhor preservado. Boa tarde.

DR. IVAN TELLES - respondeu que em relação à questão de privatizar as hidrelétricas. Entendo o seguinte; realmente o que fizeram no país foi um canibalismo nas nossas hidrelétricas e só pra vocês terem uma idéia, a LIGHT do Rio de Janeiro, ela compra energia de Furnas e vende a 120 dólares o mega watt/hora/mês, enquanto que na França o mega watt/hora/mês é de 73. Fizeram um balanço no primeiro ano de privatização da LIGHT, a IDF que comprou a LIGHT mandou 300 milhões, ela não está mandando, ela está mandando é água pra fora, pra lá, através desse tipo. Quer dizer, eles canibalizaram o nosso setor elétrico. Agora, eu acho que absolutamente sou contra que ocorra uma parceria no processo de privatização, eu acho que a privatização tem que ser feita no país de uma outra forma, realmente nós observamos que o país, ele tem dificuldades de recursos financeiros para continuar a implantação do setor elétrico. Agora, outra coisa que acontece, se encontra dinheiro como o BNDS encontrou, pra dar cinco bilhões para se comprar o parque gerador brasileiro e o que era de melhor, se vocês observarem o que se comprou, foi aquilo que no dia seguinte eu já estava com o dinheiro no bolso, não existe melhor coisa que fizeram na questão da hidrelétrica, agora, eu acho que não sou contra que iniciativa privada, quero dizer isso, participe do processo de construções hidrelétricas, mas não da forma que foi feita. Eu acho que é um recurso precioso que o Brasil tem, nós temos que como eu diria com a Arábia tem o petróleo lá, os árabes são os que tem mais petróleo e nós somos os que temos mais água. Então, nós temos que saber usarmos muito bem os nossos recursos. Os árabes não estão utilizando muito bem os recursos que eles tem de petróleo, a gente tem que mudar essa história, utilizar esse ouro precioso que é a água. Agora, sobre a transposição do São Francisco, eu sou favorável à transposição do São Francisco semi-árido brasileiro, agora eu sou contra o projeto de transposição do Tocantins para o São Francisco. Quer dizer, pra você ver, o quê que é o movimento de interesses, por que nem fizeram a transposição do São Francisco, já querem fazer a transposição do Tocantins. Você imagina a gente colocar água do semi-árido, que são aproximadamente 63 m³/s de água entrando no semi-árido brasileiro, que é a transposição do São Francisco hoje, vamos dizer assim; é 2% da vazão regularizada no Sobradinho. Então essa água é muita, tem que ser um norteador de um processo de desenvolvimento e estruturador ao mesmo tempo, as pessoas vão convivendo, aprendendo e desenvolvendo irrigação; Petrolina que é um, Juazeiro um perímetro irrigado, a maturidade demorou muito. Então eu digo: “há!

Transposição do Tocantins, eu nem quero pensar nisso, nem do Amazonas pra você ver”. Primeiro, eu acho que a gente tem que pensar na transposição do Rio São Francisco que na verdade são 2% da vazão regularizada. É uma coisa mínima e agora eu digo uma coisa importante; não pode essa água ficar na mão de meia dúzia, porque senão é um fracasso o projeto da transposição. Hoje o projeto da transposição, eu participei intensamente desse projeto, não só do estudo do impacto ambiental, nos levantamentos de solo. Enfim, tem uma possibilidade enorme daquela região ser um grande polo de, aquela região toda ali na Paraíba, no Pernambuco, Salgueiro, Brejo Santo no Ceará, o Cariri como um todo, Rio Grande do Norte, enfim, tem uma grande possibilidade, mas ali não tem água. Então, vamos primeiro amadurecer o projeto da transposição do São Francisco e depois vamos pensar em transposição e bota tempo nisso. Agora, eu acho que existe uma pressãozinha na minha opinião, eu estou aqui emitindo uma opinião política, acho que existe uma pressão política e eu não estou aqui, acho que aí é uma posição política do Ivan, que eu acho que existe uma pressão de empreiteiro certo, não do técnico Ivan, é do político Ivan, eu acho que existe uma pressão para se fazer um projeto de transposição do Tocantins. Os canais de irrigação, os problemas de barragem de usos múltiplos, você falou uma coisa muito interessante; canais de irrigação e barragem, geração de energia e abastecimento, então eu não sei como é que é a barragem de Estreito, só sei que fica ali, eu sei que ela gera muito impacto e tal, mas me parece que ela não é uma barragem com possibilidades de fazer irrigação, me parece pra irrigação. Me parece, que se você fizer a barragem, ela não tem um custo-benefício e parece que não tem viabilidade econômica. Quer dizer, fazer um canal de irrigação, tem que ser pensado. Quer dizer, é um outro projeto. Então, eu não sei assim hoje Estreito como é que está sendo pensado, o que é que está sendo discutido, quem é que está participando do processo, mas eu imagino que você está falando de usos múltiplos. É possível fazer barragens de usos múltiplos.

DEP. HELENA BARROS HELUY – registrou as presenças do Major Van Carden Moreira Nunes, Subcomandante do Batalhão de Polícia Florestal, dos Ver. Malheiros e Nonato Lima, ambos de São José de ; Daniel Holanda dos Santos, Primeiro Tenente também do Batalhão de Polícia Florestal; o Comandante Jorge Nunes do mesmo Batalhão.

DEP. RUBEM BRITO – entrevistou mais para instigar ao debate desta esplendida platéia, demonstrando o interesse que esse tema desperta. A luz de um dos objetivos do ano internacional que declara que a ONU reconhece o papel chave da água para o desenvolvimento da agricultura, o combate à pobreza e o combate à fome. Para que não pareça que da exposição do meu amigo Ivan Telles, não pareça que a irrigação que é um instrumento, uma tecnologia fundamental para o desenvolvimento da agricultura, seja incompatível com o uso da água de forma sustentável e ambientalmente sustentável; que eu pediria que e nem também como a geração de energia elétrica também é um fator de desenvolvimento econômico, eu pediria que o meu amigo Ivan, esclarecesse esses aspectos, porque pode passar de repente que a irrigação seja incompatível com o desenvolvimento da agricultura e que também a geração de energia elétrica também possa ser incompatível com a preservação e a proteção do meio ambiente. Minha pergunta vai muito nesse sentido, porque nós sobre tudo pelos números, nós vimos lá, por exemplo; que o potencial do nordeste e do Maranhão, potencial de geração de energia hidroelétrica é pequeno pelos quadros ali dados da ELETROBRÁS são 114 ou 144? 114 ou 144? 114 mega watts de energia elétrica em operação. Então um potencial muito pequeno e também a previsão, o potencial também é pequeno diante do nordeste. Isso pode significar que nós tenhamos pouca disponibilidade de água potável para agricultura e que não me parece que seja uma verdade. Não é isso? É



porque a geração de energia elétrica não depende da disponibilidade da vazão, há outros fatores que dependem da carga hidráulica ou da diferença de níveis, depende da topografia, portanto, então eu faço intervenção para provocar esse debate. Será a irrigação, será a geração de energia elétrica incompatível com o uso da água de forma sustentável ambientalmente?

SR. EDUARDO TELLES – perguntou ao Prof. Ivan, apesar de fazer eco de algumas preocupações da população. Onde entraria o mar na utilização como produto de energia pra gerar energia 97,3% da nossa água diz que é água salgada, onde é entra os estudos para utilizar esta água como geradora de energia, há essa possibilidade e onde está na verdade, onde é que está o ponto, onde é que está atualmente a situação dessa transposições do São Francisco? Porque a gente sabe que na ditadura a transposição do Rio São Francisco era um grande tabu e nós estamos no governo que passou aí vários anos na luta, e nós estamos no governo que é um governo popular. E como está se desenvolvendo este projeto já que isto é a salvação do Nordeste?

ADV. PETRÔNIO ALVES – parabenizou o palestrante, afirmou que ao receber um e-mail de um amigo, Eng. Custódio, onde havia um relatório sobre a situação da água em Singapura, onde a água que corre nos esgotos daquela cidade, passa por um processo de tratamento, seria possível para o consumo humano. Então a pergunta vai nesse sentido, será que com esse potencial, com esse sistema de depredação que vivemos, os impactos ambientais não se corre o risco de também estarmos um dia a consumir água por esse aspecto? E a outra pergunta seria Ivan, o que nos preocupa também, a gente vê o crescimento desordenado das cidades, a quantidade enorme de veículos etc., etc. e aí veio para a discussão a questão do transporte hidroviário, quer dizer, vemos o Rio Parnaíba com a sua história, de que havia embarcações, o desenvolvimento começava por ali, o que efetivamente acontece hoje com o transporte hidroviário no nosso país e mais especificamente no Maranhão, que tem uma história não é deputada Helena, nesse transporte?

DR. IVAN TELLES – Bom, eu vou responder rapidamente ao Rubem, deputado Rubem, eu acho realmente que não é incompatível agricultura, quer dizer, agricultura irrigada ou geração de energia com agricultura irrigada. Só estou querendo reforçar um pensamento que eu coloquei no final da minha palestra, o que nós temos que fazer gente, é planejar muito bem o uso dos nossos recursos naturais e planejar não significa os técnicos ficarem sentados numa mesa, fazer muitas contas, números e etc. e descer de garganta abaixo para população. E eu acho que a população tem que participar muito, porque a gente tem que inserir a população no processo de recuperação da nossa água. Agora, o que que todo mundo pensa assim; que a água está acabando, a água gente, não está acabando, eu quero só colocar uma outra coisa, a água não está acabando, o que está acontecendo é que primeiro, as águas estão sendo consumidas e as águas estão sendo lançadas no mar mais rapidamente. Então tem projetos de controle de Bacias Hidrográficas no sul geniais, assim de recuperação de bacia no Paraná que é brilhante, aumentaram a regularização da vazão dos rios. Porque se você desmata a bacia inteira, planta, sem técnica, enfim, a água ela, o deflúvio quer dizer, o escoamento superficial, a água chega mais rápida no rio, chega mais rápido no mar e aí você não segura a água para regularizar os rios, porque quando ele fala do Parnaíba, eu conheci o Parnaíba quando em 1986, 87, eu estive participando do levantamento pedológico dos tabuleiros do São Bernardo e via lá um processo de assoreamento violento do Rio Parnaíba. Por quê? Desmatamento brutal das cabeceiras, grandes projetos de queima, enfim, é um conjunto de coisas que leva a água chegar mais rápida no mar, quer dizer, no mar a água não está se acabando, a água, ela existe e ela está aí. O que nós que fazer é

planejar melhor as intervenções nas Bacias Hidrográficas. Por isso que eu achei muito interessante, eu não falei da palavra “Bacia Hidrográfica”, dos comitês de Bacias Hidrográficas, é preciso que a gente fomente esse processo no Estado do Maranhão, porque aí eu penso que nós vamos ter grandes saídas de controlar essas perdas de água. Então sobre o mar, Eduardo fez essa pergunta, o mar é uma possibilidade futura, mas é possível, tem a, como é que eles chamam, hidrelétrica, eu não me lembro o nome, é maré, tem na França, inclusive uma hidrelétrica com o movimento do mar, mas são custos elevados para você fazer, o Mearim, por exemplo; aqui é muito interessante para esse tipo de coisa, ter desse tipo de hidrelétrica, porque o Mearim sobe, adentra até Arari, mais ou menos ali, você vê o movimento e quando ele volta você pode gerar energia pela força da maré, mas isso é um custo elevado, o Brasil ainda não desenvolveu essa tecnologia. Quer dizer, o que está acontecendo é que o Brasil está saindo de hidrelétrica, está passando para termoelétrica, está começando a surgir os sítios eólicos no país. Eu acho que energia gerada da maré é para o futuro, mas eu não descarto a possibilidade do Maranhão ser um dos... é possível, mas isso é muito caro. O mega watt gerado. Você hoje o mega watt, o índice de mérito de uma hidrelétrica US\$ 47,00 dólares o mega watt/hora, uma termoelétrica é em torno de 78 dependendo do lugar US\$ 78,00 dólares mega watt/hora. O custo de uma eólica é em torno de US\$ 145,00 uma energia de maré é muito mais, então os custos são muito grandes, agora, o custo menor hoje é ainda a energia hidráulica. Agora não quer dizer aqui que eu sou um defensor assim da energia hidráulica todo o tempo, a gente tem que planejar a bacia e a gente tem que enfrentar isso de frente gente. E não podemos fugir desse processo que a cada dia o país esta demandando energia, quer dizer, estar tendo crescimento a cada dia, nós temos que evitar perdas, outro movimento que tem que ter no país são as perdas de energia e eletrodomésticos, o desperdício de energia, já tem um PROCEL da Eletrobrás, um programa de conservação de energia, quer dizer, existe muita perda no Brasil, o brasileiro precisa ser reeducado nesse processo do uso de energia, inclusive com esse apagão, quero dizer que, em minha casa gastava trezentos, quatrocentos, passei a consumir duzentos e, aprendi muito, ensinei para as minhas duas filhas também “olha, você viu como é que é aqui?”, eu mostrava a conta da LIGHT pra ela, a gente pode economizar energia, pode fazer uma campanha, a Eletrobrás faz isso. Então eu digo que absolutamente eu quero dizer e quero colocar aqui: a água o seu uso tem que ser muito bem planejado, tem que ver as vocações de cada Bacia Hidrográfica, se não tiver que ter hidrelétrica não vai ter, vamos fazer projetos de irrigação, vamos fazer projeto turístico, vamos fazer navegação e enfim, é uma decisão coletiva, não é de cima para baixo. Eu acho que respondi. A reciclagem foi muito bem colocado, é o novo e o futuro também, o Brasil precisa utilizar a sua água, muitos países já utilizam; a água fazem o retratamento, tratamento da água e a água volta, o reuso da água. Também isso é outra coisa que tem que estar dentro de um processo. O São Francisco como é que está e qual é a opção hoje do governo? Realmente ainda o governo não se colocou com relação ao projeto da transposição do Rio São Francisco, talvez eu acredito que seja por natureza política, é minha opinião, e é uma opinião política minha também. Então é a minha opinião, eu acho que existe cor relações de forças no governo que estão dificultando a discussão do projeto da transposição do São Francisco, que ficou e está deitado lá, em berço esplêndido. Eu sou um defensor do projeto da transposição, já fui ao Congresso defender o projeto lá, no meio de todo mundo e digo que é um projeto extremamente viável, nós vamos conseguir melhorar muito a vida daquela população que estava ali, a concepção do projeto foi toda mexida pela população, fizemos mais de 40 e pouca audiências públicas no semi - árido brasileiro, discutindo o projeto da população, a população deu sugestão, o projeto mudou no meio do caminho, os técnicos levaram mais idéias até de técnicos que vieram da Espanha e foi muito interessante, eles disseram seguinte: “Não, nós temos que fechar o



canal para o povo não ter acesso e levar água nas grandes chapadas lá, que é a chapada Podio, chapada Carirí e técnicos da Espanha. Olha, foi uma reação muito grande, tem que botar polícia no canal para ninguém tirar água não sei o quê; com idéias assim. Mas essas idéias todas foram idéias do passado, que já morreram e o projeto avançou muito em termos sociais, realmente e inicialmente existia um projeto muito megalomaniaco, você tinha 300 m³ de água para levar para transposição; hoje já são 67 m³ é um possível, mudou muito essa história de que o projeto de transposição do São Francisco prejudica a geração. Sim, prejudica, porque que a geração é prioridade? Essa é a pergunta. Eu fazia assim: “Porque que a CHESF quer usar a água para Sobradinho, para Itaparica, para o Complexo Paulo Afonso e Xingó”. Por que isso? Por que eles se apropriaram desse recurso, dessa forma para geração de energia? Isso é o único rio que passa no semi - árido com volume suficiente para poder tentar tirar aquela população de uma situação de seca crônica. Então o que é isso? Temos que repensar essa história de que ali eu posso botar uma termoelétrica como eu falei aqui lá no Rio Grande do Norte, no Ceará tem gás da Petrobrás lá e quem coloca uma tá e quem coloca uma termoelétrica ali de 270 mega watts e geram energia que o São Francisco eu vou perder por causa de 63 m³ que eu vou tirar para botar água para irrigação. Xingó provoca muito mais impacto, hoje na hidrelétrica de Xingo, que era uma operação extremamente nervosa, a hidrelétrica opera assim: hoje solta 5 mil m³, 3770m³, amanhã segura e fica uma vazão de 1500; vocês querem saber a jusante do Rio São Francisco e provoca um maior impacto, é a CHESF, liquidou as bases, liquidou a atividade agrícola lá, enfim, desbarrancamento do Rio São Francisco e olha, aquilo não é um assunto discutir esse projeto de Xingo, mas eu nessa posição sou contra a essa idéia de que o São Francisco é da CHESF. E não é, o São Francisco não é da CHESF, o São Francisco é do povo brasileiro. E é do povo brasileiro e eu acho que nós temos que fazer uma opção pelos nordestinos do semi - árido para botar água lá, que é a única opção. Não tem outra opção, não tem água.

DEP. HELENA BARROS HELUY – abriu as inscrições para o terceiro bloco, registrando as presenças de José Ferreira de Mesquita, de Ervalber dos Santos, Jorge Bernardo Júnior, todos os três também do Batalhão de Polícia Florestal. A presença de Francisco Martins da Silva, do Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, do Professor José Policarpo da Costa Neto, da Universidade Federal do Maranhão.

Sr. NEUDSON CLAUDINO – Secretário de Agricultura de Imperatriz – perguntou ao Dr. Ivan, sobre o potencial hídrico do subsolo do Nordeste, se existe ou não, porque o que se sabe na Paraíba, a minha terra natal, é que o volume de água que tem na região de Mossoró, por exemplo; daria para irrigar todo o nordeste, no subsolo. O que existe de verdade e de mentira nisso tudo?

Dr. IVAN TELLES – respondeu perguntando se há algum hidrogeólogo, eu não sou um hidrogeólogo, mas estudei muito e sei que de um aquífero, você tem que puxar, fazer poço e tal, não tenha dúvida que é complementar, é complementar, essa água dos aquíferos podem ser utilizados como complemento a um projeto da transposição, mas ele não resolve porque eles estão muito pontualizados.

PROF. POLICARPO COSTA NETO – colocou a participação do Ivan como brilhante e, uma preocupação a respeito desta questão da irrigação, que como quase tudo vem sendo colocado de forma irresponsável aqui no Maranhão. Vejamos por exemplo o que acontece e, é isso principalmente que eu quero trazer aqui aos deputados, para que atendem bem para esta questão; com o que se passou a chamar de “DIBOM” Distrito de Irrigação da Baixada Ocidental do Maranhão, localizado ali entre Pinheiro e Palmeirândia lá

na entrada de Pinheiro. Aquele projeto felizmente fracassou, ainda hoje aquilo é uma caixa preta, a gente não sabe quantos milhões de dólares saíram do Governo Federal, do Banco Mundial e quantos efetivamente chegaram e foram empregados. Sabe-se toda via, que daquela parte residual que foi efetivamente aplicada, o que houve de tramóia pouca gente aqui acho que tem conhecimento, sabe-se por exemplo; com a extinção do DNOS a quem cabia a gestão daquilo, ficou ali, tudo aquilo entregue à responsabilidade ou à irresponsabilidade melhor, de um engenheiro que era todo poderoso, ele se comportava como se fosse a instituição, embora a instituição a quem ele pertencera houvesse sido extinta. Ele tinha acesso aos bancos, ele conseguia reunir os irrigantes e fazer com que os irrigantes fossem até aos bancos e assinassem documentos, tal qual ocorreu aqui com os operários e as operárias aqui da confecção de chinês, aconteceu coisas semelhante com os irrigantes lá do DIBOM. E de repente, este cidadão, aprontou tanta coisa que sumiu misteriosamente de Pinheiro, mas o que eu quero dizer aqui Ivan, é que eu tenho em mãos um documento feito por uma instituição norte americana, a qual fornece pareceres, emite pareceres para o Banco Mundial em qualquer projeto semelhante a esses do caso do DIBOM. E essa instituição chama-se BUREAU OF RECLAMATION. E essa instituição, ela deu um parecer dizendo que aquele projeto de irrigação, ele não tinha viabilidade econômica, agrônômica, social, hídrica, embora não tivesse feito sequer menção à viabilidade ambiental. Mas devo dizer o seguinte; que infelizmente o projeto fracassou, porque caso ele chegasse a ser implementado tal como estava previsto, a população daquela região toda, estaria hoje tomando água completamente contaminada e mais do que isso, comendo peixe já contaminado. Porque a gente tem que tomar muito cuidado e eu queria deixar isso aqui pra essa Comissão, muito cuidado com projetos na margem de campos inundáveis. E aqui no Maranhão estão fazendo meu amigo Ivan, projetos em cima de campo irrigável entre Vitória do Mearim, entre Arari e Vitória do Mearim, naquela região basta você ir lá e conferir, projetos no campos inundáveis, usando além de adubos, usando pesticidas. Imaginem como é que já esta a situação dos peixes daquela região. A população de Pinheiro hoje, embora esse projeto tenha sido implementado apenas num resíduozinho, desculpa Helena, eu passei um pouco aqui do tempo, mas a água de captação, o poço de captação de água que é da água que abastece a população de Pinheiro, com toda certeza, ela já esta sofrendo impacto de contaminação resultante de agrotóxicos residuais lá do projeto de irrigação. Então eu trago esta contribuição, peço aqui desculpa por ter me estendido, mas também não poderia deixar esta oportunidade de trazer esta preocupação para à Mesa.

DEP. HELENA HELUY – acrescentou as informações desta tarde, sobretudo para o Professor Policarpo que hoje pela manhã o Plenário da Assembléia durante mais de uma hora discutiu exatamente sobre as questões da Baixada Ocidental Maranhense. Tanto no que diz respeito aos campos cercados com a presença do búfalo e outras coisas mais da região. O Dr. Ivan Telles vai tecer considerações sobre as colocações de Policarpo.

Dr. IVAN TELLES – afirmou que, junto com o Dr. Policarpo, discutiu questões relacionada a agricultura no Maranhão. Têm uma outra pessoa que não está aqui, mas também é um entusiasta, além de todos, mas, o Léo Macários é um grande amigo, está recebendo um prêmio e então eu acho que é um momento agora de todos nós e os deputados, os prefeitos e vereadores, enfim, todo mundo fazer uma corrente, um alinhamento eu diria assim, se alinhar para uma busca da melhoria da qualidade de vida da nossa população. É preciso que realmente haja uma determinação que eu acredito política por parte de todo mundo, independente de partidos políticos porque a água ela esta aí, os partidos vão passar e a água quer dizer, continua. Então a gente tem que realmente ser responsável, ter uma responsabilidade no sentido de estabelecer políticas ambientais, políticas de controle de qualidade



nas nossas Bacias Hidrográficas e chamo atenção de novo destacando o que eu falei no finalzinho da minha palestra, temos que desenvolver os Planos Diretores das Bacias Hidrográficas do Maranhão, isso é importante para que se possa desenvolver e fazer um bom desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável e socialmente justo. Muito obrigado, espero que a gente possa conversar em outras palestras, em outros debates, eu gosto dessa discussão, a gente pode aprofundar assuntos específicos aqui, nós temos um grupo muito grande de ambientalistas no Rio de Janeiro que pode ampliar essa discussão e vir aqui também contribuir, mas eu sei que tem pessoas muito competentes, mas eu acho que tem somar experiências do Sul, do Norte e do Nordeste para que a gente possa levar esse país para uma melhoria de qualidade de vida de todo o pessoal e de toda nossa gente.

DR. DANIEL DA LUZ – informou algumas coisas à plenária e ao Ivan Telles que solicitou como é que se encontrava a situação, da implementação de Planos Diretores, a questão de comitê de bacia aqui no Maranhão. Nós temos uma lei que está em vigor, não estar regulamentada que data de 22 de dezembro de 97, essa lei ela em boa parte, copia a Lei Federal 9.433, que é de 8 de janeiro de 97. Possui alguns artigos e incisos que ferem a Lei Federal e também ela não buscou contemplar particularidades do Estado. Não existe no Estado nenhum comitê de bacia, conseqüentemente dificulta que se estabeleça Planos Diretores de Bacias Hidrográficas e Planos Diretores Estaduais pela ausência do comitê e por se só, que exige uma participação da comunidade, embora exista no Brasil alguns Planos Diretores implantados, o julgamento que é feito para Agência Nacional de Água é que esse Planos Diretores não surtiram efeito, são muito parecidos um com os outros, embora alguns deles sejam de regiões diferentes com sociedade, com cultura, são muito parecidos, não oferecem melhoria na qualidade das águas das bacias, nenhum disciplinamento do uso. E nós temos um agravante que o Estado do Maranhão é um estado com bacias muito grande, nós temos 336 mil km², temos a bacia que é mais questionada, mais discutida que é a Bacia do Itapecuru; as pessoas entendem que a Bacia do Itapecuru tem a ver diretamente com a Ilha de São Luís devido ao abastecimento, embora em termos de planejamento a gente tem que ver alguns detalhes, na superfície a bacia realmente ela termina aqui ou acaba ali já na Baía do Arraial. Então essas questões que a gente vai ter que discutir aqui no Maranhão sobre bacia. Nós estamos um tanto atrasado em relação a outros estados e não dispomos ainda de nenhum instrumento que nos permita que a gente trabalhe com Plano Diretores. A gente sabe que vai ter uma dificuldade muito grande, porque as nossas bacias são grandes e a gente não tem a nível de Estado e interior, nenhum instrumento que auxilie nessas discussões de Planos Diretores. Então a nossa situação é muito insipiente, nós estamos previstos para o dia 16 de abril uma revisão da Lei 7.052, que está em vigor e não regulamentada, para que ela possa agora estar incorporada com os mesmos princípios à Lei 9.433. Então não há nenhum Plano Diretor, não há nenhum comitê de bacia no Estado do Maranhão.

DEP. DOMINGOS DUTRA – saudou a pessoa do dep. Rubem Brito, a quem parabenizou pela iniciativa de promover este seminário. Suas palavras expressaram declarar a satisfação de reencontrar o Ivan Telles depois de muitos anos sem ver e, queria apenas rapidamente lamentar não ter acompanhado toda palestra, mas o bloco de oposição aqui constituído de sete deputados, delegando a tarefa de acompanhar os policiais civis no processo de negociação com o Gerente de Segurança, me atrasando para este evento, depois em outra reunião com a CONERUQUE - Associação de Comunidades Rurais Negras que, também se debate com a questão dos remanescentes de quilombos. Quero dizer rapidamente que essa defesa da água, do meio ambiente, tem que ser combinada com o combate à irracionalidade, porque essa elite é uma elite irracional, ao mesmo tempo que todos nós e às vezes sem distinção de posição política ideológica e de classe, estamos defendendo o meio ambiente, mas essa elite continua degradando o meio ambiente. Você vê a Lagoa Rodrigo de Freitas no

Rio de Janeiro, seria uma beleza, hoje seria um potencial enorme para o turismo e, está poluído; o Rio Capiberibe do mesmo jeito; o Rio Tietê nem se fala e aqui em nosso Estado hoje na Assembleia foi bem debatido isto, os campos naturais da baixada sendo destruído pelo búfalo, os rios maranhenses, o Rio Itapecuru que é decisivo para nós todos no processo de poluição, os nossos babaçuais sendo destruídos agora o Rio Preguiça sendo invadido pelas mansões, dos grupos dominantes, que fazem pousadas e mais empreendimentos nos rios, os Lençóis Maranhense que agora é a nova descoberta para o mundo inteiro, no processo de agressão permanente e combater a irracionalidade. Acho que, nesse momento o melhor é oferecer a paz ao mundo, onde nós estamos verificando a loucura do Bush na guerra do Iraque e, podendo gerar danos a partir da queima de poços de petróleo e com todas as implicações que essa guerra pode trazer para o mundo, para nós todos. Portanto, eu queria aqui apenas parabenizar o Rubem, o conferencista e esta Assembleia que respira agora um ambiente novo com debates permanentes e, nós esperamos que esse esforço em defesa do meio ambiente seja sobretudo um esforço da paz e um grito sempre contrário à guerra.

Sr. EDUARDO PADILHA – gostou da iniciativa e do nível de discussão e, que estes debates se tornem rotineiros para que possamos verificar todas as nossas potencialidades e problemas que o Maranhão tem, possuindo riquezas hídricas, paisagistas, minerais, mas, com problemas de projetos megalomaniacos que só vem a agredir o nosso meio ambiente. Então, gostaria que a Casa sempre estivesse aberta para discussões deste tipo, porque foi muito rentável estes 03 dias aqui, aprendemos e discutimos e vimos que a iniciativa e a postura da Assembleia Legislativa parece que esta mudando e a Comissão de Meio Ambiente esta bem afinada agora para a problemática que já vem nos causando grandes danos nestas últimas 02 décadas. Então parabéns e uma boa tarde para todos.

DEP. HELENA HELUY – Com a palavra agora o deputado Rubem Brito, autor dessa iniciativa de nos brindar com este seminário, por ocasião em que se discute no mundo inteiro a importância da água para o Planeta Terra.

DEP. RUBEM BRITO – agradeceu a presença de todos que fizeram a diferença nesses 03 dias, discutindo um tema, de importância notória, que é a água. Elogiou a todos que atenderam o chamado da Assembleia Legislativa, não o chamado do dep. Rubem Brito que teve a iniciativa de propor este seminário, como disse na oportunidade em que vivenciamos, o ano internacional da água, declarado pela ONU, assim como a CNBB dedica cada ano a uma reflexão e a uma ação, e nós aprendemos isso com Padre Victor Acelene, que nos honra com a sua presença aqui e mata também a nossa saudade, que na praxe, na união da reflexão com a ação é que nós vamos transformando a realidade do nosso Estado. Ficou entusiasmado com a resposta, sobretudo no momento em que o chamado dos políticos não vale muita coisa. E agradeceu também o amigo Ivan Teles que se dispôs a vir do Rio de Janeiro, onde estava com mil afazeres, expondo brilhantemente os seus trabalhos que, cada vez mais nos convence da necessidade de usarmos os nossos recursos hídricos de forma integrada e, tomar as decisões de forma democrática, ouvindo a sociedade, da necessidade, da tarefa que se coloca para todos aqueles que lutam para superarmos a pobreza e as injustiças no nosso Estado e País. A tarefa de organização da sociedade civil que, sem ela não haverá legislação, não haverá governo que promoverá essas transformações. Afirmou que ao pensar em tomar essa iniciativa, o fez com o propósito de com toda humildade colher subsídios para que pudesse exercer o seu mandato, e crê que este também é o objetivo de todos aqueles deputados e deputadas que tem se interessado na tribuna, nas suas iniciativas sobre o tema não só da água, mas do meio ambiente, do saneamento e da agricultura maranhense, com o firme propósito de colher informações,

para que apreciase nesta Casa um projeto que, ao longo desse seminário foi tomando conhecimento com mais profundidade, sabendo que não se trata mais de uma lei regulamentando outra, trata-se de uma lei revisando outra. O nosso estado já tem uma lei, uma lei de recursos hídricos, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e institui o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências. Teceu comentários sobre a lei que o sub-gerente de recursos naturais se referiu a de Nº 7.052 de 22 de dezembro de 97; a Lei Nacional Nº 9.433 de 97, se informou aos poucos, que é de janeiro de 08 de janeiro de 97. Portanto, a nossa lei foi aprovada um ano depois, imaginava que ela estivesse em consonância com a Lei Federal, mas já se explicou aqui quais são os problemas dessa nossa legislação. Mas veja bem, esta Lei Estadual que o Executivo está a encaminhar para esta Casa um Projeto de Lei de revisão, não sei nem como dizer, aí os juristas “É uma lei revisionista, reformadora, esta na moda as reformas” então, é uma lei aqui reformadora da lei anterior, ela mesmo já dá resposta à algumas questões que nós levantamos aqui, por exemplo, para nós do Upaon-açu, como afirmou ontem o Dr. Carlos Barromeu, que podemos ficar sem água aqui em São Luís, porque de repente lá, os municípios da Bacia de Itapecuru, podem fechar as torneiras. Disse: não vai água lá para São Luís”. A lei diz que uma das diretrizes constitui parâmetros gerais de ação para implementação da política estadual de recursos hídricos, vejam bem: a integração da gestão das Bacias Hidrográficas com os sistemas estuarinos e zonas costeiras. O Eduardo perguntou ao Ivan, como é que fica aqui o oceano, a água do mar nessa história. Outra coisa, o instrumento fundamental da política de recursos hídricos, um deles, é o plano de recursos hídricos que já foi falado aqui o Plano Diretor, mas lá tem um artigo, o artigo 10, onde diz que os Planos de Recursos Hídricos são Diretores e, serão elaborados por Bacia Hidrográfica ou conjunto de bacias. Bem, e no artigo 11 diz que o Estado elaborará e manterá atualizados os planos de recursos hídricos, em consonância com os fundamentos e diretrizes da política estadual de recursos hídricos. Pois bem, o estado, como disse o deputado Antônio Bacelar, antes de ontem, já poderia ter pelo menos elaborado um plano de uma destas bacias, a bacia mais crítica e não o fez até agora, agravando essa situação da Bacia do Itapecuru que todos sabem que é crítica. Mas quero dizer também aos nossos vereadores aí de Ribamar, e de outros municípios, sobretudo o de Itapecuru, que participa desse seminário da Bacia do Itapecuru, que os municípios podem exigir segundo a lei de compensações ao governo do estado pelo uso da água da sua bacia. Então, esta lei é um instrumento poderoso para o desenvolvimento econômico e social dos municípios. Mas, encerrou, convidando a todos para continuar participando das ações que certamente serão encetadas, constituindo um fórum do Ano Internacional das Águas e as ações que certamente serão iniciadas por todas as organizações que participaram desse seminário, no sentido, de termos instrumentos concretos do nosso estado para atingir esses objetivos aqui no Maranhão que o Ano internacional, a ONU nos coloca para este ano. Chamou a atenção para o material que está sendo distribuído na saída do evento; a declaração do Presidente da ONU na cerimônia de lançamento do ano internacional no dia 12 de dezembro do ano passado; os objetivos do ano segundo o diretor da agência para a educação e cultura da ONU a UNESCO, designado como coordenador do ano internacional e uma carta da WWF dar passos gigantescos aqui no Maranhão, não só na gestão, na preservação, na proteção, mas também em medidas que diminuam esses índices grandes em nosso estado; 40% da população urbana não tem água tratada e Dr. Policarpo nos disse aqui, que dos 60% que tem água tratada, ninguém sabe a

qualidade dessa água tratada. E, também na democratização, sobretudo do acesso dos pequenos e produtores rurais aos mananciais de água doce do nosso estado. Muito obrigado do fundo do coração, agradeceu a Dep. Helena Heluy por ter presidido essa sessão, o Dep. Deusdeth Sampaio que presidiu a do dia anterior e ao Dep. Pavão Filho que mesmo enfermo, abriu este Seminário e ao Presidente da Assembléia em ter dado todo o apoio logístico e político à realização deste evento. Muito obrigado e um bom Ano Internacional da Água e paz no Iraque e no mundo.

DEP. HELENA HELUY - Antes de encerrar esta solenidade, eu quero registrar ainda as presenças do Vereador Silveira, de Gonçalves Dias e do Major Vilas Boas, Comandante do Batalhão Florestal e assinalar o interesse manifestado por esta corporação, face o número expressivo de membros aqui presentes neste seminário. Eu gostaria ainda além de parabenizar o Professor Ivan, dizer da minha alegria mais uma vez por poder participar aqui, de poder ouvi-lo, registrar também o quanto foi discutido nesta tarde, a cada intervenção eu fazia anotações e tivemos, podemos dizer assim, um momento muito rico de reflexão aqui na Assembléia Legislativa e para todo o conjunto da sociedade. Em nome pessoal e em nome dos demais membros da Comissão de Meio Ambiente. Agradeço a presença de todos e quero ainda lembrar àqueles que ainda tem disposição, que poderão participar do final da caminhada pela paz, que a este momento já devem estar do outro lado da ponte na concha, na Lagoa da Jansen. Terminarmos esta tarde, aqueles que puderem manifestando concretamente este combate à irracionalidade lutando pela paz como disse o deputado Domingos Dutra. Está encerrada a sessão, mas o Dr.º Petrônio quer ainda dar uma informação.

ADV. PETRÔNIO ALVES - informou a nobre Deputada que se discutiu muitos assuntos importantes, tratou-se no seminário de tudo; mas o Dep. Rubem Brito esqueceu de uma coisa interessante. Tramita na Assembléia Legislativa, de autoria do deputado Rubem Brito, um Projeto de Lei que estabelece a semana de valorização e preservação das águas doces. Já está em estudo nas comissões. Significando que este fórum além do dia a dia que nós vamos mantê-lo nas discussões, todo ano, na segunda semana de março, haverá discussão de preservação e valorização das águas doces, instituindo prêmios para os estudantes, para os acadêmicos. Enfim, uma lei muito interessante que certamente haverá de ser aprovada aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

Este é o relatório do Seminário “Água para a Vida e para o Desenvolvimento” com a discussão dos sub-temas: Águas Superficiais, Águas Subterrâneas e Águas no Desenvolvimento da Agricultura e Geração de Energia.

Finalmente, após a leitura do presente relatório e de sua aprovação, o mesmo segue assinado pela maioria dos deputados que integram esta Comissão e, pelo Deputado Rubem Brito, autor da iniciativa da sua proposição.

Deputado SOLINEY SILVA – Presidente
 Deputado CARLOS FILHO – Vice-Presidente
 Deputado PAVÃO FILHO – Membro Titular
 Deputado DEUSDETH SAMPAIO – Membro Titular
 Deputada HELENA HELUY – Membro Titular
 Deputado RUBEM BRITO – Autor da Proposição do Seminário



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e
24.950.

Rua do Egito, n. 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-903 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembléia, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados à Secretária de Comunicação em disquete;
- b) medida da página - 17 cm de largura e 25 cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: word for windows - versão 6.0 ou superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 10;
- f) Entrelinhas automático;
- g) Gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
- h) O disquete só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- i) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- j) Utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clínica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clínica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clínica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clínica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

*“Ninguém respeita aquilo
que não conhece.
Precisamos mostrar quem
somos, a força, a beleza,
a riqueza da nossa
cultura. Só assim vão
entender e admirar o que
temos”.*

Wabua Xavante